



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS/CAHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,
DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO/ PPGCS

ALESSANDRA OLIVEIRA DE CARVALHO SILVA

TRABALHO E PRECARIZAÇÃO NAS INDÚSTRIAS DO
SETOR ESTOFADISTA NO MUNICÍPIO DE
SANTO ANTONIO DE JESUS - BA

Cachoeira

2016

ALESSANDRA OLIVEIRA DE CARVALHO SILVA

**SETOR ESTOFADISTA NO MUNICÍPIO DE
SANTO ANTONIO DE JESUS - BA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva

Cachoeira

2016

ALESSANDRA OLIVEIRA DE CARVALHO SILVA

**TRABALHO E PRECARIZAÇÃO NAS INDÚSTRIAS DO
SETOR ESTOFADISTA NO MUNICÍPIO DE
SANTO ANTONIO DE JESUS - BA**

Dissertação de Mestrado aprovada pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Selma Cristina Silva de Jesus (UFBA)

Prof. Dr. Luis Flávio Reis Godinho (UFRB)

Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva (UFRB) - Orientador

Cachoeira

2016

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o fechamento de uma caminhada cheia de desafios, mas que valeram a pena em sua totalidade, pois me levaram a alcançar um objetivo traçado com determinação. Mas como em toda caminhada, existiram momentos em que pude ter o privilégio da companhia de pessoas às quais eu aprendi a respeitar.

Portanto, quero agradecer a todos os professores e professoras do PPGCS – UFRB pela troca de conhecimento tão imprescindível para que fosse possível realizar essa pesquisa.

Agradeço imensamente aos meus e às minhas colegas do mestrado pelo companheirismo, pela ajuda mútua, pela contribuição, por cada palavra de incentivo e, sobretudo, pela amizade de cada um/a. Já falei inúmeras vezes que levarei sempre cada um de vocês no meu coração, pois tive a honra de conhecê-los e é uma unanimidade entre nós que o maior ganho dessa experiência foi termos conhecido uns/umas aos /as outros/as.

Agradeço especialmente ao meu orientador Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva por todo esse tempo de trabalho e convivência, onde sempre com muita generosidade conduziu essa orientação. Obrigada por seu cuidado para que pudéssemos chegar ao fim da pesquisa com êxito.

À Profa. Dra. Selma Cristina Silva de Jesus e ao Prof. Dr. Luis Flávio Reis Godinho, meus sinceros agradecimentos pela valiosíssima contribuição. A análise e o parecer de vocês fez toda a diferença e norteou a pesquisa.

Agradeço a cada operário/a que disponibilizou um pouco do seu precioso tempo para comigo compartilhar suas vivências, experiências, impressões, expectativas e angústias em relação ao seu trabalho. Muitos/as chegaram a abrir as portas de suas casas para que eu pudesse ouvi-los e com isso tornar possível esse trabalho.

Agradeço ainda a minha família pelo apoio e incentivo para que eu cresça profissionalmente e adquira mais conhecimento.

RESUMO

Estudar o trabalho precário é essencial, visto que tem inúmeras consequências negativas para indivíduos e sociedade. Produz insegurança econômica, contribui para a crescente desigualdade, reforçando os sistemas distributivos altamente desiguais e injustos no mundo inteiro, bem como no Brasil e não se pode desconsiderar que o trabalho precário tem também consequências abrangentes para indivíduos fora do local de trabalho. A experiência da precariedade também corrói a identidade e promove anomia. Sendo assim, essa pesquisa dá ênfase às especificidades e características do trabalho executado pelos trabalhadores/as do setor moveleiro estofadista da cidade de Santo Antonio de Jesus - BA, com o intuito de mostrar o perfil destes/as que compõem o quadro de funcionários/as das fábricas, tendo em vista que dentro deste panorama de atividade industrial, o município tem se sobressaído nesse tipo de produção, devido a grande quantidade de fábricas de estofados em funcionamento. A partir da análise da condição do trabalho exercido, constatou-se a precarização do trabalho operário no setor pesquisado como resultante do desenvolvimento do capitalismo industrial e sobretudo através da fragmentação da identidade coletiva da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Capitalismo, classe trabalhadora e trabalho precário.

ABSTRACT

Study precarious work is essential, as it has numerous negative consequences for individuals and society. It produces uncertainty and economic volatility contributes to rising inequality and reinforces the highly unequal and unjust distribution systems worldwide and in Brazil. So precarious work also has far-reaching consequences for individuals outside the workplace. The experience of precariousness also erodes identity and promotes anomie. Thus, this research emphasizes the special features and characteristics of the work performed by workers / as the estofadista furniture sector of Santo Antonio de Jesus - BA, in order to show the profile of these / those that make up the staff / the factories, considering that within this panorama of industrial activity, the city has excelled in this type of production, due to the large amount of upholstery factories in operation. From the analysis of their work condition, there was the precariousness of the workers working in the sector researched as a result of the development of industrial capitalism and particularly by fragmenting the collective identity of the working class.

Keywords: Capitalism, the working class and precarious work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Mapa de localização do município.....	75
Figura 2 Brasão do município de Santo Antonio de Jesus – Ba.....	76
Figura 3 Vista panorâmica do Distrito Industrial de Santo Antonio de Jesus – Ba.....	86
Figura 4 Distrito Industrial de Santo Antonio de Jesus – Ba.....	89
Figura 5 As empresas Torrefação e Moagem de Café Palmeiras Ltda. e Milkly Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. no Distrito Industrial.....	92
Figura 6 Funcionários na serraria.....	101
Figura 7 Setor de armação.....	101
Figura 8 Funcionários na espumação.....	102
Figura 9 Setor de corte.....	102
Figura 10 Setor de costura.....	103
Figura 11 Setor de forração.....	103
Figura 12 Setor de acabamento.....	104
Figura 13 Setor de espumação.....	109
Figura 14 Setor de forração e acabamento.....	110
Figura 15 Percintagem antes da espumação.....	111
Figura 16 Funcionário na espumação.....	112
Figura 17 Setor de costura.....	113
Figura 18 Setor de costura.....	114
Figura 19 Setor de serraria.....	115
Figura 20 Setor de embalagem.....	116
Figura 21 Funcionário da serraria com os dedos mutilados.....	122
Figura 22 Laminadora altamente cortante sem proteção.....	123
Figura 23 Lotes identificados para costura.....	175
Figura 24 Controle de produção.....	176
Figura 25 Visão geral de galpão de trabalho.....	177
Figura 26 Costureira em serviço.....	178
Figura 27 Setor de espumação.....	179
Figura 28 Corredor de circulação.....	180

Figura 29 Costureira em serviço.....	181
Figura 30 Peças estocadas.....	182
Figura 31 Peças estocadas.....	183
Figura 32 Armação.....	184
Figura 33 Espumação.....	184
Figura 34 Almojarifado.....	185
Figura 35 Corte e costura.....	185
Figura 36 Embalagem.....	186
Figura 37 Acabamento.....	186
Figura 38 Colagem.....	187
Figura 39 Fachada de fábrica de colchões no Distrito Industrial.....	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	77
Tabela 2 Relatório de acompanhamento das empresas presentes no Distrito Industrial de Santo Antonio de Jesus – Ba.....	90
Tabela 3 Os maiores PIB’S do Recôncavo Sul.....	92
Tabela 4 Sexo dos trabalhadores.....	94
Tabela 5 Naturalidade dos trabalhadores.....	95
Tabela 6 Cor dos trabalhadores.....	95
Tabela 7 Estado civil dos trabalhadores.....	95
Tabela 8 Número de filhos dos trabalhadores.....	96
Tabela 9 Tipo de moradia dos trabalhadores.....	96
Tabela 10 Localização da moradia dos trabalhadores.....	96
Tabela 11 Tipo de transporte dos trabalhadores.....	97
Tabela 12 Renda familiar dos trabalhadores.....	97
Tabela 13 Escolaridade dos trabalhadores.....	98
Tabela 14 Curso preparatório antes de ingressar no trabalho.....	98
Tabela 15 Idade inicial de trabalho.....	99
Tabela 16 Forma de contrato no primeiro emprego.....	99
Tabela 17 Atividade na empresa.....	100
Tabela 18 Reconflex Indústria e Comércio de Colchões Ltda.....	104
Tabela 19 Interzum Indústria e Comércio de Estofados Ltda.....	105
Tabela 20 Recôncavo Indústria de Estofados Ltda.....	105
Tabela 21 Verona Estofados Ltda.....	106
Tabela 22 Elegance Indústria e Comércio de Colchões Ltda.....	106
Tabela 23 Elyon Indústria e Comércio de Móveis e Estofados Ltda.....	107
Tabela 24 Bella Bahia Indústria e Comércio de Estofados Ltda.....	107
Tabela 25 Inovar Indústria e Comércio de Estofados Ltda.....	108
Tabela 26 Puma Indústria e Comércio de Estofados Ltda.....	108
Tabela 27 Contrato de trabalho atual.....	117
Tabela 28 Oportunidade de trabalho.....	117

Tabela 29 Adaptabilidade ao trabalho.....	117
Tabela 30 Desempenho de funções.....	118
Tabela 31 Tempo na fábrica.....	118
Tabela 32 Trabalhou em outra fábrica do mesmo ramo.....	119
Tabela 33 Tipo de salário.....	119
Tabela 34 Sentimento de permanência.....	120
Tabela 35 Ameaça de perder o emprego.....	120
Tabela 36 Sente-se pressionado a trabalhar sempre mais.....	121
Tabela 37 Curso de aperfeiçoamento.....	121
Tabela 38 Sentimento de segurança no ambiente de trabalho.....	122
Tabela 39 Já sofreu acidente de trabalho.....	123
Tabela 40 Conhecimento de outros acidentes de trabalho.....	124
Tabela 41 Sentimento em relação ao trabalho.....	124
Tabela 42 Sentimento de realização profissional.....	124
Tabela 43 Sentimento de raiva ou derrota em relação ao trabalho.....	125
Tabela 44 Relação de confiança entre as pessoas.....	125
Tabela 45 Possibilidade de ascender na empresa.....	125
Tabela 46 Sentimento em relação ao fruto do trabalho.....	126
Tabela 47 Dignidade com fruto do trabalho.....	126
Tabela 48 Proteção pelo Estado.....	127
Tabela 49 Discriminação ou assédio.....	127
Tabela 50 Representação sindical.....	128

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACESAJ – Associação Comercial de Santo Antonio de Jesus

ABIPA – Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira

CPE – Comissão de Planejamento Econômico

FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDF – *Medium Density Fiberboard*

MDP – *Medium Density Particleboard*

PIB – Produto Interno Bruto

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RLAM – Refinaria Landolfo Alves

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN – Secretaria do Planejamento

SICM – Secretaria da Indústria Comércio e Mineração do Estado da Bahia

SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Delineando o objeto.....	16
1.2 Percurso teórico-metodológico.....	18
1.3 Apresentação dos capítulos.....	20
2. INDÚSTRIA E TRABALHO NO CAPITALISMO.....	22
2.1 O capitalismo como força produtiva.....	22
2.2 A problemática do trabalho no contexto da produção capitalista.....	24
2.3 As crises do capitalismo e a reestruturação do capital como estratégia de sobrevivência.....	29
2.4 Noção de classe.....	42
2.5 Flexibilização e precarização do trabalho.....	43
2.6 O papel do Estado liberal.....	50
2.7 O Estado e o controle social da força de trabalho.....	54
3. O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA MOVELEIRA.....	60
3.1 Industrialização nacional.....	60
3.2 Indústria moveleira nacional.....	67
3.3 A Bahia situada no setor moveleiro.....	71
4. O SETOR ESTOFADISTA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE JESUS.....	75
4.1 Uma cidade que nasce pela semente do comércio.....	76
4.2 A posse das terras.....	80
4.3 Os ciclos econômicos.....	82
4.4 A industrialização municipal e a instalação do Distrito Industrial.....	86

5. TRABALHO E PRECARIZAÇÃO EM SANTO ANTONIO DE JESUS.....	94
5.1 Apresentação dos trabalhadores operários (perfil socioeconômico).....	94
5.2 Apresentação das indústrias do setor pesquisado (perfil quanto ao porte, tipo de produtos e modo de produção).....	104
5.3 Condições do trabalho exercido nas fábricas.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICES.....	149
ANEXOS.....	175

1. INTRODUÇÃO

O município de Santo Antônio de Jesus, localizado no Recôncavo Sul a 187 km de Salvador à margem da BR-101, é considerado do ponto de vista econômico um dos municípios mais importantes do Recôncavo Baiano, por atrair muitas pessoas das cidades circunvizinhas em busca do comércio diversificado. Com cerca de 100 mil habitantes, a cidade vem se destacando nos segmentos de comércio e serviços, principalmente nos setores de material de construção, móveis e eletrodomésticos; além de ter uma feira-livre considerada uma das maiores do estado.

Desde 2003, no entanto, a cidade vem assistindo a instalação de algumas indústrias, o que trouxe mudanças na rotina de um município de tradição comercial. Essas mudanças como não poderiam deixar de ser, trouxeram implicações no mundo do trabalho e na vida dos trabalhadores e trabalhadoras locais.

Na realidade, o Polo Industrial da cidade já existe há mais de 20 anos, está localizado na BA-026 e ocupa aproximadamente 200 mil metros quadrados. Nele estão atualmente instaladas 16 indústrias nos diversos segmentos como, por exemplo, fabricação de vidros, estofados, colchões, pneus, alimentos, embalagens e outros. Este espaço fabril será ampliado, com uma estimativa de investimentos de R\$ 15 milhões e a criação de 3 mil empregos diretos. O espaço reservado para instalação do novo Polo Industrial ocupa uma área de 445 mil metros quadrados, vai abrigar cerca de 40 empresas e localiza-se no Km 24 da BA-046 (SUDIC)¹. Esse cenário de desenvolvimento industrial faz surgir então a oportunidade de analisar e compreender a organização social das relações de trabalho no contexto mencionado.

Não podemos deixar de mencionar que dentro deste panorama de atividade industrial, o município tem se sobressaído na produção de móveis estofados, devido a grande quantidade de fábricas em funcionamento. Portanto, o setor estofadista, que inclui a fabricação de colchões, tem representado uma grande parcela das empresas em atividade, dentro e fora dos limites do Polo Industrial.

¹ Superintendência de Desenvolvimento da Indústria e Comércio do Estado da Bahia. Foi criada em 1991 com a finalidade de promover diversas ações do governo do estado, ligadas à modernização da indústria, bem como facilitar o seu processo de interiorização.

O interesse pelo tema trabalho e precarização surgiu da experiência vivenciada no âmbito da graduação, durante pesquisa sobre qualidade de vida no trabalho, quando me deparei com uma realidade de desigualdades. Essa trajetória me levou ao desejo de aprofundar o assunto e ampliar o conhecimento sobre esse setor na cidade de Santo Antonio de Jesus.

É imprescindível estudar o trabalho precário, pois ele tem inúmeras consequências negativas para indivíduos, famílias e sociedade. Já que o trabalho está intimamente ligado a outros eventos sociais, econômicos e políticos, o crescimento do trabalho precário e da insegurança também tem efeitos extensos em fenômenos relacionados à vida pessoal dos trabalhadores. O trabalho precário produz insegurança econômica e volatilidade econômica para indivíduos e lares. Contribui para a crescente desigualdade econômica e reforça os sistemas distributivos altamente desiguais e injustos no mundo inteiro, bem como no Brasil. Portanto o trabalho precário tem também consequências abrangentes para indivíduos fora do local de trabalho. Polanyi (2012) afirma que a operação desregulada de mercados livres desloca as pessoas física, psicológica e moralmente. O impacto da incerteza e da insegurança na saúde e no estresse dos indivíduos vem sendo bem discutido em várias esferas. A experiência da precariedade também corrói a identidade e promove anomia, como argumenta Sennett (1999).

Ademais, o trabalho precário tornou a vida em família mais precária e insegura. Incerteza em relação ao futuro pode afetar as decisões de um casal em relação a coisas importantes como quando casar e ter filhos, bem como quantos filhos ter. Além do mais, trabalho precário afeta comunidades e lares. O trabalho precário pode levar a uma falta de engajamento social, indicada pelo decréscimo de membros em associações voluntárias e organizações comunitárias, crédito e capital social de uma maneira geral. Isso pode levar a mudanças na estrutura das comunidades, já que as pessoas que perdem seus trabalhos devido ao fechamento de plantas ou redução de funcionários podem não ter mais recursos para viver na comunidade (embora talvez eles não possam vender a casa também, se a redução for muito grande), e novos funcionários podem não conseguir criar raízes devido à incerteza e imprevisibilidade do trabalho. Insegurança também aumenta tensões sociais. A precariedade pode contribuir para atitudes negativas em relação a imigrantes, já que as comunidades estão vivenciando um aumento de imigrantes, tanto legais quanto ilegais, mais dispostos a trabalhar por salários mais baixos e a tolerar condições de trabalho mais desfavoráveis do que trabalhadores

nativos. Insegurança e falta de oportunidades de trabalho também podem contribuir para o crime e a deterioração da vida política (STANDING, 2013).

1.1 DELINEANDO O OBJETO

Sendo assim, essa pesquisa dá ênfase às especificidades e características do trabalho executado pelos trabalhadores/as do setor moveleiro estofadista da cidade mencionada, bem como ao perfil destes/as que compõem o quadro de funcionários/as das fábricas de estofados/colchões, tendo como objeto de pesquisa a condição do trabalho exercido por estes/as trabalhadores/as. Isso porque segundo Nogueira (2004), à medida que a industrialização ocorre, há concomitantemente a este fato, uma precarização nas condições de trabalho oferecidas aos trabalhadores/as.

Vale ressaltar ainda, com apoio em Antunes (2006), que questionar a precarização do trabalho realizado pelos/as trabalhadores/as de ambos os sexos remete à categoria de classe, que por sua vez permite entender as relações de poder e seus significados no universo do trabalho. Analisar as relações de classe permite constatar que no campo produtivo vivencia-se a efetivação de uma nova organização capitalista do trabalho que é caracterizada pela construção de precariedade e flexibilização do trabalho (ANTUNES, 2007).

O estudo tem como principal objetivo mostrar a condição de precarização do trabalho exercido pelos/as trabalhadores/as das fábricas de estofados/colchões na cidade de Santo Antonio de Jesus, a partir da instalação dessas indústrias no município. Buscando, portanto, critérios de análise, indicadores de precarização e pontuando os aspectos pertinentes ao trabalho operário numa perspectiva de classe. Viabilizando assim, uma discussão acerca da condição do homem trabalhador e da mulher trabalhadora no município, num momento de desenvolvimento industrial; indicando como hipótese de pesquisa que a precarização do trabalho operário no setor pesquisado é resultante do desenvolvimento do capitalismo industrial e ocorre, sobretudo, através da fragmentação da identidade coletiva da classe trabalhadora.

Para tanto, propõe-se a realização das seguintes atividades:

- 1) Analisar o processo de industrialização no município de Santo Antônio de Jesus;

- 2) Analisar o processo de instalação de indústrias de estofados em Santo Antônio de Jesus;
- 3) Interpretar a partir dos resultados da pesquisa o perfil do trabalho e da mão-de-obra nas indústrias moveleiras;
- 4) Descrever o perfil das fábricas quanto ao porte, tipo de produtos e modo de produção;
- 5) Analisar a precarização da condição do trabalho nas indústrias pesquisadas.

Diante das expectativas criadas em torno da ampliação do Polo Industrial de Santo Antônio de Jesus – Ba, pois esse acontecimento tem sido assunto recorrente na mídia local e feito parte do discurso da classe empresarial e política da cidade, juntamente com as articulações de alguns órgãos governamentais, que têm propagado esse evento como promotor de desenvolvimento (SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração do Estado da Bahia / SUDIC - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial), cabe assim dar voz aos trabalhadores e trabalhadoras que são atores envolvidos na rotina das fábricas de estofados/colchões, com o intuito de conhecer o que está por trás do discurso de crescimento e entender quais os reflexos reais na vida laboral dos operários e operárias, lançando um olhar para além dos interesses econômicos envolvidos e sobre as questões de classe que envolvem a construção da dinâmica do mercado de trabalho e convívio social.

Justifica-se ainda essa pesquisa, pois as acumulações e dinâmicas do capital vêm acompanhadas, como afirma Antunes (2006), de aumento da precariedade do trabalho e trazendo consigo um aumento da instabilidade para o/a trabalhador/a. Para Antunes a recomposição do domínio capitalista passa pelo local de trabalho e busca a desorganização dos trabalhadores enquanto classe e a não identidade que faz cada um/a não reconhecer no/a outro/a um/a aliado/a. Nesse ponto faz-se oportuno conhecer os mecanismos de dominação, a face do capitalismo vivenciado por estes homens e mulheres santoantonienses e como e de que forma esses/as trabalhadores/as refletem sobre tais acontecimentos e a consciência dos mesmos a respeito da oposição entre capital e trabalho. Trata-se de uma pesquisa pioneira, visto que não existe nenhum trabalho com foco na produção de móveis estofados no Recôncavo ou na cidade de Santo Antonio de Jesus.

Num momento em que se percebe o emergir mais intenso da industrialização municipal, dando continuidade a uma mudança no perfil do trabalho local, refletir sobre a proletarização em Santo Antonio de Jesus torna-se propício, pois como diz Offe

(1984), a proletarização contínua, ou seja, a destruição das formas de trabalho até então habituais, não pode ser contestada e constitui um importante aspecto social e estrutural do processo de industrialização.

1.2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para atingir os objetivos propostos empreguei o conceito de classe utilizado por Marx, segundo o qual o proletariado é constituído pelos assalariados, que destituídos dos modos de produção, vendem sua força de trabalho para sobreviver. Essa categoria analítica possibilita discutir a subordinação dos/as trabalhadores/as pelos donos do capital e esse conceito deve fazer parte da análise das desigualdades em todos os âmbitos das relações de trabalho. Assim foi possível discutir as faces do trabalho construídas no contexto das fábricas de estofados, visando compreender os fatores que determinam a ocorrência das condições em que se desenvolve o trabalho fabril realizado por homens e mulheres nas organizações industriais locais e a precarização, já que o fenômeno a ser verificado foi o de condições precárias do trabalho.

Diante do exposto, esta pesquisa envolve técnicas quantitativas e qualitativas, com características descritivas e explicativas; pretendendo descrever as particularidades do grupo de operários/as e compreender as relações de trabalho vivenciadas durante a realização das atividades dentro das fábricas. Pois como aponta Martins (2002), a metodologia qualitativa preocupa-se com a análise e interpretação de aspectos mais complexos do comportamento humano, fornecendo reflexão mais detalhada; enquanto o método quantitativo vale-se de amostras e informações numéricas para quantificação. Quanto às pesquisas descritivas, elas têm o objetivo de descrever as características de determinada população ou grupo, além de levantar suas opiniões e atitudes. Já as pesquisas explicativas, ainda para o mesmo autor, têm como propósito identificar fatores que determinam e contribuem para a ocorrência de fenômenos e são as que mais aprofundam o conhecimento da realidade.

São utilizados como instrumentos de investigação estudos através de observação não participante, buscando conhecer a rotina de trabalho, a dinâmica de funcionamento das indústrias, as relações ali construídas e perceber as impressões do proletariado a

respeito das condições em que o trabalho é exercido e suas expectativas quanto ao atendimento de suas necessidades. Tais observações e análises foram realizadas no espaço das fábricas e em conversas com os operários fora do ambiente de trabalho, possibilitando assim, a discussão em profundidade sobre a condição e precarização do trabalho. Quanto a isso, Martins (2002) afirma que a observação enquanto técnica permite conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, pois consiste em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

Para fundamentar teoricamente a pesquisa foram utilizados os procedimentos de levantamento bibliográfico, onde foram consultados estudos anteriores sobre os temas abordados, em livros, teses e artigos científicos. Como instrumentos de coleta de dados utilizei ainda formulários aplicados ao grupo de operários e dirigentes das fábricas, através de entrevistas semiestruturadas, preenchidos com as respostas e verbalizações espontâneas dos/as entrevistados/as quando foram feitos questionamentos sobre aspectos diversos do ambiente, rotina e sentidos do trabalho como forma de explorar mais amplamente as questões. Os formulários foram elaborados a partir de um conjunto de indicadores de precarização social do trabalho, com aspectos quantitativos e qualitativos, contemplando a realidade brasileira e com base no Programa de Trabalho Decente da OIT (OIT, 2008). Tais indicadores se assentam sobre quatro fundamentos principais: a criação de emprego de qualidade para homens e mulheres, a extensão da proteção social, a promoção e fortalecimento do diálogo social e o respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho, propostos por Druck (2011), além disso foram observadas ainda, as sete formas de garantia relacionadas ao trabalho, segundo Standing (2013), que são: garantia de mercado de trabalho, garantia de vínculo empregatício, segurança no emprego, segurança do trabalho, garantia de reprodução de habilidade, segurança de renda e garantia de representação.

Tais entrevistas tiveram ainda como objetivo elaborar o perfil dos/as trabalhadores/as e os dados quantitativos foram tabulados em planilha. A população do campo de pesquisa é composta por 601 (seiscentos e um) trabalhadores/as, que formam o quadro de funcionários das 9 (nove) indústrias existentes na cidade. Do total de funcionários/as de cada empresa foi estabelecida uma média ponderada para determinar a quantidade de questionários a serem aplicados em cada empresa. Vale ressaltar que no estudo qualitativo tanto quanto no quantitativo desta pesquisa, não foram considerados

cálculos amostrais e de significância. Por aleatorização das amostras foi estabelecida a amostragem aleatória acidental, onde 60 (sessenta) trabalhadores/as que foram se apresentando, foram captados até completar o número de elementos da amostra (10%) e assim aplicados os questionários.

Como ferramenta de interpretação qualitativa de dados utilizei o método hermenêutico-dialético proposto por Minayo (2006). Nesse método de análise a fala dos atores sociais deve ser situada e compreendida em seu contexto. Deve-se ordenar os dados obtidos em campo, através de uma sistematização das transcrições dos relatos e dos dados da observação. A análise final se estabeleceu entre a articulação dos dados e os fundamentos teóricos, para assim responder às questões da pesquisa. Utilizei ainda imagens feitas por mim no interior das fábricas que contribuíram para completar a interpretação feita dos dados colhidos em campo, pois conforme nos aponta Koury (1999), as imagens devem ser tidas como uma leitura ou registro exemplar do real e mais ainda, como produtora da realidade, enquanto documento visual. Dados quantitativos foram ainda obtidos através de documentos fornecidos pelas empresas e pela Associação Comercial e Industrial de Santo Antonio de Jesus (ACESAJ), tabelas e gráficos elaborados pelo IBGE, SUDIC e SICM.

1.3 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Esta dissertação está dividida em 5 capítulos, o primeiro capítulo descreve alguns aspectos introdutórios referentes à cidade de Santo Antonio de Jesus e em relação ao momento de desenvolvimento industrial, apontando-o como oportuno para a realização da pesquisa. Em seguida há um esforço para o delineamento do objeto de pesquisa, afirmando-o como sendo o trabalho exercido no setor estofadista da cidade mencionada, bem como suas especificidades e características, buscando relação entre esse trabalho e a precarização como fenômeno que acompanha a industrialização e a proletarização da mão de obra necessária; tudo isso a partir da noção de classe e do uso do trabalho como categoria analítica. Relaciona os objetivos e atividades propostos, suas justificativas, aponta o caminho metodológico que possibilita a execução da pesquisa e cita o percurso teórico adotado para fundamentar a discussão.

O segundo capítulo, “Indústria e trabalho no capitalismo” tem como objetivo situar o debate sobre o capitalismo e a problemática do trabalho no contexto desse modo de produção e acumulação flexível. A partir daí, buscamos discutir a precarização do trabalho como consequência da reestruturação do capital e finalizamos com uma discussão sobre o papel do Estado como fortalecedor dos ideais capitalistas e no controle social da força de trabalho.

O terceiro capítulo, “O desenvolvimento da indústria moveleira” busca entender a experiência brasileira dentro do capitalismo, ao passo que faz uma retomada de como se deu a industrialização em âmbito nacional. Em seguida traz um panorama da indústria moveleira no país e no Estado da Bahia, apontando suas características, avanços, retrocessos e perspectivas.

O quarto capítulo, “O setor estofadista no município de Santo Antonio de Jesus” tem como função apresentar a cidade de Santo Antonio de Jesus enquanto área da pesquisa, levando em consideração alguns aspectos importantes para a análise do perfil da mesma, resgatando elementos relacionados às atividades rurais, comerciais e como não poderia deixar de ser, industriais, pois trata-se do foco principal da pesquisa, compreender a dinâmica que envolve a atividade e o trabalho industrial.

E por fim o quinto e último capítulo, “Trabalho e precarização em Santo Antonio de Jesus” versa sobre a análise e discussão dos resultados obtidos em relação aos objetivos propostos pela pesquisa, buscando apresentar o perfil dos operários/as, bem como o perfil das fábricas de estofados/colchões instaladas na cidade. Discutir as condições do trabalho exercido pelos trabalhadores/as locais, analisando o processo de industrialização e a influência sobre o trabalho. Além de descrever as impressões dos atores envolvidos e os sentimentos em relação às suas condições de trabalho e os conflitos vivenciados no ambiente das fábricas.

CAPÍTULO 2

INDÚSTRIA E TRABALHO NO CAPITALISMO

Neste capítulo busca-se num primeiro momento percorrer a investigação feita por Marx sobre a lógica do capitalismo, em seguida compreender a trajetória da ação capitalista com base em outros teóricos como: Mészáros, Harvey, Beaud, Antunes e outros/as; tratando ainda das suas adaptações e em seguida enxergar a atual situação do capital como sendo a causa do trabalho precário. Esse esforço que aqui se inicia possibilita uma introdução às investigações necessárias para a construção desta dissertação que se propõe a entender as condições do trabalho exercido pelos/as trabalhadores/as de fábricas de estofados/colchões na cidade de Santo Antonio de Jesus-Ba, a partir da instalação dessas indústrias no município.

2.1 CAPITALISMO COMO FORÇA PRODUTIVA

Conforme a opinião de vários teóricos, não se pode compreender a época contemporânea sem uma análise das profundas modificações ocasionadas, nas sociedades do mundo inteiro, pelo desenvolvimento do capitalismo. Marx adverte desde o prefácio da 1ª edição de O Capital (2014) a respeito da necessidade de conhecer o capitalismo e nisso investir nossa capacidade de abstração; empenhado, portanto nesse propósito, ele discorre em sua obra sobre esse modo de produção e suas tendências gerais. Marx inicia sua análise a partir do conceito de mercadoria, reconhecendo-a como a forma elementar da riqueza das sociedades capitalistas, a partir do seu acúmulo, e definindo-a como algo capaz de satisfazer as necessidades das pessoas, sejam elas de qualquer ordem. A análise segue apontando os conceitos de valor de uso e valor de troca como sendo, respectivamente, a utilidade de uma coisa ou o próprio corpo da mercadoria e a relação quantitativa, ou seja, a proporção na qual valores de uso de uma espécie são trocados por valores de uso de outra espécie. Quanto ao valor de uso as

espécies de mercadorias são de qualidade diferente e quanto ao valor de troca só podem ser de quantidade diferente.

Outro ponto importante para Marx, diz respeito ao valor da mercadoria na medida em que nela está corporificado o trabalho humano nela investido. Sobre isso o autor nos informa que para medir a grandeza do valor de uma mercadoria, mede-se a quantidade da substância do valor (trabalho) nela contida. Por sua vez, a quantidade de trabalho tem por medida a sua duração, ou seja, tempo necessário para produção da mercadoria. A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria constante se o tempo de produção permanecesse constante, mas sabemos que há modificações na forma produtiva. Sendo assim, quanto maior a força produtiva (meios de produção) do trabalho, menor será o tempo de trabalho necessário para a produção da mercadoria, menor a massa de trabalho (mão de obra) nele cristalizada e menor o seu valor. O tal produto só se torna mercadoria de fato, segundo Marx, quando transmitido, por meio do uso de troca, a outra pessoa que o utilizará como valor de uso.

Seguindo seu raciocínio, aborda o que ele chamou de duplo caráter do trabalho representado na mercadoria, segundo o qual numa sociedade de produtores de mercadorias, a diferença entre os diversos gêneros de trabalho útil, executados independentemente, conduz a um sistema de divisão social do trabalho. O trabalho útil, produtor de valores de uso, independentemente das formas de sociedade, é condição da existência do homem, uma necessidade eterna da vida humana. Sendo assim, o duplo caráter do trabalho consiste em diferenciar o trabalho em humano abstrato e concreto útil, aquele que é dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, que gera o valor da mercadoria e aquele que é dispêndio sob forma específica a um fim: produzir valor de uso.

Voltando ao sentido de mercadoria, o autor enxerga que existe algo não explicado, uma névoa que encobre o entendimento do produto do trabalho e que o mesmo deve ser visto como um disfarce que uniformiza, sob a forma de igualdade desses produtos, a igualdade do trabalho humano. Isso ofusca as características e relações sociais do trabalho, que têm um duplo caráter social: o de satisfazer necessidades sociais e fazer parte, por isso, da divisão social do trabalho; mas, sobretudo satisfazer as necessidades de seus próprios produtores, já que o trabalho privado útil será trocado por outra espécie de trabalho útil equivalente.

A determinação do valor das mercadorias, a forma dinheiro, homogeneiza as mercadorias; toda mercadoria é mero equivalente particular do dinheiro e o mesmo seu equivalente geral. Karl Marx afirma que há um processo de intercâmbio, em duas fases complementares, onde a mercadoria se transforma em dinheiro e o dinheiro se transforma em mercadoria novamente. Esses movimentos são as transações de quem possui a mercadoria (venda = intercâmbio da mercadoria por dinheiro) e de quem possui o dinheiro (compra = intercâmbio do dinheiro por mercadoria). O marco zero do capital é o dinheiro e por assim dizer a circulação de mercadorias através do comércio e mercado. Essa dinâmica não tem limites, acontecendo por ciclos e correspondendo ao objetivo de apropriação de valores de uso e satisfação de necessidades; e mais ainda subjetivamente, à expansão do valor do capital. O capitalista é aquele que, dono do dinheiro, capta a riqueza para si de forma automática, consciente e excedente (mais-valia).

Mas ocorre que a mercadoria em seu valor de uso não representa ganho, isso só ocorre com ela no seu valor de troca. Em outras palavras, na transação de compra e venda ou circulação simples das mercadorias configura-se uma relação igualitária ou troca de equivalentes, uma simples mudança de forma da mercadoria, contendo os mesmos elementos (valor / trabalho social embutido), pois ambas as partes envolvidas ganham (vendedor e comprador). Já a mercadoria no seu valor de troca permite o ganho à medida que os donos de mercadorias possuem objetos que satisfazem as necessidades dos outros e têm o privilégio de vendê-los mais caro formando o valor excedente da mercadoria. No entanto, quanto a isso Marx argumenta que do mesmo jeito que o vendedor vende o seu produto com excedente, ele também compra outros produtos com excedente. Essa reciprocidade não permite então a formação de mais valia e seria essa tal interpretação, nas palavras de Marx, uma ilusão.

2.2 A PROBLEMÁTICA DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

A categoria trabalho sempre ocupou um lugar importante como método de análise desde o desenvolvimento do pensamento sociológico, mas à medida que a sociedade

ocidental foi sendo transformada pela revolução industrial e pelo capitalismo, o trabalho se impôs como categoria central para o entendimento da sociedade, por ter sido transformado na principal mercadoria e instrumento de acumulação capitalista. Autores clássicos da sociologia, como Marx, Weber e Durkheim, ao desenvolverem suas argumentações, independente da natureza de cada objeto investigado, reafirmaram e fizeram prevalecer na teoria social o caráter do trabalho como uma categoria central.

Marx, ao construir suas análises e conceitos da exploração capitalista, das classes sociais, do Estado moderno, da luta de classes, da ideologia, da alienação, da formação do valor e do capital, evidenciou como o trabalho, além de pano de fundo de todas essas questões, constitui-se como uma “eterna necessidade natural da vida social”, isto é, o meio pelo qual permitiu ao ser social se impor sobre a natureza que o cerca, exercer seu reconhecimento sobre ela e transformá-la, transformando-se a si próprio. Na sociologia desenvolvida por Weber, a categoria trabalho também ocupou lugar central. Nessa tradição sociológica, o autor mostrou como o trabalho exerceu um papel determinante na gênese do capitalismo moderno. Assim, a ascese protestante fez do trabalho uma vocação. Ela transformou o burguês em um homem de negócios racional e colocou à sua disposição os trabalhadores sóbrios, conscienciosos, de uma capacidade de trabalho pouco comum e apegados ao trabalho. Além disso, Weber também tornou central em sua análise e procurou evidenciar o papel do trabalho na composição da racionalidade capitalista, mostrando como a racionalidade estratégica do cálculo capitalista tornou-se a força motriz dominante da racionalização, desvinculando o trabalho de todos os critérios de referência doméstica e de satisfação pessoal do indivíduo. Em outro polo, Durkheim também confirmou a importância do trabalho como categoria central. Ao tomar o trabalho como ponto de partida de seu constructo analítico, o autor procurou associá-lo como elemento do processo de interação do indivíduo na sociedade. Em duas de suas obras, *O suicídio*, de 1897 e, posteriormente, *A divisão do trabalho social*, de 1902, o autor tomou como argumento a ideia segundo a qual as corporações de ofício seriam uma forma de se remediar a crise que ele ora diagnosticava. Essas instituições do trabalho, segundo ele, seriam capazes de produzir critérios de justiça e de tornar os trabalhadores mais integrados à vida social. Por conta disso, ele achava que essas instâncias de regulamentação poderiam e deveriam se impor no lugar dos organismos sociais (Estado, comunidades, família etc.), bem como produzir regras comuns e participar na construção e no reconhecimento dos indivíduos enquanto seres sociais.

Mais precisamente, nessa sua última obra, Durkheim analisou a diferença entre os diferentes tipos de solidariedade existentes nas sociedades (tradicional e industrial) e buscou demonstrar o surgimento de uma solidariedade orgânica em um ordenamento corporativo da sociedade burguesa, evidenciando, pois, a divisão do trabalho como uma nova fonte de solidariedade e de integração social.

No entanto, o propósito da categoria trabalho como um dado social central e como pressuposto analítico de uma sociedade do trabalho passou a ser questionado a partir da crise do capitalismo e a conseqüente crise no mundo do trabalho. Autores como Gorz (1982) e Offe (1989), sugerem respectivamente que a tradicional classe operária seria substituída por funcionários temporários ou em tempo parcial e até mesmo pela automação. Que não teriam as garantias de emprego permanente, vivendo em situação de vulnerabilidade. Para eles o trabalho perde por assim dizer a sua força de integração social. E ainda que, devido à fragmentação do trabalho, a consciência social não pode mais ser reconstruída como consciência de classe e, portanto, a sociologia deve buscar outras categorias para construir seu objeto, explorando aquelas que estejam além da esfera do trabalho. É o que Ricardo Antunes (2007) denomina “desproletarização do trabalho industrial”. Acontece que essas teorias não se mostraram suficientemente consistentes para comprovar a não centralidade do trabalho dentro da análise sociológica (CARDOSO, 2011). Inclusive Antunes (2007) discorda explicando que enquanto em países de capitalismo avançado ocorreu uma desproletarização, nos países periféricos verificou-se uma “subproletarização”, por via do trabalho precário. Sendo assim, retomemos a discussão em Marx sobre a força de trabalho como mercadoria.

Para o dinheiro ser transformado em capital não depende de si mesmo ou do valor de revenda da mercadoria, a mudança deve ocorrer em seu valor de uso. A força de trabalho, que consiste nas capacidades físicas e mentais do homem, às quais se utiliza para produzir, é a mercadoria ideal para que o dono do dinheiro consiga retirar valor de consumo dos produtos. O dono da força de trabalho vende seu trabalho para o dono do capital por tempo determinado, tratando-se disso de uma relação social. O processo de trabalho segue da seguinte forma: o capitalista reúne os elementos necessários ao trabalho (materiais, meios de produção e força de trabalho), consome-os, ou seja, incorpora-os à mercadoria, cuidando para que o trabalho ocorra como melhor lhe convier e o produto resultante deste processo lhe pertence. Este mesmo produto de propriedade, não de quem produziu, mas do capitalista, consome tempo de trabalho para

ser produzido e a mais-valia se materializa justamente no momento em que o trabalhador recebe pela sua força de trabalho um valor abaixo da quantidade de mercadorias produzidas, o que Marx denomina de valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Constitui-se assim a taxa de mais-valia como sendo o equivalente ao grau de exploração do trabalhador pelo capital. Ampliando as proporções, temos uma quantidade maior de trabalhadores produzindo uma grande quantidade de produtos, sob o comando de um capitalista; esse formato constitui a produção capitalista.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir, é portanto, um valor de uso particular, um artigo especificado (MARX, 2014).

Esse sistema capitalista, que afasta os trabalhadores dos meios de produção pelos quais o trabalho é realizado, nasceu com o fim da sociedade feudal. Nesse período histórico a servidão foi substituída pelo trabalho assalariado, onde as pessoas privadas de seus meios de subsistência são obrigadas a tornarem-se proletárias. Ocorre o que Marx chama de alienação do trabalho, onde o trabalhador é tido como uma mera mercadoria a ser consumida e quanto mais trabalha mais pobre fica, pois mais rico fica o proprietário dos meios de produção e esta renda não é distribuída. Há uma objetivação (realização objetiva) do trabalho, à medida que o mesmo é materializado num produto e essa relação entre o fruto do trabalho e o trabalhador é de exteriorização. Para entender essa exteriorização devemos observar que, conforme Marx, o ato de trabalhar não faz parte da essência do homem, mas que o mesmo o realiza para suprir suas necessidades de sobrevivência e ainda que o seu trabalho pertence a outro que não é ele mesmo.

Todo esse processo tem início, como já foi dito, com as transformações agrárias na Inglaterra (séculos XV e XVIII). Ocorre como nos relata Michel Beaud (1991) em concordância com Marx, que com a crise do feudalismo, as terras foram cercadas (cercamentos) transformando-se em propriedades particulares (latifúndios para criação e extração da lã); isso à medida que os campos abertos, usados pelos camponeses como

uso comum, deixam de existir e os mesmos são expropriados dos meios de sobrevivência, ou seja, do uso livre da terra e do direito de explorá-la.

É nessa decomposição da ordem feudal que vai se enraizar a formação do capitalismo mercantil. Nesse sentido, é em vários séculos que se estende a “longa marcha” para o capitalismo (BEAUD, 1991, p. 18,19).

Esse período foi marcado por forte divisão social do trabalho agrícola, intensa produção de tecidos/concorrência (manufatura) e impacto do capital sobre o campo e sua população. Esse panorama foi responsável pelo desaparecimento, portanto, do campesinato e com isso surge uma grande quantidade de pessoas sem propriedade e meios de sobreviver, são estes mesmos que se veem obrigados a vender sua mão de obra para viver. Surge a figura do capitalista disposto a apropriar-se da força de trabalho e por ela pagar, essas condições favorecem o desenvolvimento do mercado capitalista. A visão econômica nesse período aponta para a garantia da riqueza do príncipe (enriquecimento público) e a manutenção das guerras, conseguia-se isso proibindo a saída de metais preciosos e facilitando a entrada deles no país, lembrando-se que nessa época havia um grande fluxo de metais vindos da América. Esse acúmulo excedente de riqueza ainda contou com o trabalho escravo e com os baixos salários pagos àqueles que eram denominados vagabundos ou mendigos quando os mesmos eram captados pelo mercado por conta da proibição da vadiagem.

Eram as alianças entre a burguesia e a nobreza (mercantilismo) que mantinham a aparente harmonia, acontece que a burguesia encontra base firme para seu triunfo com a reforma protestante, segundo Weber (2004), o protestantismo é uma força que contribui para o avanço do capitalismo, ainda que ele afirme que o capitalismo ocorreria mesmo sem a reforma. Ocorre que os ideais protestantes passam a valorar a ética do trabalho identificando-o como sendo divino (ascese/vocação), conseqüentemente a propriedade privada passa a ser reconhecida como um direito sagrado e que como tal precisa ser resguardado. Além disso, há a justificativa do lucro e o estímulo à poupança que só vem propiciar a acumulação de capital e o desenvolvimento do capitalismo na Europa e mais tarde nos Estados Unidos. Em palavras de Beaud (1991), estava-se preparando um novo deus para dominar o mundo e ele era o capital. Enfim, para tornar possível a consolidação do capitalismo e o conseqüente domínio burguês era preciso a

fundamentação de uma nova ideologia que fosse fundada nos novos interesses. Surgem assim as ideias liberais para dar suporte a essa nova realidade e com o fim do absolutismo a burguesia se sente livre para exercer sua liberdade de comércio e influenciar diretamente o Estado.

Um dos fatos mais importantes para se guardar é a importância do Estado no próprio nascimento do capitalismo; é também, e de um modo vinculado, a dimensão nacional da formação do capitalismo: não há capitalismo sem burguesia; e esta se fortalece no âmbito do Estado-nação, ao mesmo tempo em que se forja a realidade nacional; é neste âmbito que foi progressivamente criada, modelada, adaptada a mão-de-obra necessária (BEAUD, 1991, p. 63).

2.3 AS CRISES DO CAPITALISMO E A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

Depois das revoluções francesa e americana o caminho está aberto para a revolução industrial (século XVIII), vê-se então as grandes transformações surgirem: o aparecimento da indústria têxtil, a invenção da máquina a vapor e o aperfeiçoamento do modo de produção capitalista (que substitui o modo de produção artesanal), a acumulação de capital, o crescimento do mercado consumidor e a expansão de estradas e ferrovias. Todas essas transformações econômicas representavam lucro para a burguesia em ascensão e grandes mudanças sociais, pois a classe operária deslocara-se do campo para os centros urbanos (proletariado urbano) para viver em péssimas condições devido aos baixos salários e à jornada de trabalho esgotante e sem nenhuma proteção. Sem dúvida a riqueza da burguesia se funda na miséria dos operários como diz Michel Beaud (1991). Nesse período configura-se uma grande exploração do capital sobre o trabalho desenvolvido na indústria e a lógica obstinada do capitalismo tem na fábrica seu berço, por conta da grande pobreza vivida pelos operários, que eram, enquanto classe, ainda desorganizados. Mesmo quando houve os primeiros movimentos operários, o capitalismo respondeu com novas formas de dominação.

Ao longo da sua história o capitalismo sofre crises que aumentam ainda mais as péssimas condições de vida dos trabalhadores, esse foi sempre o foco da crítica de Marx e a suas afirmações de que o capitalismo viria a ruir foram fundamentadas nessas

questões. As crises se apresentam quando não há uma continuidade desse sistema de produção de objetos com valor de uso, que vão gerar mais-valia (extraída da mão de obra) e depois de ir ao mercado voltar ao capitalista em forma de ganho para ser reinvestido em novas mercadorias. No início foram pequenas interrupções no ciclo produtivo e de mercado geradas por más condições do tempo ou guerras, nada que viesse comprometer seriamente a regular prosperidade do capitalismo. É com a primeira “grande depressão”, conforme Beaud (1991), que se assiste a uma primeira crise realmente significativa do capitalismo (1873-1896) (a idade do imperialismo ou o desenvolvimento do capitalismo nacional em escala mundial), onde há como consequências e reações do capitalismo (Marx atribui ao capitalismo uma capacidade de resiliência que num dado momento se romperia): o desenvolvimento de novas técnicas industriais e utilização de máquinas (que resultaria em superprodução, desemprego e retração do mercado, pois com os baixos salários os trabalhadores não podiam consumir devido ao empobrecimento a que foram submetidos), surgimento do capital financeiro e dos monopólios e uma série de novas colonizações. Mas, por outro lado, houve a afirmação do movimento operário e a inevitável primeira “grande guerra”.

As crises do fim do século 19 trouxeram à tona as contradições do capitalismo e a busca por novos mercados se mostrara necessária e geradora de novas contradições. Esse panorama fez com que cada potência econômica buscasse suas formas de lidar com a crise e surgisse a segunda “grande guerra”. Assim deu-se o avanço do modo de produção capitalista (final do século XIX e início do século XX) e com esse progresso vieram as grandes indústrias (resultantes da falência de pequenas e médias indústrias e concentração do capital nas mãos de poucos mega capitalistas), seguidas das escolas e formas de produção (Taylorismo, Fordismo e Toyotismo), visando aumentar a produção e consequentemente atingir um número crescente de consumidores/as. O Taylorismo consistia no modo de produção baseado na mecanização do processo de trabalho, criado por Taylor (1865-1915). Henry Ford (1913) desenvolveu uma organização do trabalho baseada na cadeia de produção hierarquizada, chamada de Fordismo. Criado por Taiichi Ohno, o Toyotismo surgiu para atender às necessidades de aumento de produção em contexto de crescimento econômico lento (NOGUEIRA, 2004). Dessa forma, esse padrão de produção serviu de modelo para todas as outras empresas, esse período foi marcado pela submissão, disciplinarização e exigências físicas, conforme aponta Menicucci (1999).

Para melhor compreensão desse novo padrão de trabalho e das relações de poder no ambiente das fábricas resultantes do controle e disciplina impostos aos trabalhadores, desenvolve-se aqui uma discussão sobre o taylorismo, o fordismo e toyotismo.

Frederick Winslow Taylor nasceu em 20 de março de 1856, na Filadélfia, Pensilvânia (EUA), filho de Franklin Taylor, um influente advogado formado em *Princeton* e Emily Annete Winslow, uma feminista e abolicionista. A família Taylor era importante membro dos *Quakers*². Desde cedo foi educado por sua mãe, estudou na França e na Alemanha e viajou pela Europa. Em 1872, ele ingressa na Academia *Phillips Exeter* em *New Hampshire* com o intuito de se preparar para a universidade. Ao se formar, é aceito no curso de Direito em Harvard, porém decide seguir outra carreira, quando começa a trabalhar como aprendiz em uma indústria, a *Enterprise Hydraulic Works*, onde permanece até 1878, em seguida vai para a *Midvale Steel Works*, especializada na construção de máquinas. Taylor começou como operário, mas logo passou para escriturário, maquinista, contramestre (gerente) e finalmente engenheiro. Aos 27 anos, em 1883, Taylor se forma em Engenharia Mecânica no Instituto de Tecnologia de *New Jersey*. Foi nessa época que ele desenvolveu uma série de dispositivos para o corte de metais. De 1890 a 1893, Taylor trabalha como gerente-geral e engenheiro-consultor na *Manufacturing Investment Company*, onde teve a oportunidade de que precisava para testar suas teorias. Em 1893, Taylor deixa a companhia para abrir seu próprio negócio como consultor independente. Em 1898, ingressa à *Bethlehem Steel*, onde, junto com Maunsel White e uma equipe de assistentes, desenvolve o “*high speed steel*”, HSS ou aço rápido, um material usado na fabricação de ferramentas de corte largamente utilizado até hoje. Nesse mesmo ano, Taylor reestrutura uma tarefa de carregar lingote modificando a seleção, treinamento, turnos de trabalho e descanso para que o trabalhador pudesse movimentar 47,5 toneladas por dia – antes a média de carga transportada era de 12,5 toneladas (RAGO; MOREIRA, 1984). Em 1903, publica seu primeiro livro sobre o que mais tarde chamariam de administração científica, “*Shop Management*” (Direção de Oficinas), no qual trata pela primeira vez de suas ideias sobre a racionalização do trabalho. Em 1906, publica “*The Art of Cutting Metals*” (A Arte de Cortar Metais), é eleito presidente da Associação Americana dos Engenheiros Mecânicos e recebe o título honorário de

² Fundação de cunho religioso e tradição protestante criada em 1652 pelo inglês George Fox com objetivos pacifistas e abolicionistas, gozando de certa influência na sociedade local (RAGO; MOREIRA, 1984).

Doutor em Ciência pela Universidade da Pensilvânia. Em 1911 publica sua principal obra, *Princípios de Administração Científica* (*Principles of Scientific Management*) (RAGO; MOREIRA, 1984).

Taylor, foi o iniciador da chamada eficiência industrial, sendo portanto conhecido como o “Pai da Organização do Trabalho”, por ter contribuído com sua teoria intitulada ORT³ (Organização Racional do Trabalho) para o desenvolvimento industrial do século XX. O que segundo Druck (1999), resultou num novo padrão de gestão que vinha justamente corresponder às exigências do capital, num período de acumulação capitalista baseada na produção industrial. A ORT, ainda na opinião de Druck teve como fundamento central a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, em outras palavras representando a submissão do trabalho ao capital.

Taylor (1990) afirma que as indústrias serão prósperas se for possível realizar o trabalho com o menor gasto das matérias-primas e de capital investido nas instalações e máquinas, ou seja, se homens e máquinas renderem p máximo possível.

...de modo que os homens possam executar em ritmo mais rápido e com maior eficiência os tipos mais elevados de trabalho, de acordo com suas aptidões naturais (TAYLOR, 1990, p. 26).

Conforme Taylor, o trabalhador vai ao serviço e não emprega todo o esforço de que é capaz para produzir a maior soma possível de trabalho e se assim o fizesse, seria perseguido por seus companheiros de trabalho. A este fato chamou de vadiagem por parte dos empregados, o qual teria como causa o pensamento errôneo, segundo Taylor, por parte dos funcionários de que o seu maior rendimento teria como resultado o desemprego de muitos da classe operária. O autor argumenta para rebater essa forma de pensar, que o aumento da capacidade produtiva e a baixa dos custos aumentam as contratações e atribui o que ele chama de equívoco por parte dos trabalhadores aos movimentos sindicais, chamando-os de agitadores sentimentalistas e incentivadores do trabalho lento e, portanto culpados dos baixos salários. Ainda aponta como causas para a vadiagem a má administração e o desperdício de tempo e esforço por parte do

³ A Organização Racional do Trabalho (ORT) consiste em técnicas de racionalização do trabalho, propostas por Taylor a partir de suas pesquisas e fazem parte dos seus princípios de administração científica (TAYLOR, 1990).

empregado com métodos ineficientes. Sobre a má administração, ele diz categoricamente que a ignorância dos patrões sobre o tempo para a realização dos trabalhos contribui para o trabalho vagaroso, fruto do que denomina de indolência sistemática por ocorrer em grupos de trabalhadores que agem assim para defender seus interesses e que existe em consequência da indolência natural, uma espécie de apatia e preguiça inerente aos trabalhadores, com raras exceções. Sendo assim, a chefia deve controlar tal indolência e vadiagem com a utilização de métodos científicos em lugar dos métodos empíricos. Taylor chega a afirmar em seus princípios gerais que conforme comprovam as leis científicas, o trabalhador é mentalmente incapaz de compreender tais métodos complexos e precisam da chefia para auxiliá-lo, a partir daí surge a divisão de responsabilidades entre a administração e o operário.

Assim Taylor propõe o uso da administração científica na produção, a qual fundamenta-se na aplicação de métodos científicos para administrar o trabalho, tirando o poder de controle do trabalhador sobre suas ações e escolhas e transferindo-o para o setor administrativo. As teorias de Taylor fundamentam-se sobre algumas premissas, sendo uma delas a de que existe um meio mais rápido e eficiente para realizar cada tarefa, em que a eficiência seria máxima. Para tanto, ele analisou sistemática e obstinadamente as tarefas na indústria, atentando aos movimentos e o tempo necessário para sua realização, e fragmentou-as até a sua maior simplicidade (ORT). Segundo o autor, toda e qualquer tarefa, por menor que seja, é relevante e necessita ser estudada para que se projete um melhor método para sua realização. O trabalhador passava então a realizar tarefas específicas com controle rigoroso do tempo. O treinamento era importante, pois com instruções sistemáticas e adequadas a cada função seria possível fazer o funcionário produzir mais e com maior qualidade. Nesse sistema, deve haver um forte controle para verificar se o trabalho está sendo executado da maneira adequada, na sequência e no tempo predeterminado para não haver desperdício operacional. Outra premissa do taylorismo é a do homem econômico, que afirma que o único fator motivador para o trabalhador realizar o seu trabalho de maneira mais dedicada é vinculando o seu pagamento à sua produtividade, sendo estabelecidas metas a serem cumpridas. A visão de Taylor era de que por meio de pagamentos o trabalhador se sentiria estimulado a trabalhar mais, cooperando com a empresa para a obtenção de lucros, o que reverteria para o bem de todos. O trabalhador ideal era aquele que executava as tarefas da maneira planejada pela administração, sem questionar e da

maneira mais eficiente possível. Os quatro princípios da administração científica são: 1. Princípio do planejamento: consistia na substituição de métodos empíricos e improvisados por procedimentos científicos, com métodos avaliados. Esse planejamento rigoroso do trabalho, baseado em estudos fundamentados, inclusive estatisticamente, propiciou à administração transformar-se em uma ciência. 2. Princípio do preparo: preparar e treinar os operários para produzirem mais e melhor, de acordo com o método planejado. Incluía o treinamento do trabalhador sobre o modo ideal de realizar o trabalho e a seleção de um indivíduo ideal para cada função. 3. Princípio do controle: controlar o trabalho para se certificar de que está sendo executado de acordo com os métodos estabelecidos. O controle do tempo e dos movimentos era rigoroso na teoria de Taylor. 4. Princípio da execução: distribuir atribuições e responsabilidades para que a execução do trabalho seja disciplinada. Houve a criação do cargo de supervisor para averiguar se o método de trabalho desenvolvido estava sendo executado pelos trabalhadores. De acordo com o próprio autor, a administração científica constituía-se na melhor forma de organização e gerenciamento, e não optar pela melhor forma seria simplesmente irracional. Por essa razão, as implementações posteriores ao taylorismo acabaram sendo chamadas de racionalização (TAYLOR, 1990).

Para Coltro (2006), os princípios da ORT podem ser fundamentados em 9 aspectos principais, todos voltados à busca da eficiência nos processos de trabalho:

- Análise do trabalho e do estudo dos tempos e movimentos: Garante que o trabalho seja executado da melhor e mais econômica maneira possível, por meio da divisão e subdivisão de todos os movimentos necessários à execução de cada operação de uma tarefa.
- Estudo da fadiga humana: Também é visto como o estudo dos movimentos humanos, pois é baseado na anatomia e fisiologia. Na prática, é uma consequência do estudo dos tempos e movimentos.
- Divisão do trabalho e especialização do operário: Ao analisar o trabalho dos operários e descrever o estudo dos tempos e movimentos, provocou a reestruturação das operações industriais nos Estados Unidos, eliminando movimentos desnecessários e economizando energia e tempo.
- Desenho de cargos e de tarefas: As vantagens, segundo Taylor, de se desenhar os cargos e tarefas são: 1) Admissão de empregado com qualificações mínimas e salários menores, reduzindo os custos de produção; 2) Minimização dos custos de treinamento; 3) Redução de erros na execução, diminuindo os refugos e rejeições; 4) Facilidade de supervisão, permitindo que cada supervisor controle um número maior de subordinados.
- Incentivos salariais e prêmios

de produção: Ao estabelecer os princípios anteriores, Taylor ainda precisava que o operário colaborasse com a empresa e trabalhasse dentro dos padrões de tempo previstos, surgindo os planos de incentivos salariais e de prêmios de produção. • Conceito de *homo economicus*: O plano de incentivo salarial é justificado por este conceito, isto é, homem econômico. Segundo o qual, toda pessoa é profundamente influenciada por recompensas salariais, econômicas e materiais e, por esta razão, é capaz de desenvolver o máximo de produção que sua capacidade física pode atingir no intuito de obter um ganho maior. • Condições ambientais de trabalho: A eficiência do trabalhador depende não somente do método de trabalho e incentivo salarial, mas também de um conjunto de condições que garantam o seu bem-estar físico e diminuam a fadiga, como instrumentos, ferramentas e equipamentos adequados, o arranjo físico das máquinas e a melhoria do ambiente físico de trabalho. • Padronização de métodos e de máquinas: Ao aplicar um único padrão para todos os setores da indústria, universaliza-se a redução de desvios de produção e tenta-se diminuir ao máximo o desperdício e com isso aumenta-se a eficiência. • Supervisão funcional: A supervisão funcional é o ponto máximo da divisão de trabalhos ao objetivar a especialização máxima de todos os operários e supervisores, originando supervisores específicos com poder funcional para cada área da empresa.

Para Harvey (1992), o que distingue o fordismo do taylorismo é a questão da produção e consumo em massa, pois Ford apostou num sistema de reprodução da força de trabalho, através do controle e gerência do trabalho, que resultasse em uma linha de montagem altamente produtiva, pela disciplinarização do trabalhador e que também pudesse dar a esse mesmo trabalhador a possibilidade de consumir esses produtos feitos em grande escala. Esse era o objetivo das oito horas trabalhadas, garantir que o trabalhador mantivesse sua capacidade de consumo, correspondendo às expectativas das organizações. Em outras palavras, Ford confiava demasiadamente no poder das corporações em regular a economia, exemplo disso é que em meio à Grande Depressão dos anos 30, aumentou os salários dos funcionários com a intensão de que isso aumentasse a demanda efetiva e recuperasse o mercado. Segundo Druck (1999), o fordismo representa uma ampliação e, sobretudo, uma consolidação do taylorismo.

O trabalho no sistema fordista, durante quase todo o século XX, caracterizou-se pela exploração intensa do trabalhador. Visto como simples parte da máquina (Visão Mecanicista), o operário fordista sofria com o trabalho repetitivo, massificado e intenso,

trabalho onde quanto maior a exploração e menor a remuneração maior seria o lucro, porque maior é a mais-valia, que é o ganho do capital sobre o trabalho. Outra característica do fordismo, além da produção em massa marcada por grande número de funcionários, baixos salários e condições precárias, é a racionalização da produção pelo parcelamento de tarefas, bem ao estilo taylorista (GOUNET, 1999). Este processo é completado por uma terceira característica, a linha de montagem, que permite aos operários, colocados um ao lado do outro e em frente a uma esteira rolante, realizar o trabalho que lhes cabe, ligando as tarefas individuais sucessivas. Mas era necessário adequar ainda mais a produção aos objetivos traçados. E foi no intuito de reduzir o trabalho do operário a gestos simples e repetitivos e evitar constantes adaptações das peças produzidas aos veículos, que Ford decidiu por padronizá-las. Ocorre, então, o que se chama de integração vertical, ou seja, o controle da produção total de autopeças, comprando as firmas fabricantes. Essas transformações permitem que a fábrica fordista seja automatizada (GOUNET, 1999). Ainda segundo o autor, a indústria que muda radicalmente o modo de produção, tornando-a cada vez mais eficiente, é aquela que se destaca no mercado altamente competitivo. Para manter os custos de produção cada vez mais baixos, as condições de trabalho são mantidas sem nenhuma melhoria, o que submete os operários a trabalhos precários.

Da crise do modelo fordista, nasce um novo modelo, fundamentado em fórmulas inovadoras no objetivo de superar as falhas do taylorismo/fordismo. Este modelo, chamado de toyotismo, elabora um discurso voltado para a valorização do trabalho em equipe, da qualidade no e do trabalho, da multifuncionalidade, da flexibilização e da qualificação do trabalhador. Oculta, porém, a exploração, a intensificação e a precarização do trabalho, inerentes à busca desenfreada do lucro pelo sistema de metabolismo social do capital, que, por não ter limites, configura-se como ontologicamente incontrolável (MESZÁROS, 2011). Tal crise, para Antunes (2007), exigia que o capital viesse a estabelecer mutações em sua estrutura. Por ser incontrolável, o capital elabora sempre uma saída para sua crise. Utilizando-se da experiência do fordismo, cria um novo modelo de produção que tem como objetivo solucionar os problemas que teriam levado o modelo anterior a uma crise estrutural.

Escapa a um grau significativo de controle precisamente porque ele emergiu, no curso da história, como uma estrutura de controle totalizante das mais poderosas, (...) dentro da qual

tudo, inclusive os seres humanos, deve ajustar-se, escolhendo entre aceitar sua viabilidade produtiva ou, ao contrário, perecendo. Não se pode pensar em outro sistema de controle maior e mais inexorável – e, nesse sentido, totalitário – do que o sistema de capital globalmente dominante, que impõe seu critério de viabilidade em tudo... (ANTUNES, 2007, p. 25).

Tem início, então, um processo de reorganização, que teve como principal resultado a emergência do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a falência do setor público estatal. Posterior a isso ocorre um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, que daria origem ao modelo flexível de produção. Tudo isso no intuito de recuperar o ciclo reprodutivo do capital. Lembremos que no modo de produção fordista, a produção em série ao redor de uma linha de montagem separava nitidamente elaboração e execução, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho operário. Considerados apenas como apêndices das máquinas e ferramentas, só cabia aos operários executar mecanicamente as respectivas tarefas, enquanto a organização e as decisões pertenciam exclusivamente à gerência. O operário fordista nunca era chamado a participar da organização do processo de trabalho, sendo relegado a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido. Devido às lutas por melhorias nas condições de trabalho e pelo controle social da produção, ocorridas nos anos 60, houve o rompimento da separação entre elaboração e execução, uma vez que reivindicavam, entre outras pautas básicas, também uma maior participação do operariado na organização do trabalho. Percebeu-se, então, que:

Os operários tinham se mostrado capazes de controlar diretamente não só o movimento reivindicatório mas o próprio funcionamento das empresas. Eles demonstraram, em suma, que não possuem apenas uma força bruta, sendo dotados também de inteligência, iniciativa e capacidade organizacional. Os capitalistas compreenderam que, em vez de limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtudes da inteligência (ANTUNES, 2007, p.44-45).

O operário tido então como incapaz e como repetidor de tarefas, passa a ser considerado também enquanto ser pensante, consciente e integrado ao processo produtivo, esse pensamento cria as bases desse novo modelo de produção. Se antes se procurava manter o operário longe das decisões organizacionais relacionadas à produção, no toyotismo há uma inversão de valores, com a valorização do operário participativo, integrado ao processo produtivo. Da mesma forma, se no modelo anterior a regra era um operário “máquina”, no toyotismo passa a vigorar o operário polivalente e multifuncional, capaz de trabalhar com diversas máquinas simultaneamente (Flexibilidade profissional); na qual se verifica a mescla entre elaboração e execução de tarefas e estratégias organizacionais. O trabalhador tornado flexível é o que conhece além das suas atribuições peculiares, sendo capaz de compreender a essência do processo produtivo, também as outras operações, podendo reforçar a cooperação entre os funcionários de uma organização, aumentando a eficiência e a produtividade em prol do capitalismo (ANTUNES, 2007). Com essas mudanças o sistema capitalista mostra seu poder transformador e sua capacidade de fazer frente às adversidades que comprometem a sua sobrevivência, ao passo que encerra dois problemas ao mesmo tempo: além de explorar os operários em outro nível, ainda cala os sindicatos dando mais autonomia aos trabalhadores.

Técnicas como o *just in time*, *kanban* e *Kaisen*⁴, controle de estoque, eliminação do desperdício e controle de qualidade total (CCQ – Círculos de Controle da Qualidade) são parte do discurso do modelo toyotista de produção e adotadas pelas empresas em todo o mundo. Essas são estratégias que tornaram-se modismo e atestam que se é conveniente para o capitalismo então o próprio sistema e seu metabolismo social se encarrega das transformações. O que não é divulgado, no entanto, é que esse modelo leva à intensificação do trabalho e precarização do mesmo. Conforme observa Ricardo Antunes, presenciou-se nas empresas onde vigora a modelo toyotista:

A desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; o aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; a

⁴ Processos utilizados no Sistema Toyota como elementos chave para a eficiência. *Just in time* - Método que busca o estoque mínimo, através da produção em tempo real de acordo com a demanda. *Kanban* - Sistema de informação criado para controlar a quantidade a ser produzida, significa “placa visível”. *Kaisen* – Prática que visa a melhoria contínua de todos os processos com o objetivo geral de eliminar desperdícios (MAXIMIANO, 2012).

precarização e terceirização da força humana que trabalha; a destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo em um 'sindicalismo de empresa' (ANTUNES, 2007, p.53).

Perda de direitos trabalhistas, precarização do trabalho, destruição do sindicalismo, intensificação do trabalho dada pelo melhor aproveitamento possível do tempo de produção através do método *just in time*, imensa terceirização dos processos produtivos, com o aumento do trabalho em condições precárias; tudo isso reflete o enorme desprezo do capital pela força humana que trabalha, seja no modelo fordista de produção, onde a exploração era explícita, seja no modelo de acumulação flexível, cujo discurso de “qualidade total” encobre as condições desumanas vividas por muitos trabalhadores.

Sobre esse aspecto da nova forma de organização das bases materiais de produção e relações sociais por meio da coerção de trabalhadores e de como esses fatores contribuíram para a afirmação do paradigma capitalista, Gramsci (2008), tem a nos esclarecer que:

Taylor, de fato, exprime com cinismo brutal a finalidade da sociedade americana, de desenvolver no trabalhador posturas maquinais mínimas e automáticas, eliminar o antigo senso psicofísico do trabalhador profissional qualificado, que demandava uma participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas ao aspecto físico maquinal somente (GRAMSCI, 2008, p. 69, 70).

Gramsci aponta em sua análise a necessidade de manipulação e racionalização das forças subalternas para a introdução do modelo fordista de produção, através do desmonte do sindicalismo operário e da persuasão dos trabalhadores com altos salários. O autor chama esse mecanismo de adestramento da classe trabalhadora, na visão gramsciana houve a formatação de um novo indivíduo/trabalhador, onde a racionalização abrangia todos os aspectos da vida privada do trabalhador, tudo visando a eficiência.

A indústria de Ford exige uma discriminação, uma qualificação, de seus operários, que as outras indústrias ainda não requisitam. Um tipo de qualificação de novo gênero, uma forma de consumo da força de trabalho e uma quantidade de força consumida pelo próprio tempo médio que são mais

opressoras e extenuantes que em outros lugares, e que o salário não consegue compensar, nas condições dadas pela sociedade tal como está. Postas estas reflexões, é preciso perguntar se o tipo de indústria e de organização do trabalho e da produção característico de Ford é *racional*, podendo e devendo generalizar-se, ou se, em vez disso, trata-se de um fenômeno nocivo a ser combatido pela força sindical e pela legislação (GRAMSCI, 2008, p. 80).

De acordo com Druck (1999), a burguesia industrial brasileira, mais especificamente no meio paulista, desde os anos 20, já mostrava sinais de preocupação em relação à urgência em aderir ao taylorismo, ampliando o trabalho assalariado e constituindo um conjunto de normas que validassem a nova forma de produção e as novas relações de trabalho. A aplicação das práticas tayloristas têm início na administração pública e nas companhias ferroviárias paulistas. O surgimento de instituições de ensino como o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social da Indústria) e várias escolas de engenharia, têm como objetivo a disciplinarização do trabalhador para a vida produtiva no trabalho, bem como formar profissionais para ocupar cargos de gerência na administração científica durante o processo de industrialização. Além disso, podemos destacar o controle do movimento sindical, por parte do Estado, como esforço para reprimir a classe trabalhadora. Mas vale ressaltar, que houve grande resistência dos trabalhadores, que impedidos de manifestar-se coletivamente, protestavam através de baixa produtividade e ausências no trabalho. O ideário taylorista conforme Druck (1999), só se estabelece por meio da forte intervenção do Estado brasileiro na era Vargas. Nesse período houve a aplicação da nova Legislação Trabalhista, regulando o mercado de trabalho através de normas referentes a férias, jornada de trabalho, folgas, salário mínimo, dentre outras.

Como parte do processo tardio de desenvolvimento do capitalismo no país, o fordismo somente se consolida no Brasil com a chegada da indústria automobilística. Nessa fase, há a entrada de capital estrangeiro e junto com esses investimentos chega o padrão fordista de produção, num momento em que a mobilização e resistência, por parte dos operários, estão comprometidas. A industrialização do Brasil se deu de forma excludente, pois criou um mercado consumidor selecionado, ocasionando a concentração de renda, diferente do modelo americano de industrialização que elevou o padrão de vida dos trabalhadores e constituiu desenvolvimento industrial. Nesse

contexto, o golpe de 64 serviu para garantir, pelo regime autoritário, o ambiente de coerção necessário para a implementação do fordismo no país. O mercado de trabalho se pauta sob a lógica da “disciplina fabril” (DRUCK, 1999).

Mészáros em seu livro *Para além do capital* (2011), parte do princípio de que se o capitalismo se firma na própria expansão e acumulação, se acontecer por qualquer motivo que esse sistema seja interrompido, haverá sérias consequências na sua base estrutural. Essas consequências são as crises que o autor, nesta perspectiva, entende como sendo naturais do capital. As formas de sobrevivência do capitalismo seriam então as adaptações a essas novas realidades. É interessante observar que no início dos anos 70, o capitalismo entrou em crise estrutural após a excessiva acumulação de capitais, no auge do taylorismo e o fordismo, tal crise acarretou em queda das taxas de lucro, redução da produtividade, fusões que geraram concentração de capitais e privatizações; o que levou o sistema capitalista a criar novas formas de dominação, apesar das conquistas das lutas sociais. Como resposta e arma de sobrevivência o capitalismo buscou uma reestruturação do capital, que consiste na manutenção de seu ciclo reprodutivo. Reorganizando assim o padrão produtivo que resultou em acumulação flexibilizada e consequente precarização (ANTUNES, 2007). O capitalismo passa nessa ocasião da mais valia absoluta para a mais valia relativa, como teoriza David Harvey (1992). A precarização do trabalho pode ser considerada como sendo o movimento de desconstrução da relação salarial constituída no período histórico do capitalismo do pós-guerra, onde há segundo Alves (2000), um sentido objetivo de perda da razão social do trabalho por conta de mudanças na ordem salarial que implicariam na perda de direitos do trabalho.

Como os panoramas econômicos não são estáticos, o capitalismo continua se moldando para adaptar-se a essas mudanças, e essas transformações dizem respeito às substituições dos modos de produção, à desregulamentação dos direitos trabalhistas, como a informalidade, e ainda ao advento do neoliberalismo. Todas essas reestruturações vêm acompanhadas, como afirma Nogueira (2004) de aumento da precarização do trabalho. De acordo com Bourdieu (1998), “a precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável”.

2.4 NOÇÃO DE CLASSE

O ponto a ser salientado aqui é o que Beaud denomina de “afirmação das classes operárias”, quando há uma tomada de posição por parte do proletariado que se organizando passa a representar resistência junto ao capitalismo. Somente na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos, na Alemanha e na França (os quatro maiores países capitalistas) havia cerca de 30 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que entendiam a importância de unirem-se para exercer sua força através de reivindicações, greves e criação de organizações sindicais.

Segundo Marx (1998), a história das sociedades é a história da luta de classes, opressores e oprimidos estão continuamente envolvidos em uma eterna disputa que através da revolução transforma a sociedade. Com a moderna sociedade burguesa, que sobrepujou a sociedade feudal, não foi diferente. O antagonismo entre burguesia e proletariado é decorrente do crescimento da produção industrial. Através das mudanças nas relações de produção, do crescimento dos mercados mundiais e da acumulação de riqueza nas mãos de poucos, houve a destruição dos laços sociais. A burguesia passa por crises e para se manter no poder e superar essas inevitáveis crises, intensifica a exploração de mercados. Mas com o desenvolvimento da classe burguesa há também o crescimento da classe trabalhadora. O proletariado, que é obrigado a vender sua mão de obra por ter sido afastado dos meios de produção, é agora relegado a um apêndice da máquina e sua existência torna-se cada vez mais insegura.

Por esses motivos, de acordo com sua característica revolucionária, une-se para lutar por interesses comuns; luta essa que torna-se uma luta política. Entre o proletariado estão os que lutam por interesses do conjunto do movimento, ou seja, a constituição do proletariado em classe, a derrubada da burguesia e a conquista do poder político pelos proletários. A supressão da propriedade privada é uma forma de supressão da burguesia e da exploração de uma classe por outra. E a ascensão do proletariado à situação de classe dominante representa a conquista da democracia. De fato, Marx trata do fato de toda a história das sociedades ser baseada na luta de classes, do inevitável declínio da burguesia e da ascensão do proletariado. A abordagem sobre as mudanças sociais impostas pela revolução dos modos de produção e como foram afetadas as vidas

das pessoas, nos fazem refletir sobre como o proletariado precisa agir em prol de objetivos comuns e em prol da defesa da sua dignidade enquanto classe.

... as próprias classes são constituídas e continuam a se desenvolver de acordo com a divisão estrutural do trabalho... (MÉSZÁROS, 2011, p. 84).

Mais especificamente, Marx (1998) define o conceito de classe como sendo um conjunto de pessoas que ocupam posição equivalente na divisão do trabalho e que por esse motivo compartilham interesses em comum. Assim sendo, o conflito por recursos e poder é algo inevitável na sociedade e as relações entre classes se pautam em exploração, resultando em desigualdade econômica produzida pelo sistema capitalista. Enquanto a abordagem de Weber (1991), desenvolve o conceito de classes a partir do enfoque marxista, mas indicando outras nuances. Trata-se da percepção de Weber de que o conceito de classe deriva de determinantes econômicos fundamentais, mas que existem elementos a serem considerados como: prestígio, participação, autoidentificação, reconhecimento dos outros, estilos de vida e educação. Esses elementos influenciam a vida de cada indivíduo e produzem as diferenças entre grupos (*status*). Na perspectiva de Weber, a noção de classe se evidencia à medida que os indivíduos se percebem enquanto inferiores ou superiores a outros.

2.5 FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O termo descritivo precariado foi usado pela 1ª vez pelos sociólogos franceses nos anos 1980, para descrever os trabalhadores temporários. O termo tem variado de acordo com a realidade onde é empregado: Pessoas cumprindo tarefas casuais e com baixas rendas, desempregados que não tem esperança de integração social e trabalhador pobre. Mas a precariedade também implica a falta de identidade segura baseada no trabalho. Segundo Standing (2013), o precariado consiste em pessoas que são desprovidas das sete formas de garantia relacionadas ao trabalho, conforme a seguir: Garantia de mercado de trabalho, garantia de vínculo empregatício, segurança no emprego,

segurança do trabalho, garantia de reprodução de habilidade, segurança de renda e garantia de representação.

Outra característica do precariado é a renda precária e um padrão de renda que é diferente daquele de todos os outros grupos. Isso pode ser demonstrado usando-se o conceito de “renda social”. A composição da renda social pode ser dividida em seis elementos: Autoprodução, salário nominal (renda em dinheiro), apoio financeiro da família ou comunidade, benefícios corporativos, benefícios estatais e benefícios privados. Em relação aos salários, o precariado também enfrenta a flexibilidade, pois seus salários são mais baixos, mais variáveis, mais imprevisíveis e não correspondem às necessidades permanentes ou momentâneas. O precariado é formado por pessoas com históricos diferentes e é composto vários grupos, sendo assim podemos nos referir a uma variedade de precariado que possuem vários níveis de insegurança.

A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável (PIERRE BOURDIER, 1998).

Guy Standing (2003) entende que a globalização precarizante e o neoliberalismo, desencadeados durante a terceira revolução industrial (1970), desmantelam o “cerne humanizante do trabalho” e a “amizade cívica”. Ele propõe em sua obra a reconstrução desse vínculo entre os cidadãos. Para ele, se o precariado não for entendido haverá um caos, que só pode ser evitado se o mesmo se tornar uma classe-para-si.

A era da globalização (1975-2008) foi um período em que a economia se “desintegrou” da sociedade na medida em que financistas e economistas neoliberais buscaram criar uma economia de mercado global baseada na competitividade e no individualismo. O precariado cresceu por causa das políticas e das mudanças institucionais naquele período (STANDING, 2003, p. 49).

Em se tratando de globalização, um dos seus aspectos centrais diz respeito ao que Standing chama de “mercadorização”, que envolve o entendimento de tudo como uma

mercadoria, que como tal pode ser comprada e vendida, por estar à mercê da ação do mercado e sem capacidade de resistir. Tal “mercadorização” está, conforme o autor, em todas as instâncias da vida, seja no trabalho, na educação, na proteção social ou na política. Em nome da eficiência de mercado, foram abertas pelos princípios neoliberais, todas as portas para que houvesse, através de regulamentos, sobreposição dos interesses capitalistas sobre os interesses coletivos.

Ocorreu que o objetivo do crescimento econômico de enriquecer a todos, foi responsável pela mudança da política fiscal. Ou seja, os altos impostos diretos que antes eram usados para reduzir a desigualdade e servir de proteção aos trabalhadores de baixa renda, passaram a ser vistos como desincentivos ao trabalho. A proteção social neste momento começa a ser vista como uma forma de lidar com os chamados “fracassados sociais” e necessita de uma contrapartida por parte do indivíduo. Segundo Standing, essa foi uma tendência da assistência social pautada na verificação de recursos (*Workfare*) em oposição ao *Welfare*. No entendimento do autor, tanto classe (posição nos processos de trabalho) como status (posição em hierarquias socioeconômicas e simbólicas) constituem categorias que implicam relações variáveis de confiança para com o Estado e o capital, sobredeterminadas por formas e graus de acesso direto e indireto à renda social, objeto da injustiça distributiva e dos arranjos institucionais praticados após a 2ª Guerra Mundial sob o influxo dos Estados de Bem Estar Social, caracterizados por políticas de proteção social da classe trabalhadora. Os Estados de Bem Estar Social foram construídos tendo em mente o grupo da classe trabalhadora, mas os batalhões de trabalhadores industriais que integravam os movimentos trabalhistas se retraíram e perderam seu sentido de solidariedade social. Esse trabalhador do séc. XXI, com emprego vitalício em uma empresa, surgiu através de um modelo altamente paternalista do trabalhismo que prevaleceu até o início dos anos 1980. A relação de emprego tornou-se uma relação dadivosa de subserviência, onde o resultado foi uma cultura de horas extras de serviço e o sacrifício máximo pela empresa.

Standing (2013) aponta que os ataques às instituições coletivas como empresas, sindicatos e comunidades profissionais, à educação, à família e à proteção social, despedaçaram os esquemas de emprego, fragmentando a classe trabalhadora; merece destaque aqui a terceirização do trabalho. Portanto, fazer parte do precariado diz respeito a não apenas ter insegurança de vínculo empregatício, ocupar empregos de duração limitada e com o mínimo de proteção trabalhista, mas trata-se ainda de estar

numa posição que não oferece uma identidade profissional confiável, essa é a realidade de um sistema que promove a competitividade, a meritocracia e a flexibilidade. O resultado tem sido o crescimento do precariado, já que a tendência ao compromisso com os princípios de mercado continuam levando a práticas de empregos e trabalhos flexíveis, de sorte que a flexibilização do trabalho tem sido a principal causa direta do crescimento do precariado global.

À medida que as desigualdades aumentaram e que o mundo se moveu em direção de um mercado de trabalho aberto e flexível, a classe não desapareceu. Em vez disso, surgiu uma estrutura de classe global mais fragmentada (STANDING, 2013, pág.24).

Como forma de responder rapidamente às ameaças externas, as empresas querem cada vez mais uma força de trabalho flexível. A divisão do trabalho dentro das empresas tornaram as atividades mais diluídas, ou seja, mais baratas, com os recursos de terceirização e realocação de mão de obra. Trazendo consigo a fragmentação do processo de trabalho e o conseqüente desencorajamento por parte dos trabalhadores em relação às suas carreiras.

... Na realidade brasileira, a terceirização é inseparável da ampliação da exploração do trabalho, da precarização das condições de vida da classe trabalhadora. E, certamente, ela não teria a abrangência que tem hoje se não fosse a sua capacidade de reduzir custos, de servir como poderoso instrumento para a recomposição das taxas de lucro (MARCELINO, 2008).

Por isso Standing (2003) vê o precariado como necessitando de amparo e identidade, pois tem “status truncado” e vislumbra que sem uma reparação radical das desigualdades invisibilizadas propositalmente pelos governos nas últimas décadas, “o sofrimento e as repercussões podem se tornar explosivos”. A partir de 2001 durante as comemorações do Dia do trabalho na Europa, surgiram as primeiras manifestações e movimentos do precariado global, em busca de livre migração e uma renda básica universal. Diferente do sindicalismo tradicional, esses jovens manifestantes, segundo Standing (2013), que viram seus pais serem submetidos ao padrão fordista de produção, à submissão e aos ditames do capital; não estavam interessados em manter o

trabalhismo (ampliação dos direitos trabalhistas). No entanto, o movimento obteve apenas a afirmação da individualidade dentro de uma experiência coletiva de precariedade. Ajudou a formar uma classe e a construir identidade, promovendo uma consciência de afinidade e uma base para solidariedade (STANDING, 2013).

Podemos apontar, apoiados em Standing (2013), alguns aspectos da flexibilidade e remercadorização do trabalho que vêm desgastando todas as sete formas de segurança e garantia de trabalho. Sejam elas, a redução da garantia de vínculo empregatício pela facilidade e redução de custos de demissão, o uso de trabalhadores temporários e com trabalho em tempo parcial, a terceirização que tende a isolar os trabalhadores (combinando formas diversificadas de flexibilidade: divisões do trabalho, locais de trabalho, horas de trabalho e tipos de contrato) , o uso de estagiários e a flexibilidade salarial que em essência diz respeito ao nível de renda recebida pela maioria dos trabalhadores ter diminuído e ainda as desigualdades salariais. Afinal, os empregados estáveis estão mais suscetíveis de organizar-se coletivamente e enfrentar os empregadores. Usar trabalhadores temporários significa vantagem de custo e aumento de competitividade, já que as empresas copiam as estratégias que estão dando certo em outras organizações do setor em que atuam. E ainda significa usar esses trabalhadores para extrair concessões de outros trabalhadores, com ameaças de substituição caso não cedam às determinações.

As pessoas contratadas temporariamente podem ser induzidas a trabalhar de forma mais dura, especialmente se os trabalhos são mais intensos do que aquele feito pelos trabalhadores regulares. Os trabalhadores regulares podem se indignar com a mudança. As pessoas contratadas temporariamente também podem ser colocadas com mais facilidade em formas de subemprego que pagam menores salários... elas podem ser facilmente controladas pelo medo. Se não se acomodarem às demandas que lhe são impostas, podem ser mandadas embora, com o mínimo de barulho e custo (STANDING, 2013, pág.58).

Deste modo, devemos salientar conforme Alves (2000), que existe uma redefinição do conceito de precarização do trabalho nas condições da crise estrutural do capital. A precarização do trabalho atualmente, sob o capitalismo global, seria não apenas “precarização do trabalho” no sentido de precarização da força de trabalho como mercadoria; mas seria também, “precarização do homem que trabalha”. Essa redefinição

da categoria contribui assim para expor novas dimensões das metamorfoses sociais do mundo do trabalho. Nesse sentido, Druck (2011), propõe que “a precarização social do trabalho é um novo e um velho fenômeno, por que é diferente e igual, por que é passado e presente e por que é um fenômeno de caráter macro e microsocial” (p. 37). A autora aponta ainda a construção um conjunto de indicadores de precarização social do trabalho que venham alinhar informações de natureza quantitativa e qualitativa, no que diz respeito a realidade brasileira, com base no Programa de Trabalho Decente da OIT (OIT, 2008); Tais indicadores se assentam sobre quatro fundamentos principais: a criação de emprego de qualidade para homens e mulheres, a extensão da proteção social, a promoção e fortalecimento do diálogo social e o respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho, expressos na Declaração dos Direitos, adotada em 1998. Os indicadores de precarização social do trabalho são agrupados da seguinte forma: 1) Vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais – tipos de contratação, taxas de desemprego e informalidade, níveis de rendimento e produtividade, índices de rotatividade e grau de desigualdade entre grupos. 2) Intensificação do trabalho e terceirização – padrões de gestão que levam ao aumento da jornada de trabalho, criação de metas inalcançáveis, ameaças, abuso de poder e assédio moral. 3) Insegurança e saúde no trabalho – a busca por maior produtividade leva à falta de informação, ao desrespeito às normas de segurança e ao conseqüente aumento dos acidentes de trabalho. 4) Identidades individual e coletiva – reflete a condição de desempregado ou ameaça de perda do emprego como forma de dominação. 5) Fragilização da organização dos trabalhadores – dificuldades da organização sindical e das formas de luta dos trabalhadores/as, desarticulando a representação, impossibilitando uma efetiva resistência e criando a ideia de que os males da reestruturação do capital são inevitáveis. 6) A condenação e o descarte do Direito do Trabalho – ataque, em defesa dos princípios liberais, aos regulamentos do Estado (leis trabalhistas) e busca constante da flexibilização.

Todas essas constatações e esclarecimentos fornecidos pelos autores pesquisados nos são muito úteis ao passo que nos permitem avaliar o contexto vivido hoje. Pois se onde há igualdade não há lucro, o capitalismo pressupõe a desigualdade. Para Mészáros (2011), no intuito de continuar obtendo valor excedente, o capital se refaz e isso implica na destruição de tudo à sua volta, ou seja, das relações com os meios de produção e recursos e, além disso, dos relacionamentos humanos envolvidos. Mas ele aponta para

uma possível transformação dessa lógica “perversa”, quando afirma que depende da capacidade da classe operária em articular-se para haver uma superação dos limites impostos pelo capital.

De acordo com Duarte (2012), cada indivíduo já nasce sendo parte de uma classe social, segundo a teoria da sociedade de classes e independente de sua escolha, esse fato influenciará a construção do seu ser social. Ou seja, esse indivíduo se torna participante das mesmas condições que os outros membros da classe, sejam condições econômicas, educacionais, culturais ou morais. O modo de produção atuará sobre cada indivíduo, dependendo da classe à qual pertencer, determinando seu desenvolvimento, seja esse desenvolvimento de ordem profissional, econômica, política ou cultural. Mas quanto ao sentimento de pertencimento ou consciência de classe, vai depender de uma série de fatores como: visão de mundo dos indivíduos inseridos nas relações sociais de produção e reprodução da vida material e simbólica.

Entre a origem de classe e a consciência de classe há mediações, determinações e escolhas. Atuam fatores materiais e simbólicos que configuram o *ser social* do sujeito e direcionam suas escolhas (as quais são feitas dentro de um campo objetivo de possibilidades), dentre eles o sistema escolar, o sistema de produção (a disciplina da fábrica) e a ideologia da classe dominante que atua, inclusive, por meio dos seus apelos simbólicos de valorização da ordem vigente (DUARTE, 2012).

Na produção teórica marxiana, a questão da consciência e da representação de classe passa pelas categorias *classe em si* e *classe para si*. Para Marx (1982), a constituição de uma classe, entendida como *classe para si*, não nasce pronta, é um processo, onde com o passar do tempo e por meio das lutas sociais, a classe vai se solidificando.

... Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta... esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1982).

Duarte (2012) assinala que existe um movimento de evolução no processo de constituição de uma *classe para si*, ou seja, alguns níveis desse processo, que

correspondem a níveis diferentes de consciência, de organização, de existência e experiências – as classes se movimentam e em determinado momento, alcançam o estágio de *classe para si*, ou seja, com *consciência de si e para si*, com um projeto próprio de poder pelo qual luta ativamente superando os particularismos que a fracionam. E para que determinada classe possa realizar essa transição é preciso que o grupo se posicione dentro das relações sociais de produção, para só assim construir a unidade necessária de interesses que venha elevá-los enquanto classe. Antes disso os indivíduos desse grupo são apenas *classe em si*, pois não se vêem com consciência ou ideologia próprias, que os façam ver além da difícil realidade compartilhada por todos. Pode-se dizer que sua consciência é limitada pela ideologia de outra classe, a dominante, e que é alienada e restrita (MÉSZÁROS, 2008).

2.6 O PAPEL DO ESTADO LIBERAL

A discussão que se segue tem como objetivo rever, dentro da teoria clássica e atual, as opiniões e entendimentos a respeito da noção de Estado e o seu papel no atendimento às necessidades dos indivíduos. Percebe-se que com o advento da Revolução Industrial e do Liberalismo Econômico, a idéia de um Estado regulador e provedor é rechaçada, até que por conta de crises do sistema de mercado autorregulado, este mesmo Estado passa a ser útil aos propósitos de manutenção e expansão do capitalismo. As políticas sociais enquanto meios de proteção enfrentam desde então desafios que precisam ser superados.

O Estado de Bem Estar Social tem início a partir da teoria do economista clássico britânico John Maynard Keynes (1883/1946), ele foi responsável pela reformulação da política econômica de mercado livre, quando durante a crise de 1929 (Grande Depressão), houve o reconhecimento dos limites do mercado. Keynes escreve na década de 30 o livro “Tratado sobre a moeda”, onde mostra os principais pontos da teoria econômica que mais tarde passa a compor os fundamentos da sua “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”. Ele afirma a partir de seus estudos (teoria keynesiana) que o Estado, ao contrário do que dizia a escola clássica de economia, era o único capaz de salvar um país da total falência causada pela falta de empregos e pela estagnação da

economia. Dizia ainda que o Estado (governo) deveria ser o promotor do desenvolvimento e do bem estar social e que isso seria possível através de investimentos públicos. O economista recebeu muitas críticas dos que acreditavam que o Estado de bem estar social geraria despesas e endividamento público, mas ele argumentava que os gastos do governo seriam recuperados através do recolhimento de impostos. O liberalismo é um pensamento antagônico ao do bem estar social e contra o incremento das políticas sociais; atribuindo ao Estado uma estrutura enxuta que deveria promover apenas saúde e educação para a população. O neoliberalismo ou o projeto neoliberal propõe a abolição da regulação do Estado sobre a economia geral e sobre as relações capital-trabalho, portanto a conta a ser paga foi o agravamento da desigualdade e da pobreza. Mas, com base em Soares (2002), se o quadro social demanda benefícios / serviços e o ajuste ordena cortes nos gastos públicos, ocorre que as pessoas são desassistidas e o estado desacreditado.

Desde o surgimento da noção de política, a partir do século VIII a.C., com a formação da *pólis* e a constituição do espaço público, que desencadeou-se uma discussão sobre o papel do Estado. Nessa época fazer política ganha um significado de atividade social muito importante, conforme Rossi e Amadeo (2004), da qual os cidadãos não deveriam se isentar, pois se tratava do momento de debater os problemas comuns. Platão (1965) afirma que o Estado ideal é aquele exercido pelos melhores homens, ou seja, aqueles que possuem a virtude e amam a justiça. Ele critica a democracia por acreditar que essa forma de governo leva cada um a fazer o que deseja o que inevitavelmente levaria à injustiça. Para Aristóteles (1999) a política tem a finalidade de levar as pessoas à felicidade, deve portanto para atingir esse propósito, descobrir a maneira de viver que possibilitará tal felicidade, bem como a forma de governo e as instituições sociais capazes de garantir essa maneira de viver. Seria então a política uma ciência prática exercida pelo homem, que por sua vez é um animal político e o Estado uma instância superior à família e ao indivíduo, pois o indivíduo não tem condições de garantir sua própria segurança e sobrevivência.

Tratando-se de Maquiavel (2006), a sua visão é a de que o Estado é a única organização social com capacidade de exercer o poder necessário para frear os impulsos antissociais das pessoas, já que para ele todos os indivíduos são maus por natureza e devem ser forçados à bondade. Thomas Hobbes (2006) na obra *Leviatã* (1651) vê um Estado não liberal e compartilha a idéia de que o homem é mal. No contexto de

ascensão política da burguesia e dos conflitos religiosos, propôs o desligamento da autoridade real e da religião. Se opõe ao pensamento clássico de Aristóteles (*polis*-cidade, onde todos compartilham o bem comum). A guerra de todos contra todos, no estado de natureza ou estado de barbárie, só teria fim quando todos renunciassem à sua individualidade (direito) em favor do direito coletivo representado pelo soberano, que teria inclusive o poder de punir, com o objetivo de garantir a paz; ao que Polin (2003) chama de o Estado como “emanação dos indivíduos”. Hobbes deduz a necessidade do absolutismo, da representação, do contrato, da sociedade civil e do Estado. Passemos agora ao pensamento de John Locke (1994), ele por sua vez é contra o absolutismo e enxerga o estado como liberal, ainda que não permissivo. Foi um dos principais fundadores do ideário liberal clássico, com ele o estado de direito burguês surge com a missão de proteger a propriedade privada, que seria um direito natural dos homens, desde que conquistada através do trabalho. O autor critica o ócio da nobreza e reforça a ética do trabalho (Reforma Protestante), justificando assim a riqueza e o lucro. A propriedade é, nesta visão, um direito sagrado dos indivíduos e condição fundamental para a participação política na sociedade. Para garantir a integridade da propriedade os homens uniram-se para estabelecer entre si o contrato social, passando assim do estado de natureza para a sociedade política ou civil. Locke apoia a política de cercamentos, pois julga as terras comunais como desperdício, de forma que afirma que somente a produção voltada para a comercialização de bens é válida. Montesquieu (1979) aponta que antes do estabelecimento da sociedade existiam apenas as leis naturais, os homens tinham medo uns dos outros e por isso uniram-se. Criaram-se as leis civis: Direito das gentes (relação entre os povos), Direito político (leis em relação ao governante/governado) e o Direito civil (leis em relação aos cidadãos entre si). Para Montesquieu o melhor governo é aquele que se adapta ao povo.

Em contraponto temos Jean-Jacques Rousseau (1989) com sua obra Contrato Social, ele por sua vez vem abordar elementos como a idéia do bom selvagem, onde para ele o homem é essencialmente bom e no estado de natureza o mesmo está sem maldade. Na concepção rousseuniana, estado e sociedade se confundem, configurando a conquista da civilidade. O homem passa a não existir mais fora do Estado e delega poderes no sentido da organização política da sociedade, através do contrato social. O estado civil aparece como salvação do homem animal despolitizado e a soberania política da vontade coletiva garante o bem estar da vida em sociedade. Rousseau

acredita que a propriedade privada é a origem desigualdade entre os homens, por esse motivo há a necessidade de um contrato, à medida que o homem se corrompeu depois de ter perdido a liberdade natural. Ele propõe um rompimento total da vontade particular em favor da vontade coletiva como condição para uma retomada da igualdade entre todos, uma espécie de Estado de Direito, formado de leis igualitárias.

Segundo Behring (2006) e Vieira (2009), o Estado surge como uma forma de preservar a propriedade e com ela a desigualdade. Até que com a ascensão da burguesia se inicia um cenário de descrédito do Estado e de valorização do mercado autorregulado e da livre concorrência. O liberalismo torna-se um conjunto de ideias dominantes, formando uma visão de mundo que consolida a hegemonia burguesa e dá suporte à mesma. Em se tratando de políticas sociais, cabe sempre uma reflexão sobre a acumulação capitalista e as transformações sociais (empobrecimento) ocasionadas pela mudança da propriedade das mãos de pequenos produtores para os donos do capital. Vê-se nesse contexto um Estado que não define as relações econômicas; até que por conta de problemas estruturais do capitalismo, o Estado precisa tornar-se um aliado para dar manutenção à dinâmica capitalista. Ainda conforme Vieira (2009), com a não sustentação da tese de mercado auto regulável e a incapacidade deste mercado de atender às necessidades das pessoas, o liberalismo cria uma nova ordem política onde o Estado mesmo não intervencionista precisa agora trabalhar para a expansão do capitalismo. Polanyi (2012) também argumenta a respeito de que o liberalismo falhou em sua interpretação da Revolução Industrial e na aposta nesse tipo de mercado e aponta que as consequências foram a total desarticulação social. O autor afirma que os prejuízos nunca foram superados e que houve a destruição do que ele chamou de “tecido social”.

T. H. Marshall (1967) em sua teoria define que existe compatibilidade entre desigualdade de classes e cidadania, através da qual deve ser mantida uma igualdade básica. A partir de uma análise do desenvolvimento deste conceito na Europa (Inglaterra) até o século XIX, busca relacioná-lo com as classes sociais. Para ele a cidadania tem três aspectos: civil, político e social. O direito civil está relacionado ao exercício da liberdade individual e suas variantes, como a liberdade de ir e vir, de imprensa, pensamento e fé, bem como o direito à propriedade, de concluir contratos válidos e à justiça (p. 63). O direito político, por outro lado, remete à possibilidade de participar no exercício do poder político, seja como membro eleito de um dos

organismos integrantes do Estado ou como seu eleitor. Desta forma, tem como instituições correspondentes, o parlamento e os conselhos do governo local. Já o elemento social, por fim, refere-se “a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar (...) na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (p. 63-64). A ele estão relacionados o sistema educacional e os serviços sociais. O autor faz a distinção entre cidadania e classe social, em que a cidadania corresponde a um status concedido àqueles que são membros de uma comunidade, ou seja, diz respeito às obrigações e direitos em sua relação com o Estado, pressupondo a igualdade; e a classe social, por sua vez, é um sistema de desigualdades sociais, pois é fundada nas questões econômicas individuais. Esses dois conceitos na opinião de Marshall são divergentes e conflitantes e o sistema capitalista ameaça, sobretudo os direitos sociais.

2.7 O ESTADO E O CONTROLE SOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO

Para Claus Offe (1984), a política social é o meio que o Estado, enquanto ferramenta do capitalismo, usa para contornar a celeuma entre trabalho assalariado e não assalariado, pois conforme ele mesmo, a revolução industrial e o capitalismo instituído, trouxeram em seu bojo os processos de desorganização, mas também de mobilização da força de trabalho, ao passo que com seus efeitos de destruição (por conta da livre concorrência e das crises cíclicas do capitalismo) da capacidade e condições de trabalho forçaram os indivíduos a enfrentar esses problemas. Foi o início da luta de classes e as questões sociais, com o aumento contínuo da produção industrial, formataram a política social, que surge a partir das mobilizações operárias do século XIX e por meio de uma reação e enfrentamento do Estado a tais movimentos sociais. Surgem os planos, projetos e programas do Estado para assim garantir o controle através do imperativo da força das leis. Segundo Offe, a organização do mercado de trabalho capitalista prevê uma constante submissão e controle social da força de trabalho, isso por meio de repressão de todas as formas alternativas de relações de trabalho e principalmente pela transmissão de normas e valores organizados pelo Estado. Neste sentido as políticas sociais são esses mecanismos ou esse conjunto de

estratégias políticas que transformam o proprietário da mão de obra em trabalhador assalariado. Tais políticas têm a função ainda de manter o assalariado à disposição do mercado de trabalho, controlar a falta ou excesso de mão de obra, tornar o trabalho assalariado atraente ao trabalhador e aliviar o capital, através do seguro social, das obrigações financeiras geradas pelos riscos do trabalho. Vieira (2009) aponta que há por assim dizer, uma certa unidade entre as políticas econômicas e as políticas sociais, para que se evidencie a força do Estado e que por isso as duas devem ser analisadas em conjunto para tornar possível o entendimento das relações sociais a que se referem, sejam relações de educação, saúde, habitação, trabalho, lazer, enfim. Portanto não há política social que não seja consequência de reclames da população, ainda que nem todas essas reivindicações sejam contempladas, mas não se pode perder de vista que a elaboração desses planos está atrelada ao conteúdo político e há a predominância da política econômica sobre a política social.

Tomando por base Robert Castel (1998, 2010), pode-se afirmar que a situação de assalariado foi por muito tempo uma condição de incerteza e miséria. Isso por conta da separação dos meios de produção e da falta de outros recursos de sobrevivência, o que levava o indivíduo a ser obrigado a viver da jornada de trabalho. Ele define o assalariado operário como alguém que não tem propriedade e possui condições frágeis para vender a própria força. Seria essa a posição social mais ingrata e desprezada. A partir dos anos 1960, no entanto, foram conquistados direitos e proteções que consolidaram as relações de trabalho e o salariado passa a ser um estado permanente. Gerando o que Castel chama de “sociedade salarial”, uma sociedade na qual a maioria das pessoas têm na sua posição salarial a sua garantia de inserção social e isso envolve renda, *status*, proteção e identidade. O trabalho antes sem proteção, agora deu lugar a um conjunto de direitos e regulações próprias (Direito do Trabalho / Seguridade Social), em torno dessa consolidação a sociedade moderna se organizou, mas mantendo a desigualdade, a exploração e as injustiças.

Acontece que essas condições vêm sendo ameaçadas pela precariedade das condições de trabalho imposta pelas reestruturações do capital e mudanças no mercado de trabalho para adaptar-se a essas novas realidades. Tais incertezas trazem vulnerabilidade social e o autor nomeia essas incertezas como sendo “metamorfoses da questão social” e que devem ser problematizadas para evitar um colapso da sociedade liberal. Como um ator social subordinado e dependente pode tornar-se um sujeito

pleno? (1998, p.33), a esse questionamento Castel responde que eis aí a nova questão social: discutir como é possível a sociedade rever a situação das populações invalidadas socialmente e ainda apresenta a questão do papel do Estado nesse contexto. O Estado social para ele deve responder aos desafios da atualidade e ser mediador entre mercado e trabalho, isso sem permitir que a economia prevaleça e desagregue as condições salariais.

Por falar em desafios, para Castel, a questão social que se apresentava no século XIX, a questão da pobreza e os miseráveis, não é a mesma que se vê hoje. Atualmente como consequência da globalização, a precarização apresenta-se como um fenômeno que afeta as condições de trabalho, devido às exigências da concorrência e a necessidade crescente de redução de custos. A força de trabalho precisa ser mais barata e mais eficaz, o que impõe a flexibilização sobre o trabalho e torna a situação do trabalhador cada vez mais vulnerável. Castel ressalta pontos como a *desestabilização dos estáveis*, trabalhadores que antes ocupavam um espaço, mas que agora são excluídos dos circuitos produtivos; a *instalação da precariedade*, com as novas formas de contratação, desemprego e trabalho temporário e a *existência dos sobrantes*, pessoas não integradas à sociedade industrial e sem utilidade social. Diante desses fatos, Castel prevê como consequências do total afastamento do Estado da regulação das relações econômicas, o triunfo completo da globalização, a ruptura entre trabalho e proteção, a criação de uma sociedade totalmente dominada pelo mercado, a desagregação da sociedade salarial e do suporte salarial.

Essas preocupações na realidade não são recentes, como nos mostra Esping-Andersen (1991), em seu texto: As três economias políticas do *welfare state*, quando discute sobre como os economistas políticos do século XIX, tanto liberais como conservadores e marxistas refletiam sobre a relação entre capitalismo e bem-estar social, ou melhor ainda, mercado / propriedade e Estado / democracia. Os liberais se dividiam entre os que rejeitavam toda e qualquer forma de proteção social e os que admitiam pequenas doses de regulação por parte do Estado (Reformistas), mas estavam em consenso na convicção de que a igualdade seria alcançada através do mercado livre de interferência estatal. Os liberais também temiam a Democracia por entender que era uma ameaça ao mercado e a propriedade e por incentivar as lutas do proletariado. Enquanto a economia política conservadora acreditava que os mercados garantiriam a igualdade e tinham como objetivo a manutenção da hierarquia das classes, a economia

política marxista desprezava as ideias liberais, a acumulação de capital e o Estado liberal; por entender que tratavam-se de fundamentos da dominação social e a certeza de que haveria cada vez mais divisões de classe. Segundo Esping-Andersen, a socialdemocracia é a base para o *welfare state* e as políticas de bem estar ajudam a promover o progresso das forças produtivas no capitalismo, mas seriam também responsáveis pelo fim da pobreza, do desemprego e da dependência total do salário. Além de aumentar as capacidades políticas e diminuir as divisões sociais. Buscando definir o conceito de *welfare state*, o autor vem dizer que envolve a responsabilidade estatal, por meio de políticas sociais, em busca de garantir o bem estar mínimo dos cidadãos. Delgado e Porto (2007) se referem ao Estado de Bem Estar Social como uma elaboração muito bem construída de forma “complexa, abrangente e bem sucedida”, que tem sua origem na metade do século XIX e que surge como resposta das lutas dos trabalhadores, para oferecer liberdade e justiça social diante das desigualdades da sociedade capitalista.

O neoliberalismo contemporâneo é uma retomada da economia política liberal até aqui tratada e uma reação contra o Estado intervencionista e de bem estar social, conforme Behring (2006) e Anderson (1995); tal reinvenção toma ânimo no fim dos anos 60 e início dos anos 70, quando o mercado atribui à pressão dos sindicatos e aos gastos do Estado a culpa pela diminuição dos lucros e pela inflação. Mas diferente dos anseios do capitalismo avançado, não houve uma retomada dos lucros e a demanda por proteção social só cresceu. O plano era tirar o capitalismo da profunda recessão em que estava, manter o Estado forte contra os sindicatos e fraco em relação ao controle sobre o mercado. As medidas tomadas pelos governos neoliberais foram a elevação das taxas de juros, a baixa dos impostos sobre os altos rendimentos, criação de altos níveis de desemprego, fim das greves e corte dos gastos sociais. A crise se instaura novamente em 1991 e o capitalismo não volta aos tempos de glória mesmo com todo esforço neoliberal. Mas o neoliberalismo continua tendo sobrevivendo mesmo não tendo êxito em recuperar a dinâmica capitalista, segundo João Paulo Netto (1995), isso se dá pelo que ele chama de “capacidade de tolerância” das massas em relação à degradação das suas condições de vida. E o capital tem nas crises sua própria sobrevivência, pois as contradições ideológicas superam as econômicas na medida em que a destruição social não barra o poder do mercado.

Soares (2002) vem trazendo o debate do ajuste neoliberal para a realidade da América Latina e aponta a implantação do modelo estrutural neoliberal realizado, como causa de grande desajuste social. Situações de informalidade no trabalho, desemprego, subemprego, desproteção trabalhista e a pobreza, são as condições nas quais o capitalismo avança e nas quais o Estado se coloca como assistencialista. A América latina segue esse ajuste por conta da crise financeira e da dívida externa, levando esses países a seguir o modelo dos EUA, isso ocorre em tempo variado para cada país. O Brasil, que foi o país sul-americano que mais resistiu à política de ajuste, nos anos 90 implementou tais políticas e viveu o agravamento da pobreza; onde as políticas econômicas e sociais não foram capazes de mudar a situação de exclusão social. Soares denomina de Estado Neoliberal ou de “Mal Estar”, aquele onde há a naturalização das desigualdades e onde a saúde, a educação, a alimentação, o trabalho e o salário perdem sua condição de direitos e passam a ser mercadorias dominadas pelo mercado. As situações sociais de exclusão, desigualdade e pobreza geram demandas sociais para as quais as restrições impostas pelo ajuste neoliberal não podem dar conta.

Apesar de todas as tentativas de desmonte do Estado de Bem Estar Social e das críticas vindas do capitalismo, entende-se que mesmo em países de matriz capitalista, não foi possível desconstruir as bases e os princípios desta conquista social. A busca por parte dos governos de um padrão de orçamento monetário e fiscal que concilie as exigências econômicas internacionais e mesmo assim responda ao atendimento dos direitos sociais, deve ser prioridade, nisso consiste o dilema das novas políticas sociais (MERRIEN, 2007).

Diante da concepção neoliberal em relação à questão social e às políticas de atendimento às necessidades de bem estar social, as consequências tem sido um atraso que leva a um conceito de que as políticas sociais são emergenciais e não parte da cidadania. O setor público como descreve Soares (2002) representa sinônimo de atendimento aos pobres, enquanto que o âmbito privado se expande para oferecer os serviços básicos essenciais e lucrar a partir disso. Esse mecanismo de exclusão gera um agravamento da situação daqueles que precisam dos serviços públicos para sobreviver, sendo assim, a política social configura-se como um espaço importante de luta pela defesa de um enfrentamento da pobreza e da desigualdade.

O país tem vencido desafios contra a extrema pobreza e a fome e isso só foi possível por conta da oferta de políticas públicas, mas ainda há muito a ser feito para

romper a precariedade dos serviços públicos e garantir a cidadania. Investimentos em serviços públicos de qualidade são fundamentais, mas representam custos e contrariam os interesses da classe dominante.

CAPÍTULO 3

O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA MOVELEIRA

Esse capítulo se constrói a partir de uma retomada do processo de industrialização no Brasil, com o objetivo de elencar as implicações desse fenômeno na vida dos trabalhadores e evolui para uma análise das características do setor moveleiro no âmbito internacional e nacional. Por fim trás informações relevantes sobre o panorama do setor da indústria de móveis no estado da Bahia, onde se insere o nosso objeto de pesquisa.

3.1 INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL

Para Hees (2011), a industrialização do Brasil representa um marco importante na história econômica nacional, pela grande importância para o desenvolvimento do país. O autor anuncia que a palavra “indústria” podia ser empregada, nos séculos XVIII e XIX, referindo-se a diferentes situações e que esses usos não necessariamente correspondiam ao significado atual do termo. Por conta dessa diversidade de significados, tem-se dificuldade para especificar um conceito único de industrialização, que acaba sendo confundido com o de crescimento industrial.

Apesar dos interesses agrários não permitirem que se adotasse uma política ostensivamente protecionista, com tarifas suficientemente elevadas para o desenvolvimento de uma indústria autônoma, ao longo de todo o século XIX e mesmo por boa parte do século XX, a industrialização do Brasil expande-se. O que Hees (2011) busca entender é como um país inserido numa divisão internacional do trabalho caracterizada pela acumulação de riquezas nas mãos da elite metropolitana, em um primeiro período, mediante o comércio internacional entre a colônia e a metrópole (o pacto colonial), e imperial, num segundo instante, por meio da exportação de produtos primários, conseguiu, a partir de determinado momento histórico e de certas condições específicas, fazer com que o motor do desenvolvimento nacional se deslocasse da monocultura de exportação para a indústria.

Conforme Hees (2011), na época colonial, a atividade manufatureira era limitada, posto que, na contramão do pacto colonial, era reprimida pela Coroa portuguesa. Em 5 de janeiro de 1785, D. Maria I (1734-1816), rainha de Portugal, assina alvará proibindo fábricas e a atividade manufatureira no Brasil, à exceção da produção de tecidos grosseiros de algodão, utilizados para ensacar gêneros agrícolas e para vestuário dos escravos. A chegada família real portuguesa ao Brasil em 1808 e a transferência da sede do Império português para o Rio de Janeiro fez com que o príncipe regente, por meio do alvará datado de 1º de abril, revogasse aquele assinado por sua mãe, no século anterior. Tal decisão, ditada tanto pelo fim de fato do pacto colonial quanto pela influência do ideário liberal, sobretudo na figura de José da Silva Lisboa, não apenas autorizou como passou a incentivar a instalação de fábricas no Brasil, por meio da isenção de direitos de importação de matérias primas e subsídios para a construção das primeiras manufaturas, sobretudo no setor têxtil e de ferro. Com a liberação da produção de manufaturas, houve uma série de alvarás posteriores, concedendo isenções e privilégios destinados a fomentar a produção manufatureira no Brasil e nos domínios ultramarinos portugueses. Com a Independência, em 1822, o novo Império viu-se na contingência de ter de assegurar o reconhecimento internacional de sua nova relação com a antiga metrópole. Daí a celebração de uma série de tratados comerciais desiguais, com Portugal, em 1825; com a França, em 1826; com a Inglaterra, a Áustria, a Prússia e as cidades Hanseáticas, em 1827; com a Dinamarca, com os Estados Unidos e com os Países Baixos, em 1828, que em comum, impossibilitavam ao Império fazer uso da política aduaneira como forma de obtenção de recursos financeiros. Mais do que uma simples submissão ao imperialismo britânico ou "um trágico erro de cálculo político", como afirmam vários historiadores, a assinatura de tais acordos constituía um dos únicos "ativos" à disposição do Império para consolidar a sua inserção internacional como estado independente. Os efeitos se fizeram sentir nos constantes desequilíbrios fiscais experimentados pelo Império até a década de 1840. Ao longo da segunda metade do século XIX, assistiu-se a sucessivas alterações das tarifas alfandegárias. Por mais que se encontrem alusões à proteção da indústria nacional, a motivação primeira de todas essas reformas era invariavelmente o déficit público. Em 1857, o Ministro Souza Franco instituiu reforma tarifária que trouxe a primeira grande redução dos direitos de importação desde a reforma de 1844, foram reduzidos alguns dos privilégios concedidos às 'indústrias

nacionais'; mas, por motivos orçamentários, manteve-se uma pauta de direitos em geral elevada. Em 1860, assiste-se a novo ímpeto protecionista, com a adoção de tarifas, que objetivavam continuar a proteger a indústria nacional, sem excluir a concorrência estrangeira e, conseqüentemente, prejudicar o consumidor; mas principalmente visava melhorar o sistema de cobrança das taxas, as quais eram pela maior parte mantidas a 30 por cento. Em 1869, adotou-se a tarifa Itaboraí, ainda mais pronunciadamente protecionista e particularmente suntuária. O aumento de direitos versava sobre os objetos de luxo como: porcelanas, cristais, tabaco, etc. O argumento de se utilizar os direitos alfandegários como forma de proteger a indústria nacional não era consensual. Para o Senador Francisco de Paula Souza e Mello, por exemplo, era um mal necessário sim, mas ele apontava que havia riscos em barrar a entrada de produtos estrangeiros.

Outras reformas alfandegárias foram implementadas até o final do Império, mas sempre com o objetivo fiscal em primeiro lugar. Desnecessário salientar que o efeito de direitos alfandegários mais elevados foram necessariamente protecionistas, beneficiando as fábricas e a produção nacionais. Trata-se de aspecto que nunca deixou de ser salientado pelos governantes à época para justificar as variações nos direitos alfandegários. Importa reter, todavia, a motivação eminentemente fiscalista de tais reformas. Apesar do que precede, a crise da lavoura no último quartel do século XIX, o aumento da imigração e, principalmente, a baixa dos preços do café no início da década de 1880, permitiram o surgimento de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de uma política industrial *stricto sensu*. À medida, contudo, que, por um lado, a indústria se desenvolvia e suas reivindicações se tornavam mais insistentes, e, por outro, cresciam as dificuldades na agricultura, começou-se a notar uma certa irritação das classes agrícolas, surgindo o argumento da incapacidade da indústria em abastecer o mercado nacional e, principalmente, o do sacrifício de muitos a favor de alguns privilegiados. Neste contexto, foi criada em 1880 a Associação Industrial, liderada no Congresso por Antônio Felício dos Santos, o maior líder do industrialismo, em seus primórdios, com o objetivo de defender a obtenção de incentivos industriais e realizar propagandas contra os defensores de um Brasil essencialmente agrícola. Segundo o autor, é precisamente esse conflito entre os defensores da industrialização e aqueles que sustentavam a vocação agrícola nacional o traço distintivo da história do Brasil desde a Independência. Em suas palavras: "O Brasil vai debater-se, desde a sua elevação à categoria de Reino Unido ao de Portugal, a princípio, e a de Estado

Independente, a seguir, de um lado entre os interesses agrícolas, cada vez mais predominantes no país, e de outro, o desejo de industrializar-se, condição julgada imprescindível, pelos espíritos mais lúcidos, à prosperidade brasileira". A Associação Industrial foi precedida, em 1828, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em cujo estatuto, aprovado em 1831, constava como objetivo promover por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e prosperidade da Indústria no Império do Brasil. No entanto, a Sociedade inseria-se num contexto mais amplo, destinado a fomentar as práticas, procedimentos, descobertas científicas em prol do progresso brasileiro, através de uma estreita relação entre o desenvolvimento econômico e as conquistas científico-tecnológicas, no decorrer do século XIX. Longe de ser uma associação de classe, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi criada como tantas outras sociedades da época, uma comunidade que se propunha ser científica, mas que congregava no mesmo espaço cientistas, letrados, políticos e homens ligados ao mundo dos negócios. Embora constituída por interesses ainda heterogêneos, a Associação considerava que a falta de proteção à indústria e a instabilidade das tarifas aduaneiras, ao não incentivar o trabalho nacional, condenavam as populações urbanas ao parasitismo e à miséria com prejuízo da riqueza nacional e da ordem pública. Os efeitos negativos da crise econômica que se abateu sobre o Brasil na década de 1880 para o balanço de pagamentos contribuíram igualmente para a causa industrialista. Ganhavam força os defensores de que os constantes déficits orçamentários não deveriam mais ser resolvidos mediante a obtenção de empréstimos e a emissão de papel moeda: a melhor alternativa seria o fomento à indústria, permitindo que a produção nacional substituísse as importações.

Imbuídos desta lógica, estavam os principais defensores do incentivo à indústria no final do Império e nos primeiros anos da República, defendendo a atividade industrial como fonte de riqueza e sustentando a posição de que o Estado deveria proteger a indústria mediante uma política protecionista. Propunham ademais que o governo concedesse empréstimos oficiais e estimulasse emissões fiduciárias. A crise econômico-financeira que marcou a passagem do Império à República fez com que o recurso a emissões monetárias fosse abandonado, concentrando-se a ofensiva nacionalista no final do século XIX e no começo do XX na reivindicação de uma política alfandegária protecionista e na abolição dos impostos interestaduais. Outras posições defendiam o liberalismo econômico, de acordo com essa visão o Estado deveria deixar de dar

auxílios diretos para a indústria, pois as indústrias naturais, em contraposição às indústrias artificiais, cuja ineficiência sacrificava o consumidor com preços elevados, seriam capazes de se desenvolverem sozinhas, bastando que contassem com capitais suficientes, mão-de-obra adequada e facilidade de transporte. O progresso só poderia ser alcançado por meio do livre intercâmbio comercial, da construção de ferrovias e de políticas monetárias austeras. Apontavam que a emancipação industrial por meio das proteções e incentivos estatais gerou a estrutura de uma organização industrial viciosa. Mas a despeito das divergências de interesses, a questão é que durante a República Velha o Brasil vive a primeira tentativa de industrialização, sob a tutela do próprio Estado, enquadrando-se nas práticas usuais da política mercantilista. A segunda tentativa, ainda de iniciativa estatal, em 1844, já apresentava aspectos mais modernos e mais propriamente nacionalistas, pois pretendia basear-se, essencialmente, no protecionismo aduaneiro, prática, sem dúvida alguma, mais niveladora, mais democrática, do que as concessões de privilégios e monopólios dispensados anteriormente. Mas não suficiente ainda, no entanto, na visão do autor, para impulsionar a industrialização do Brasil, nem mesmo para sustentar as indústrias que esporadicamente surgiam como reflexos dos surtos de expansão econômica do país. Algumas se mantinham, contudo, graças à concessão de favores especiais que equivaliam a verdadeiros subsídios, como a concessão dos benefícios de loterias, e, principalmente, graças às dificuldades de transporte que encareciam os produtos estrangeiros. Apesar de em 1907 terem sido registradas em censo geral 3.258 indústrias em funcionamento, o processo de industrialização brasileiro se mantém basicamente de indústrias leves, setor têxtil, ficando a indústria pesada fora dessa formação.

A revolução de 1930 inaugurou uma etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro enquanto um Estado nacional, capitalista e burguês. A industrialização passou, assim, a ser tema das atenções governamentais, tendo o então presidente Getúlio Vargas descrito em 1937 a questão siderúrgica como prioridade do País. O esforço diplomático do Governo Vargas para conseguir financiamento externo para a construção de Volta Redonda se insere precisamente no contexto de inexistência de capital privado e explica a razão pela qual tornou-se incontornável valer-se inicialmente do capital estatal para avançar o processo de industrialização. As bases do desenvolvimento capitalista dependente da industrialização restringida à internacionalização. O autor alerta que para uma correta compreensão da questão, é preciso atentar que, nas duas

últimas décadas do século XIX, em conjunção com o processo de monopolização dos principais mercados industriais e no bojo da segunda Revolução Industrial, a indústria pesada, especialmente a siderúrgica, experimenta profunda mudança tecnológica que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um enorme aumento das dimensões da planta mínima e do investimento inicial. Muito distinto era o panorama da indústria de bens de consumo corrente, especialmente o da indústria têxtil, tecnologia relativamente simples, mais ou menos estabilizada, de fácil manejo e inteiramente contida nos equipamentos disponíveis no mercado internacional; tamanho da planta mínima e volume do investimento inicial inteiramente acessíveis à economia brasileira de então.

Ainda citando Hees (2011), o que nem sempre é devidamente levado em conta é que a industrialização brasileira, como caminho para o desenvolvimento nacional, foi condicionada pelo momento histórico em que ela tem lugar, trata-se de uma etapa do capitalismo em que são necessários grandes investimentos iniciais e tecnologia não disponível internamente para implantar a indústria de bens de capital. Nesse contexto, a presença do Estado, enquanto agente do processo de industrialização, foi indispensável. Tendo em vista que os EUA eram a principal potência, seria muito difícil que os governos tivessem efetivamente a opção de implementar o processo de industrialização por uma vertente eminentemente nacionalista.

Corroborando o pensamento de Hees (2011) e com apoio em Viceconti (2010), podemos apreender que a industrialização brasileira começou a tomar corpo somente após 1930, quando a crise mundial de 1929 impossibilitou o país de continuar operando no tradicional modelo primário exportador. Nessa fase, iniciou-se a substituição, por produção interna, de alguns produtos anteriormente importados, notadamente os bens de consumo não duráveis. Entretanto, a industrialização tornou-se especialmente importante no pós-guerra quando começou a abranger as faixas de produção de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital. Nesse período de aceleração industrial, a estrutura da indústria brasileira modificou-se bastante. Além da mudança estrutural referida, a industrialização brasileira apresentou uma série de características que o autor analisa isoladamente: a baixa absorção de mão de obra, a concentração da produção em empresas de maior porte e em determinadas regiões, a maior participação do Estado e do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento industrial.

A baixa absorção de mão-de-obra - A rápida industrialização brasileira, embora alterando bastante a estrutura de produção da economia, foi insuficiente para modificar a estrutura ocupacional. De fato, desde o pós-guerra, o emprego industrial tem crescido apenas às mesmas taxas do que a força de trabalho, originando o aparente paradoxo de uma estrutura econômica típica de uma economia madura, se analisada do ponto de vista da produção, e típica de uma economia atrasada, do ponto de vista do emprego. Isso pode ser explicado do lado da demanda, pela crescente "modernização" dos padrões de consumo, favorecendo a absorção de produtos de elevado conteúdo tecnológico, em cuja produção a contribuição da mão-de-obra é pequena e do lado da oferta, os incentivos à utilização intensiva do capital, por meio de medidas de política econômica. Na realidade, essas razões estão associadas à crescente participação das empresas multinacionais na indústria brasileira no pós-guerra.

A concentração setorial e regional da produção - O desenvolvimento industrial no pós-guerra apresentou um padrão concentrador, tanto em termos setoriais como regionais. Por concentração setorial vamos entender um processo no qual a produção se concentra num número menor de empresas, cujo tamanho médio, por decorrência, é maior. A nível setorial, a concentração decorreu, principalmente, da implantação das indústrias dinâmicas, cuja tecnologia requer uma escala mínima maior para ser eficiente e que tende, portanto, a aumentar o tamanho da empresa. Por outro lado, a modernização de certos segmentos das indústrias tradicionais levou ao desaparecimento de unidades artesanais e outras de pequeno porte, bastante frequentes nessas indústrias, contribuindo para agravar a concentração. Em termos regionais, a indústria de transformação está basicamente situada no eixo São Paulo - Rio de Janeiro. A industrialização se iniciou nessa área em virtude da proximidade dos maiores mercados consumidores, que aí se localizavam, da infraestrutura de comércio, transporte e serviços urbanos legada pelo café e também do fato de que uma parcela dos capitais aplicados na indústria provinha dos antigos cafeicultores. A partir daí, as economias de aglomeração tomaram o processo autossustentado, tendo havido interferência governamental apenas na década de 60, quando foram instituídos incentivos para aplicação de recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A maior participação do Estado no processo, concomitantemente ao processo de industrialização, tem aumentado a sua intervenção na economia, tanto em termos qualitativos como quantitativos. Em termos qualitativos, a política econômica aumentou

inegavelmente seu raio de ação no decorrer do processo. A criação de órgãos federais e regionais de planejamento a nível de governo, do Banco Central do Brasil, dos incentivos fiscais à capitalização e exportação de manufaturados comprovam tal assertiva. Em termos quantitativos, se medirmos o grau de participação do Estado na economia pelo coeficiente despesas do governo/PIB, observaremos que este se elevou de 17,1% em 1947 para 32,2% em 1969. Esse crescimento da intervenção do Estado não foi o produto de uma ideologia "estatizante" decorreu, sim da necessidade de preencher os "vazios" nas áreas de produção não ocupadas pelos capitais privados, ou do fato de se tratarem de obras de infraestrutura cuja magnitude de investimentos e baixa rentabilidade os tomavam pouco atrativos, ou de se tratarem de produtos, como no caso do petróleo, em que se visou resguardar a economia do capital estrangeiro.

A crescente participação do capital estrangeiro no processo - As empresas estrangeiras passaram a participar mais ativamente da indústria brasileira a partir de meados da década de 50, quando receberam incentivos favoráveis à sua implantação no país. Podemos formular a hipótese de que essa fase coincidiu com o fim do ciclo de vida de certos produtos fabricados por essas empresas em seus países de origem, e que estas tinham interesse em fabricá-los no Brasil, visando um objetivo duplo: a diluição dos custos de pesquisa, o desenvolvimento e a promoção dos produtos, e a preservação do mercado externo, uma vez que tinham dificuldade de exportação face à redução da capacidade de importar dos países subdesenvolvidos (VICECONTI, 2010).

3.2 INDÚSTRIA MOVELEIRA NACIONAL

Afirmam Filho e Bacha (1998) que a fabricação de móveis, principalmente os de madeira, é uma das mais tradicionais atividades da indústria de transformação. Esse ramo reúne características como grande utilização de insumos de origem natural, emprego relativamente elevado de mão de obra, mínimo investimento tecnológico e alto grau de informalidade. Algumas especificidades do setor resultam no estabelecimento de baixas barreiras à entrada: o investimento inicial em ativos físicos para certos tipos de produção não são altos, a maior parte das inovações tecnológicas do setor são geradas pelos fornecedores de insumos e de bens de capital, os custos para atualização

de uma das principais fontes de diferenciação de produtos, o *design*, são bastante acessíveis. Além do mais, a existência de etapas do processo produtivo cuja automação é difícil, como montagem e estofamento, não favorece o surgimento de empresas grandes o suficiente para ter alto poder de mercado, devido à grande dependência de mão de obra qualificada.

É grande a multiplicidade do setor no tocante ao uso de tecnologias. Alguns tipos de produto admitem processos de fabricação com elevada automação, como os móveis retilíneos elaborados com madeiras reconstituídas, enquanto outros demandam grande quantidade de trabalhos manuais, como os móveis artesanais de madeira maciça e como ocorre no ambiente foco desta pesquisa, as fábricas de estofados. Coexistem no setor empresas de porte médio ou grande que produzem em massa, empregando máquinas e equipamentos de elevado conteúdo tecnológico, empresas parcialmente automatizadas, além de micro e pequenas empresas intensivas em trabalho. Esses atributos determinam uma estrutura de mercado pulverizada, heterogênea, dotada de variados nichos e com presença marcante de micro e pequenas empresas. A diversidade do setor também é grande no que tange ao padrão de concorrência, já que a competição é pautada basicamente por preços, nos segmentos mais populares, e por atributos como qualidade, modelo e marca, nos superiores.

Até a década de 1990 os principais produtores e consumidores da indústria moveleira eram os países desenvolvidos. No entanto, esse quadro muda por conta da intensificação do processo de globalização, que proporcionou a redução de barreiras ao comércio e aos investimentos internacionais, além de melhores condições de logística e aumento das tecnologias da informação e comunicação. Dessa forma, empresas varejistas e fabricantes de móveis dos países centrais passaram a desenvolver fornecedores ou a instalar unidades produtivas em países em desenvolvimento (notadamente na Ásia) com vistas a se beneficiar de menores custos de mão de obra e de insumos e, ainda, a explorar os mercados locais. Essa dinâmica vem gradativamente estruturando cadeias globais de produção, governadas por grandes redes varejistas, nas quais as competências de maior agregação de valor, como o *design*, o *marketing*, a criação e o fortalecimento de marcas, tendem a ficar concentradas nos países desenvolvidos, enquanto a manufatura se estabelece nos países em desenvolvimento.

No Brasil, a indústria moveleira, devido a fatores naturais (Abundância de matéria prima), tem uma longa tradição de especialização na produção de artigos em madeira.

Segundo dados fornecidos pela Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2011, a fabricação de móveis de madeira maciça ou reconstituída (Painéis MDF, MDP, e outros) representou cerca de 84% do total produzido nacionalmente. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira (Abipa), do total de madeiras consumidas na produção de móveis no Brasil no ano de 2008, apenas 7% corresponderam a madeiras maciças, 36% a madeiras reflorestadas (Pínus e eucalipto) e 57% a painéis de madeira. A maior parte desses insumos é adquirida de fornecedores nacionais. Apenas as matérias-primas mais elaboradas, como laminados de alta resistência (fórmica), MDF e MDP revestidos, têm participação relevante de importados. A importância do setor moveleiro para a economia brasileira é claramente percebida por meio de sua capacidade de geração de empregos. Em 2011 o setor foi responsável por mais de 269.000 empregos diretos, quantidade que correspondeu a 3,5% do emprego formal da indústria de transformação brasileira, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2011, do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, a atividade moveleira é bastante difundida pelo território brasileiro, onde há grande presença de pequenos empreendimentos, sobretudo marcenarias que executam trabalhos sob medida. O valor bruto da produção industrial de artigos do mobiliário no Brasil chegou a R\$ 22,98 bilhões em 2010, de acordo com a Pesquisa Industrial Anual (PIA Empresa) do IBGE. Tal valor representa 1,3% do total produzido pela indústria de transformação brasileira.

A competitividade do setor moveleiro nacional apresenta números bons no mercado interno e ruins no externo, configurando uma dualidade. O panorama mostra que a competitividade do setor no mercado doméstico vem se mantendo relativamente elevada, ignorando fenômenos potencialmente críticos que marcam a atualidade, como a forte aproximação da China à economia brasileira, a sobrevalorização cambial observada em alguns períodos, a manutenção das taxas de juros em patamares que, em média, foram muito elevados e a ocorrência de graves crises internacionais, primeiramente nos Estados Unidos e depois na Europa. Por outro lado, as estatísticas indicam que a competitividade do setor no mercado internacional, em que alguns segmentos da indústria brasileira conseguiam ao menos manter uma presença discreta, regrediu significativamente. Contudo, fatores que reforçam a competitividade normalmente atuam da mesma forma em todos os mercados, produtividade elevada, vantagens de custo, acesso privilegiado a matérias-primas, excelência gerencial,

comportamento inovador, altos níveis de qualificação da força de trabalho e emprego de máquinas e equipamentos situados na fronteira tecnológica, configurando um paradoxo a ser explicado.

A indústria moveleira nacional, porém, não abrange nenhuma dessas características, de modo que, ao lado de problemas estruturais que afetam todos os setores, como os gargalos logísticos, a complexidade da estrutura tributária e as oscilações do cenário macroeconômico, os dados exibidos neste trabalho oferecem boas pistas para a falta de competitividade no mercado internacional: ausência de ganhos de produtividade, altos preços dos painéis de madeira, baixos padrões de governança corporativa, fraco desempenho inovador, elevada rotatividade de funcionários, qualificação baixa e atraso tecnológico das máquinas e equipamentos nacionais que predominam nas empresas do setor. Além disso, a agressividade da evolução dos produtores asiáticos e a progressiva estruturação de uma cadeia global de valor comandada por grandes varejistas, da qual o Brasil pouco participa, também contribuíram para a perda de espaço das exportações brasileiras.

Quanto à competitividade no mercado doméstico, os principais fatores explicativos são:

- Há certo protecionismo natural, decorrente das altas relações entre peso e valor agregado e entre volume e valor agregado, que torna o frete internacional de artigos do mobiliário relativamente caro.
- A média salarial do setor está entre as mais baixas da indústria brasileira.
- A estrutura do varejo nacional é pulverizada, com notável presença de pequenos atores que não se mostram capazes de viabilizar individualmente encomendas que atinjam uma quantidade mínima que torne viáveis os custos de transação com os fornecedores asiáticos.
- No caso dos móveis de madeira para as classes de consumo A, B e C, o modelo de negócio baseado em móveis por encomenda, que é incompatível com os típicos prazos associados ao comércio internacional de cargas, está cada vez mais presente. O setor tem pela frente uma ampla agenda de melhorias, o que lhe abre vários caminhos para a busca de competitividade, permitindo a manutenção de sua liderança no mercado doméstico e oferecendo possibilidades de reconquista de fatias no mercado internacional. Há espaço para avanço do grau de automação dos processos, o que pode envolver maior agressividade na equiparação entre o maquinário utilizado pela indústria brasileira e o que é empregado pelos competidores estrangeiros. Além disso, todo o complexo do intangível deve ser valorizado, incluindo aspectos gerenciais, excelência na prestação de serviços, elevação

dos investimentos em *design* à categoria de variável estratégica e melhoria da relação com o varejo, eventualmente com as empresas manufatureiras se lançando ao comércio por meio de redes próprias e construindo suas marcas.

Hoje, a importância estratégica do setor moveleiro na economia brasileira consiste principalmente em gerar grande quantidade de postos de trabalho compatíveis com o grau de escolaridade médio da população, bem como em suprir satisfatoriamente o mercado interno, o que evita que a expansão da demanda por móveis se torne uma fonte de déficit nas contas externas. Porém, o setor dispõe de potencial para desempenhar um outro papel, o de alavancar os indicadores brasileiros de produtividade do trabalho (em especial no conceito de produtividade aparente, baseado no valor da produção *per capita*) por meio de inovações, investimentos em processos produtivos mais automatizados e agregação de valor por meio de *design*, *marketing* e prestação de serviços, liberando força de trabalho para atividades em que o valor adicionado também seja crescente (GALINARI, JUNIOR e MORGADO, 2013).

3.3 A BAHIA SITUADA NO SETOR MOVELEIRO

Diante da visão de Pessoti e Sampaio (2009), é correto afirmar que todo o processo de industrialização na Bahia surgiu como consequência dos setores açucareiro, fumageiro e algodoeiro e grande parte dos capitais investidos nessas fábricas, que por sua vez, foram oriundos do negócio do tráfico negreiro, abolido pela lei Eusébio de Queirós no ano de 1850. Com a decadência dessas culturas, toda a estrutura produtiva baiana atravessou um período de involução econômica suavizado pelo crescimento da produção cacaueteira na região sul do estado, que conforme os autores dinamizou a economia baiana, mas não foi o suficiente para alavancar o processo de industrialização. Afinal, na visão dos industrialistas, era necessário diversificar os capitais e consequentemente a economia do país e desenvolver uma política industrial efetiva. O processo de industrialização somente foi retomado no estado após a implantação da Refinaria Landolfo Alves em Mataripe (RLAM) na década de 1950. Desde então, a evolução econômica baiana tomou um novo rumo, encabeçada pelos segmentos químico e petroquímico. Um conjunto de fatores favoráveis permitiu um impulso na

industrialização da Bahia nos primórdios dos anos 50, além da refinaria. Dentre eles destacam-se o surgimento do Banco do Nordeste e, em termos locais, a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, responsáveis por uma mudança na estrutura econômica do estado. Talvez o maior destaque desse período deva ser creditado ao início do planejamento econômico para o desenvolvimento da Bahia, com a instituição da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) em 1955, de base essencialmente industrialista. Na época em que o planejamento era realmente um instrumento para o desenvolvimento, e o Estado ainda não era considerado causador das mazelas da sociedade contemporânea, o estado da Bahia logrou um grande processo de industrialização, que encontrou seu apogeu no final dos anos 1970, com a criação do maior complexo petroquímico da América Latina. A partir da década de 1980, sem poder contar mais com o apoio do Estado na dinamização das economias menos favorecidas, coube aos estados subnacionais procurar desenvolver um processo autônomo na condução do planejamento econômico. Aqueles que outrora galgaram um processo de acumulação capitalista (poupança) conseguiram manter o *status* dominante. Os outros, excluídos historicamente deste processo, tiveram que abrir suas economias ao capital estrangeiro, sobretudo com o apoio dos incentivos fiscais.

O Brasil no século XXI influenciado por uma matriz neoliberal, em que o mercado era interpretado como o agente norteador dos rumos da nação e a busca pelo Estado mínimo, por meio da deificação do mercado, representava o pensamento dominante, adotou uma política econômica e monetária dura, combinando altas taxas de juros, metas de inflação muito baixas e excessiva proteção à moeda nacional. Tudo isso com o objetivo de fortalecer o meio circulante e manter a estabilidade econômica alcançada. Um projeto nacional de caráter desenvolvimentista há muito tempo fora abandonado pelo governo federal, por considerá-lo antiquado. Diante das mudanças advindas da globalização (Século XX), o cenário econômico mundial apontou para a internacionalização do capital e para diminuição das fronteiras econômicas entre os países, com isso houve a formação dos blocos econômicos regionais e a ideologia dominante passava por um receituário básico para os países em desenvolvimento. O Consenso de Washington, historicamente, foi o representante maior desse novo modelo econômico adotado pelo Brasil e por outras nações da América Latina. Dentro de sua base ideológica sistematizada, o governo federal buscava não interferir na dinâmica econômica, deixando a livre para experimentar as oscilações do mercado, seus ajustes

ou desajustes, períodos de crescimento e estagnação, porém sempre tendendo ao equilíbrio, razão “natural” de sua essência. Influenciado por essa escola de pensamento, o governo federal absteve-se de promover políticas industriais e regionais, rompendo definitivamente com o modelo de cunho desenvolvimentista. As economias regionais menos desenvolvidas, que necessitavam de uma presença mais expressiva por parte da União, através de políticas públicas, foram prejudicadas pela adoção desse novo paradigma. A capacidade menor em atrair capitais em relação ao eixo dinâmico da economia brasileira, localizado no Sul e Sudeste do país, tornava a possibilidade de ocorrer um processo de involução industrial um risco evidente para as regiões periféricas do Brasil. No entanto, com o passar do tempo houve a constatação de que o estado não podia se isentar de seu papel de agente fomentador do processo de desenvolvimento em regiões que ainda apresentavam quadros socioeconômicos mais dramáticos. Assim, as desigualdades regionais que já eram flagrantes no cenário econômico brasileiro tendiam a piorar, amplificando, assim, a hegemonia do Sul e Sudeste do país. Diante desse quadro, restou a estados como a Bahia, menos favorecidos pelo ambiente econômico interno, utilizar estratégias como a guerra fiscal para atrair investimentos, minimizando, dessa forma, os prejuízos causados pelo modelo de desenvolvimento preconizado pelo neoliberalismo.

Durante a década de 1990, o governo da Bahia com o intuito de estimular o crescimento e o desenvolvimento econômicos do estado, implantou alguns programas de incentivo: O Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia (Probahia) que buscava diversificar o setor industrial do estado, dinamizando a economia em várias regiões. O Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Plásticos na Bahia (Bahiaplast) que visava fomentar a indústria de transformação plástica por meio da concessão de créditos. O Programa de Incentivo ao Comércio Exterior (Procomex) que por sua vez era voltado ao setor produtivo exportador, principalmente o ramo calçadista e seus derivados. O Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (Proauto) que por fim era destinado à concessão de incentivos fiscais e realização de inversões em infraestrutura para montadoras de automóveis e fabricantes de autopeças e acessórios. Em 2002 o Governo Estadual da Bahia lança o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve) substituindo os anteriores. O novo programa era mais abrangente, uma vez que ampliava o escopo dos objetivos propostos até aquele

momento. Pretendia, por meio de um conjunto de metas de longo prazo, confirmar o projeto de diversificação da matriz industrial baiana contemplando também o setor agroindustrial, promover a desconcentração regional dos investimentos industriais, buscando dinamizar a economia de outros territórios e melhorar a integração econômica entre as diversas regiões do estado. Por meio da política de incentivos fiscais, o governo da Bahia conseguiu atrair empreendimentos dos mais variados segmentos da indústria, como por exemplo: setores têxtil, de calçados, eletrônico, químico, automobilístico e de papel e celulose. No período entre 1999 e 2005 foram investidos aproximadamente R\$ 30,7 bilhões no setor industrial resultando em cerca de 135 mil empregos diretos. Do montante das inversões realizadas no período, 80% foram direcionadas para a implantação de novos empreendimentos e os 20% restantes foram destinados à reativação de indústrias já existentes (PESSOTI E SAMPAIO, 2009).

A preocupação em diversificar a estrutura produtiva do estado era notória, entretanto, houve grande concentração dessas indústrias na Região Metropolitana de Salvador (RMS), ocorrendo o aumento da centralização econômica. Para minimizar essa questão criou-se a política de estímulo à formação de pólos industriais e diversificação das atividades produtivas em diversos municípios do interior baiano, inclusive Santo Antonio de Jesus, o que foi uma tentativa que apresentou alguns resultados, como a geração de empregos proporcionados pela indústria calçadista, por exemplo, e um padrão de dinamismo econômico restrito a mercados sub-regionais.

Em relação a indústria de móveis no estado da Bahia, segundo Barreto (2002), a quantidade de indústrias que produz móveis em madeira é a maioria, não só na Bahia mas em todo o país, e esse segmento é constituído principalmente de pequenas empresas. Por esse perfil de empresas de pequeno porte as referidas indústrias enfrentam problemas em relação a inovação e tecnologia.

CAPÍTULO 4

O SETOR ESTOFADISTA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE JESUS

Este capítulo tem como objetivo caracterizar o município de Santo Antonio de Jesus, levando em consideração alguns aspectos históricos, geográficos, políticos e socioeconômicos. A análise do perfil do município em questão busca compreender como se construíram os elementos relacionados às atividades rurais, comerciais e industriais na cidade de Santo Antonio de Jesus.

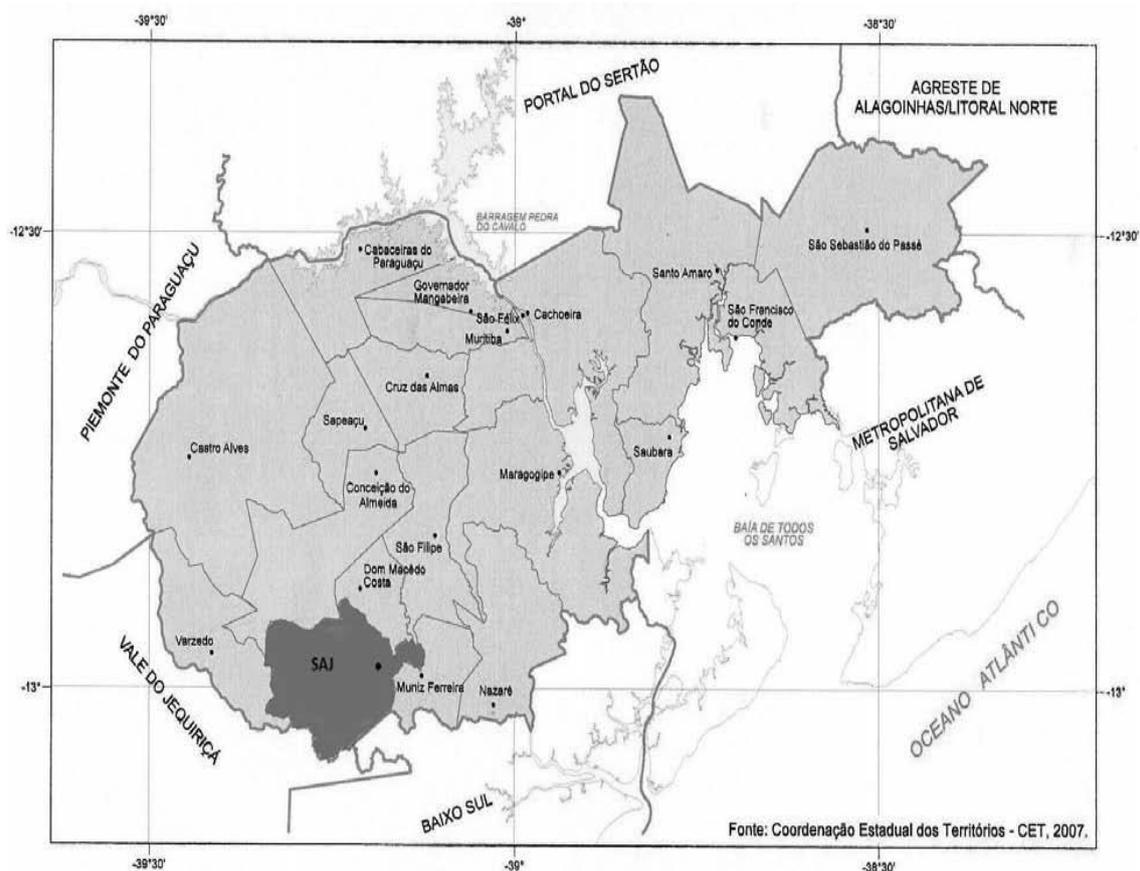


Figura 1
Mapa de localização do município
Fonte: Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia (2016).

4.1 UMA CIDADE QUE NASCE PELA SEMENTE DO COMÉRCIO



Figura 2
 Brasão do Município de Santo Antonio de Jesus – Bahia
 Fonte: <http://prefeiturasaj.ba.gov.br/>

O município de Santo Antonio de Jesus, situado entre o litoral e o sertão, faz parte do chamado Recôncavo Baiano⁵ e limita-se com os municípios de Aratuípe, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elízio Medrado, Laje, Muniz Ferreira, Nazaré, São Felipe, São Miguel das Matas e Varzedo. É uma das mais importantes cidades do recôncavo, devido ao destaque do comércio local bastante variado, que atrai consumidores de todas as cidades circunvizinhas. Também conhecida como Cidade das Palmeiras, devido as suas palmeiras seculares, possui aproximadamente 100.550 habitantes, com extensão territorial de 261.348 km², IDH de 0.7, PIB de R\$

⁵ Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. Sendo assim, reconhece-se como Recôncavo: Cabaceiras do Paraguaçu - Cachoeira - Castro Alves - Conceição do Almeida - Cruz das Almas - Dom Macedo Costa - Governador Mangabeira - Maragogipe - Muniz Ferreira - Muritiba - Nazaré - Salinas da Margarida - Santo Amaro - Santo Antônio de Jesus - São Felipe - São Félix - Sapeaçu - Saubara - Varzedo (SEPLAN - Secretaria do Planejamento/Governo da Bahia) Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia (2016).

714.755,105 mil e PIB per capita de R\$ 8.142,94 (IBGE 2008/2010) e é atualmente administrada pelo engenheiro Sr. Humberto Soares Leite (PDT).

Santo Antônio de Jesus Código: 2928703

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

IDHM 2010	0,7
IDHM 2000	0,56
IDHM 1991	0,45

Tabela 1

Fonte: Atlas Brasil 2013 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Teve o seu povoamento iniciado no século XVI, realizando-se lentamente durante os séculos XVII e XVIII e consolidando-se de fato somente no século XIX. Isso aconteceu como consequência de uma expansão demográfica espontânea devido à produção agrícola para subsistência, principalmente de mandioca, fumo e café. Tudo começou a partir do desbravamento da região, hoje dividida entre os municípios vizinhos Varzedo (Vargem Grande), Laje, São Miguel das Matas e Castro Alves (Arco Verde). O ponto de referência fundamental da história de Santo Antonio de Jesus, conforme Valadão (2005), foi a serra da Jibóia, onde foram descobertas minas de prata e depois ouro; além de poder ser vista a grande distância e servir de referencial de apoio aos viajantes. Possivelmente os desbravadores das terras santoantonienses contornaram-nas, ora pela direita margeando os rios mais importantes: Jaguaripe, Jequitibá e Sururu; ora pela esquerda, através dos rios da Dona e Jiquiriçá. Todos eles com nascentes próximas à serra da Jibóia. Os índios Sabujás e Cariris, descendentes dos Tupinambás, que viveram aldeados, povoavam os territórios de Castro Alves e Santa Terezinha. Sendo assim, sabe-se que os Cariris, também chamados de índios de Pedra Branca, viveram nas terras de Santo Antonio de Jesus. As primeiras ocupações do território do atual município de Santo Antônio de Jesus, foram resultantes do processo de exploração empreendido pelos colonizadores Pero Carneiro e D. Álvaro da Costa, que vieram juntar-se aos índios, atraídos pelas riquezas locais. Mas o seu

fundador foi mesmo o Padre Mateus Vieira de Azevedo, o principal personagem da história local. Valadão (2005) afirma que a nacionalidade do padre nunca foi confirmada, mas existem indícios de que ele era brasileiro, explicando essa questão da seguinte forma:

Confirmando essa suposição, o registro de seu sepultamento não faz nenhuma alusão a ele ter nascido num país estrangeiro, como era de costume constar tal fato, em todas certidões de óbito (VALADÃO, 2005).

Padre Mateus tinha uma residência, nas proximidades do rio Sururu, que foi transformada no primeiro povoado do município, pela excelente localização, onde foi erguido o oratório consagrado a Santo Antônio de Jesus. Em 23 de setembro de 1777, o oratório foi transformado em Capela e em 19 de junho de 1852, foi elevada à categoria de Igreja Matriz. Em torno da capela, onde atualmente encontra-se a Praça Padre Mateus e a Matriz de Santo Antônio de Jesus, surgiram os primeiros arruamentos que deram origem ao município, pois novos moradores foram surgindo e erguendo suas casas ao redor da mesma. Em 12 de março de 1791, doze anos após a construção e funcionamento da capela, faleceu o Padre Mateus. Ele havia se tornado um dos melhores lavradores da época, Em 1789 chegou a colher 40.000 covas de mandioca e 30 alqueires de farinha. Baseando-se no princípio de que cada proprietário era obrigado a plantar 500 covas de mandioca por escravo disponível, ele chegou a ter 80 escravos (VALADÃO, 2005). A freguesia de Santo Antônio de Jesus foi emancipada politicamente, desmembrando-se dos municípios Nazaré, São Miguel e Nova Laje, em 29 de maio de 1880, de acordo com a Lei Provincial nº 3952. Elevada à categoria de vila em 04 de maio de 1883 e em 30 de julho de 1891, o governo do Estado elevou a vila à categoria de cidade. Foram empossados os primeiros componentes da Câmara Municipal que então se chamava Senado Municipal, sob a coordenação do Desembargador Pedro de Resende Filho e seus conselheiros. Em 07 de setembro de 1880 ocorreu o maior acontecimento econômico e social de todos os tempos em Santo Antonio de Jesus, a inauguração da Estrada de Ferro Nazaré, da qual Santo Antônio de Jesus seria fim de linha durante uma década, ocasionando um grande impulso para o desenvolvimento comercial do município. Esse empreendimento dos nazarenos, executado por Dr. Alexandre José de Barros Bittencourt, trouxe um progresso incalculável às populações rurais e urbanas de toda a região do Recôncavo e do sertão

adjacente. Isso porque o trem de ferro era um transporte diário, barato, rápido, confortável, seguro para cargas e passageiros. Houve em grande escala a multiplicação e o aperfeiçoamento do escoamento da produção do sertão. Sua principal função de aproximar produtores e consumidores estava cumprida, era a garantia de mercados certos, maiores lucros e menores custos, para os produtores e para os consumidores a opção de escolha de produtos frescos e de melhor qualidade. Viajantes de toda parte começaram a descarregar produtos manufaturados, procedentes dos grandes centros industriais e recebiam produtos rurais. Foi a oportunidade de Santo Antonio de Jesus reafirmar a sua posição de entreposto e ponto de convergência de representantes de casas comerciais e atacadistas de Salvador e São Paulo.

No ano de 1871 tinha sido construída a primeira estrada de rodagem que serviu o povoado, foi obra do Presidente da Província – Francisco Gonçalves Martins, chamado Barão de São Lourenço, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento e facilitar o trânsito de mercadorias e pessoas. Já que o trajeto Nazaré / Santo Antonio de Jesus seguia como o estabelecido pelos pioneiros dos sertões, desbravando matas virgens, a pé ou a cavalo seguidos por tropas de burros de carga. Os comerciantes geralmente vinham de Nazaré, abriam novas lojas ou montavam filiais, depósitos, armazéns de fumo ou café. Foram tantos, que a Rua da Paz, ligada à Rua de Cima por intermédio das Quatro Esquinas, foi denominada Rua dos Nazarenos (atualmente Rua Senador Landulfo Alves). Essa foi a via pública considerada o centro comercial mais importante do povoado. Sobre esse assunto relata Valadão (2005):

O comércio, em novo surto de progresso, alargou e engrandeceu o povoado, incentivou mais o plantio de produtos agrícolas, tais como: mandioca, café, cana de açúcar, tabaco, frutos, legumes e até flores; aguçou o interesse de grandes empresários em estabelecer aqui seus negócios.

Descreve o comércio como sendo a atividade básica, a alavanca do desenvolvimento e o grande dínamo da economia santoantoniense e atribui o seu surgimento ao fato das pessoas se reunirem em volta da capela e por conta das condições rudes de meios de transportes, o que prejudicava as idas e vindas, serem obrigadas a contar com um suporte de atendimento das suas necessidades de pousada e alimentação. Assim, forma-se um aglomerado de pessoas e com elas as primeiras

vendas, quitandas, pensões, os primeiros prestadores de serviços como pedreiros, carpinteiros, ferreiros, pintores e vendedores de materiais de construção. Com isso, surgiu uma pequena praça, denominada Praça da Igreja, depois Praça da Matriz e por último Praça Padre Mateus, nome como é conhecida até os dias atuais.

4.2 A POSSE DAS TERRAS

A posse das terras da região, segundo Oliveira (2010), aconteceu seguindo a ordem de todo o Recôncavo, por meio da concessão de sesmarias⁶, com o estabelecimento de aldeamentos⁷, pela simples posse ou arrendamentos⁸. Segundo Oliveira (2010), houve com o passar do tempo partilhas e negociações de compra e venda de terra que foram alterando as propriedades e os proprietários; tais anotações encontram-se no livro dos registros de terras da freguesia de Santo Antonio de Jesus que se encontra sob posse do APEB⁹.

O trabalho escravo era a principal mão de obra e a base da riqueza na sociedade do período, esse fato chama a atenção de Oliveira (2010), levando-o a mencionar que havia uma preferência por este investimento até mesmo em relação à posse de terras, já que havia muitos proprietários de terras alugadas que possuíam escravos. A autora afirma ainda que era o valor extraído do sobretabalho escravo que valorizava a produção agrícola, tanto destinada ao consumo, como para a comercialização e que durante o período colonial, o fato de não possuir terras não era indício de pobreza, mas sim o não possuir escravos e viverem do próprio trabalho. Esse cenário muda somente nos últimos anos do século XIX, quando há uma clara transferência dos investimentos no mercado de aquisição de escravos para a compra de terras, isso conforme a pesquisadora, devido

⁶ As sesmarias foram um sistema de aquisição de terras (século XII), onde tais terras improdutivas eram doadas por Portugal às pessoas que firmavam o compromisso de cultivá-las em um prazo determinado, isso ocorreu devido à necessidade que a monarquia tinha de povoar os territórios conquistados. Segundo Diniz (2005), uma sesmaria media aproximadamente 6.500m² e cada uma das partes da área dividida levava o nome de sesmo. O termo sesmaria derivou-se do termo sesma, e significava 1/6 do valor estipulado para o terreno.

⁷ Conforme Fernandes (1998), os aldeamentos jesuíticos ocorreram por ordem da propagação da fé e pelo domínio da natureza, em prol da colonização e constituíram um real veículo de ocupação territorial.

⁸ Com base em Oliveira (2010) vemos que através dos arrendamentos aqueles que não possuíam terras podiam alugá-las daqueles que as possuíam, mas que não desejavam cultivá-las. Este sistema promoveu a ocupação de terras não cultivadas.

⁹ Arquivo Público do Estado da Bahia.

à percepção da iminência da abolição. Assim, esses proprietários passam a utilizar a mão de obra familiar como base de sustentação para o desenvolvimento do cultivo agrícola.

Oliveira (2010) aponta para a diferenciação entre os pequenos, médios e grandes lavradores. Os lavradores pobres de Santo Antonio de Jesus não tinham engenho e constituíam-se de homens e mulheres simples, sem títulos ou patentes. A cultura da mandioca, já desde esse período, é considerada uma cultura de pobres e a cultura do café é tida como uma cultura apenas de abastecimento local, por isso intitulada de uma cultura dos quintais. Os médios e grandes proprietários acumulavam grandes fortunas e ocupavam uma posição social diferenciada. Entre eles haviam aqueles que eram proprietários ainda de pequenas casas de comercialização de produtos e grande quantidade de animais, o que lhes conferia importância devido ao fato dos animais serem o principal meio de transporte e instrumentos fundamentais na realização dos trabalhos agrícolas. Esses senhores exerciam seu poder ganhando destaque na vida pública da freguesia e depois Vila de Santo Antonio, influenciando as primeiras lideranças locais e lutando pela definitiva emancipação política. Despontaram na comunidade os próprios padres, sendo eles os primeiros conselheiros e guias políticos. Primeiramente foi o Reverendo Vitorino José de Almeida, que veio para suprir a falta depois da morte do Padre Mateus. Em 03 de junho de 1832 foi eleito por 111 votos para o cargo de 1º Juiz de Paz da Capela, tendo atribuições jurídicas, policiais e obrigação de zelar pela ordem pública. Foi, por assim dizer, a primeira autoridade autenticamente santoantoniense, sendo eleito e reeleito várias vezes pela comunidade. Em 1841 ele assumiu definitivamente a direção da Capela de São Benedito, construída para ampliar o serviço dos párocos depois do abandono em que se encontrava a Capela de Santo Antonio, também como consequência da morte do fundador da cidade. Formou-se ali outro centro de convivência de pessoas, o que serviu para alargar ainda mais as fronteiras do povoado. O segundo líder foi José Maria da Silva Baraúna ou José de São Bento Baraúna, seu nome como monge beneditino. Valadão (2005) relata que a primeira grande disputa política ocorreu em 07 de fevereiro de 1867, com a participação de 431 cidadãos que mostraram na ocasião um espírito bastante competitivo pelo poder local. Era uma eleição para a paróquia da Matriz e havia duas facções fortes na disputa, uma chamada Partido Liberal, cujo chefe era Manoel José da Paixão Araújo, patriarca de uma família local que mais tarde revelou outros líderes santoantonienses e outra

chamada Partido Conservador, liderado por Félix Gaspar de Araújo e Almeida, também membro iniciante de um clã político da cidade. Dois grupos políticos dividem desde 1950 as disputas políticas na cidade, são eles: o grupo “beija flor”, fundado por Florentino Firmino de Almeida (Prefeito entre 1966-1970 e 1972-1976), com a pretensão de representar os pobres e humildes e os seus opositores o grupo “jacu”, que teve como fundador Rosalvo Fonseca, conhecido como líder da elite da cidade. A partir daí o eleitorado santoantoniense ficou delimitado entre essas duas partes, Valadão (2005) conta que essa divisão ocorreu quando o então prefeito Rosalvo Fonseca (1950) convidou o Deputado Federal Nelson Carneiro para o seu palanque e este, desconhecedor da realidade local, disse coisas que ofenderam a população, desde então houve a clara separação entre o eleitorado rico e pobre da cidade. Afirma-se que hoje em dia essa separação entre os dois grupos está um pouco embaçada, devido às alianças políticas feitas entre candidatos rivais, mas para a maioria da população ainda está clara a disputa. Fato que se comprova em períodos eleitorais onde as brigas e discussões são generalizadas entre as pessoas.

4.3 OS CICLOS ECONÔMICOS

Em termos econômicos, o município de Santo Antônio de Jesus ainda vive basicamente do comércio local, que vem se consolidando como um grande polo comercial, para onde se dirige um grande número de consumidores atraídos pela grande oferta de produtos, dos quais se destacam aqueles do ramo de confecção, móveis e eletrodomésticos. Assim, na sede do município, há atualmente um *shopping center*, o único da região, além de várias galerias e lojas, mas não se pode deixar de se mencionar a grande feira-livre que ocorre no centro da cidade, atraindo um grande número de pessoas que vão adquirir produtos cultivados na zona rural do município ou ainda produtos como roupas e utensílios domésticos vendidos por ambulantes que muitas vezes são oriundos de municípios vizinhos. Esse município sempre apresentou uma riqueza nas suas tradições religiosas e culturais, com destaque para os festejos do padroeiro do município, em que se realiza a famosa trezena de Santo Antônio, são treze dias de comemorações. Também são festejados os dias de São João, São José e São

Benedito, vale destacar que todas essas festividades sempre foram motivo para aquecer o comércio local, atraindo mais consumidores e movimentando a economia.

É importante comentar alguns ciclos econômicos pelos quais a cidade passou. Segundo Valadão (2005), de 1882 em diante, o progresso foi mais rápido do que em todos os anos seguintes e a cidade já havia se consolidado como o grande centro comercial do Recôncavo Baiano. Primeiro falaremos do ciclo do minério de manganês, que ocorreu entre 1918 a 1960. Em 1757, o técnico José Tomás do Nascimento descobriu na Bahia o manganês, precioso produto de exportação para os países industriais do mundo, principalmente para a Inglaterra, França, Japão e Estados Unidos. Em 1892 o engenheiro Henrique Prager encontrou o minério na região de Nazaré/Santo Antonio de Jesus. Todavia, somente em 1918, a exploração econômica das minas teve início, com a formação da Cia. Minas da Bahia. As pedras arrancadas de suas bases por explosão de dinamite eram colocadas em caçambas em cima de trilhos, empurradas para fora das galerias e transportadas em cestos nas cabeças dos operários, lombos de burros e caminhões, das minas até o km 53 da Estrada de Ferro Nazaré, onde eram lavadas, quebradas por britadores e reduzidas a pedras pequenas para serem armazenadas, até completar a carga de dois vagões e serem puxadas para o trem de carga com destino ao Porto de São Roque do Paraguaçu. Daí eram exportadas em navios para a Europa e América do Norte. Nessa época a extração de manganês viveu a sua melhor fase. Porém em 1958 a companhia foi vendida a uma empresa canadense a *Pump Metal Corporation*, de propriedade de um engenheiro alemão, naturalizado canadense, um dos maiores mineiros do mundo, pesquisador e explorador de grandes partes dos territórios da América do Norte e África. Foram feitos grandes contratos de fornecimento a várias siderúrgicas canadenses e norte-americanas, para liderar as extrações foi admitido pela empresa um famoso engenheiro indiano chamado *Mr. Khapadia*, que chegou a Santo Antonio de Jesus no fim do ano de 1958 e conforme relata Valadão (2005), obedecia rigorosamente a legislação trabalhista brasileira, fornecia assistência médica aos funcionários e pagava pontualmente os compromissos da empresa. Foram construídas galerias mais resistentes e seguras para melhor proteção dos mineiros que arriscavam suas vidas. Acontece que houve um crescimento vertiginoso da empresa e com isso a ordem para multiplicar a produção, a fim de atender a uma enorme quantidade de entregas a curto prazo. Foram organizados três turnos de trabalho, de sete em sete horas, com intervalo de uma hora para descanso e

revezamento do pessoal nas minas. Na ocasião foi encontrado um grande veio de manganês a uma enorme profundidade e rigidez das rochas encaixantes, o que levou a uma utilização de maior carga dinamite. Uma explosão muito grande ocasionou o arriamento da elevação do terreno e a destruição de todas as galerias. O desastre causou um prejuízo incalculável, já que a recuperação das galerias era financeiramente inviável e foi necessário pagar indenização aos clientes pelos contratos não cumpridos; com isso as minas de Santo Antonio de Jesus fecharam e teve fim esse período.

Em seguida falemos do ciclo do fumo que durou entre 1940 e 1970, foi uma fase econômica muito próspera em todo o Recôncavo Baiano, onde plantou-se, cultivou-se e exportou-se fumo para a Europa, principalmente para a Espanha, Portugal, França, Alemanha e Inglaterra. Essa atividade foi tão importante para a economia santoantoniense que resultou na criação do Instituto do Fumo pelo Governo Estadual, cuja sede foi instalada na cidade numa fazenda no Benfica (situada a 6 Km do centro). Esse órgão tinha a finalidade de incentivar o plantio, fornecer sementes selecionadas, ensinar técnicas para se obter um produto qualificado para o mercado internacional e rentável para os comerciantes. Os grandes fazendeiros plantavam próximo à sede das suas propriedades, para facilitar o transporte; enquanto os rendeiros e empregados das fazendas aproveitavam as pequenas faixas de terra que os patrões deixavam ao fundo de suas casas para plantarem alguma lavoura de subsistência e plantavam também fumo, a fim de melhorar a renda. O fumo do Recôncavo era considerado um dos melhores do mundo e usado, preferencialmente, em charutos e cigarros de primeira linha; por isso era vendido por preços vantajosos. Às vezes os armazéns produziam o seu próprio charuto, porém em pequena escala. Esses armazéns eram os responsáveis pela compra da produção de fumo, neles os fardos eram abertos e checados pelo processo de amostragem e fragrância. Em seguida à avaliação, cada operário recebia trouxas de 20 kg cada uma, para serem trabalhadas nas dependências do armazém ou em suas próprias casas. O trabalho consistia em extrair os talos centrais das folhas, para posteriormente, de volta aos armazéns e usando sopradores, serem peneiradas e limpas. Depois de selecionadas e tratadas as folhas eram enroladas em capas especiais e embaladas em finas caixas de madeira de cedro. Houve, conforme Valadão (2005), o emprego de mais de 4.000 trabalhadores, na maioria mulheres e crianças e o envolvimento de centenas de homens de negócios que compravam dos produtores e revendiam o fumo para os exportadores. Dentre as empresas internacionais mais famosas do ramo que mantinham

seus armazéns e agentes credenciados no Recôncavo, podemos citar: a holandesa *Hendrick Kelmer*, a Este Asiático, a alemã *Mongerhot e Leoni*, a *Suerdick*, a *Croner S.A.* e a *Norkai S.A.* Sobre o declínio do ciclo do fumo, nos relata Valadão (2005):

Mas da mesma forma que o comércio do fumo surgiu, nos primórdios dos anos 40, devagar, crescendo paulatinamente e progressivamente até tornar-se o maior ciclo econômico de Santo Antonio de Jesus, a partir de 1970 começou a declinar. A impressão que se tem é a de que o comércio internacional de produtos do fumo, principalmente o de charutos sofreu uma queda muito grande. Talvez tenha sido reflexo de campanhas publicitárias negativas espalhadas por todo o mundo, combatendo o tabagismo (...) (p.134).

Os investimentos internacionais foram diminuindo, já que os custos operacionais dos armazéns tornaram-se inviáveis, onerados cada vez mais pela carga tributária elevada e pressionados pelos sindicatos. Houve ainda algumas tentativas de simplificar o processamento do fumo, tentando diminuir o trabalho manual (manocagem), substituindo-o por máquinas especiais, porém as expectativas não foram alcançadas. As máquinas em contato com os fardos de fumo, impregnavam-o de um fungo, chamado “rosca do fumo”, isso causou o fracasso dessa fase, a desistência do plantio do fumo e o fechamento dos armazéns.

Por fim, desenvolveu-se em princípios da década de 1970, a indústria clandestina de fogos de artifício. Os empresários do ramo aproveitaram a mão de obra ociosa por conta da crise do fumo e exploraram homens, mulheres e crianças, sob as piores condições de trabalho. Já que não havia a contratação formal dos operários/as, muito menos o pagamento dos direitos trabalhistas e a legalidade passava de largo. As atividades eram, e ainda são, realizadas nas próprias residências das pessoas e vizinhos, em tendas, barracas e balcões; de forma individual ou coletiva. Alguns coordenadores repassam a matéria prima necessária à confecção dos produtos: pólvora, cloreto de potássio e embalagens. Esse material explosivo, que é controlado e fiscalizado rigorosamente pelo Exército Nacional, no município é comercializado, transportado e acomodado sem a menor dificuldade. Assim, são produzidos vários artigos como: bombas, foguetes, vulcões, espadas, entre outros. A remuneração por esse serviço altamente perigoso, como era de se esperar em todo trabalho clandestino, é irrisória, em torno de R\$0,60 (Sessenta centavos) por cada mil unidades produzidas, segundo Valadão (2005). Enfim, a atividade é marcada pela informalidade e negligência. Como

não poderia deixar de ser, infelizmente, acabou ocasionando graves acidentes, o primeiro em 1990 e o segundo, de maiores proporções, em 1998. Esse último foi considerado a maior tragédia de todos os tempos em Santo Antonio de Jesus e o maior acidente com fogos acontecido no país (O GLOBO, 2011). Haviam cerca de 100 pessoas trabalhando nos galpões que explodiram. Das 64 vítimas, 62 foram mulheres que estavam trabalhando e 2 foram crianças que tinham ido ao local levar o almoço de suas mães. Houveram mais dois acidentes em 2007 e 2008 e segundo o Movimento 11 de dezembro¹⁰, que foi criado após a explosão de 1998, e a ASFOGOS - Associação dos Produtores de Fogos de Santo Antonio de Jesus, existem atualmente na cidade cerca de 500 fábricas, entre legais e ilegais, e a produção anual de fogos, somando todas as fábricas, chega a 50 toneladas. Esse cenário nos dá uma boa idéia do nível de precariedade a que podem ser submetidos os trabalhadores na cidade.

4.4 A INDUSTRIALIZAÇÃO MUNICIPAL E A INSTALAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL

DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS (BA)



¹⁰ O Movimento 11 de dezembro é uma Organização Não Governamental (ONG) que foi criada em 1999 pelos familiares das vítimas da explosão da fábrica ilegal de fogos em Santo Antonio de Jesus, no Recôncavo Baiano (1998) e desde então vem lutando para que os responsáveis pela tragédia sejam responsabilizados. Em 2001, o Brasil foi denunciado pela ONG à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), pela demora em julgar o processo e tornou-se réu no caso. Em 2006 o país reconheceu sua responsabilidade no acidente, comprometendo-se em fazer os devidos reparos morais e materiais às famílias das vítimas e sobreviventes (CORREIO, 2010).

Figura 3
Vista panorâmica do Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus (BA)
Fonte: Borges e Souza (2012).

A zona rural do município vem passando por uma crescente migração da população, sobretudo jovem, para o centro urbano de Santo Antonio de Jesus. Isso tem ocorrido pela busca de melhores condições de vida que a cidade oferece, como por exemplo, ofertas de trabalho, acesso à educação e assistência médica. De acordo com Costa (2010), a zona rural era mais povoada até o início dos anos oitenta, quando haviam na região várias propriedades agrícolas onde as pessoas cultivavam lavouras de cana-de-açúcar, mandioca, fumo, laranja, amendoim, café, feijão, milho e outros. Segundo o autor, essas pequenas propriedades foram sendo vendidas e cedendo espaço para a criação de gado bovino; com isso restaram apenas algumas poucas pessoas no campo, sobrevivendo da agricultura de subsistência.

Sobre a presença de indústrias na cidade, somente em 2003 foi inaugurada uma indústria de grande porte, no ramo de calçados (Dalponte). Esse acontecimento foi tido como uma grande oportunidade de geração de emprego. Mas tudo começou com a instalação do Distrito Industrial, evento sobre o qual vamos relatar a partir desse momento. Para Borges e Souza (2012), houve um grande crescimento das políticas localistas no território brasileiro, nos últimos 20 anos, em função do período pós-Constituição de 1988, quando houve uma descentralização administrativa, política e financeira, juntamente com as novas práticas do capitalismo, em virtude da crise, surgindo a necessidade de uma readaptação, reordenamento e recriação dos espaços produtores, devido, também, ao aumento da população global. Com isso, nota-se a disseminação do localismo, antes concentrado, sobretudo, nos países mais ricos ou nas regiões mais dinamizadas economicamente. Dentro desse contexto, as ações de incentivos e isenções fiscais, aliadas à propagação dos distritos industriais, são fortemente instauradas em muitos espaços brasileiros. O Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus (BA) foi fundado no ano de 1994, possui uma área de aproximadamente 198.370,28 m² e teve com a função de alargar a participação da indústria na economia local, tradicionalmente conhecida em toda a região e ampliar a participação do setor secundário na geração de empregos e na arrecadação tributária do município. É importante salientar que esse polo industrial abastece atualmente um mercado consumidor local-regional, chegando a outros estados do Nordeste e Sudeste

brasileiro. A implantação de um distrito industrial pode ser compreendida como uma forma de propor a um determinado local a inserção de novas oportunidades para seu melhor dinamismo e, também, incluí-lo num sistema maior de produção, geração de renda e desenvolvimento, por meio da criação de novos postos de trabalho para a população local, além de possibilitar ao poder público um aumento na sua arrecadação tributária.

Concluimos que se o país procurava formas de se destacar em termos de competitividade, anos 1990, logo a instalação de um distrito industrial numa cidade como Santo Antônio de Jesus (BA) fazia parte dos projetos de alargamento das políticas do estado para movimentar o local/regional, transformando-o em um dos lugares propícios a serem expoentes no processo de fabricação e escoamento da produção para alimentar o mercado nacional e até internacional (BORGES E SOUZA, 2012). A SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial, visando a promoção do desenvolvimento industrial, fez a articulação da implantação do Distrito Industrial, priorizando a instalação das empresas em expansão e que já estavam instaladas no município. A área do Distrito Industrial foi adquirida no final da década de 1980, por meio de desapropriações feitas pelo governo municipal, que escolheu aquele espaço por ser relativamente afastado do centro urbano, o que na prática, favoreceria a instalação de indústrias por lá. A completa instalação do distrito se concretizou apenas em meados da década de 1990, tendo como primeira empresa a se instalar o Café Arauá (que hoje já não faz parte das indústrias que compõem o distrito). Posteriormente, a Torrefação e Moagem de Café Palmeiras Ltda. e a Milkly Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. também se instalaram no local. Deve-se destacar que devido a problemas administrativos/burocráticos entre o município e o Estado, houve esse intervalo entre a fundação e o completa ocupação do distrito. Atualmente, o distrito dispõe de aproximadamente 800 postos de trabalho diretos. Levando-se em consideração que cada família é composta, em média, por quatro pessoas, verifica-se que ao menos 3.200 pessoas do município têm parte de suas rendas oriundas/complementadas pelas indústrias do distrito municipal.

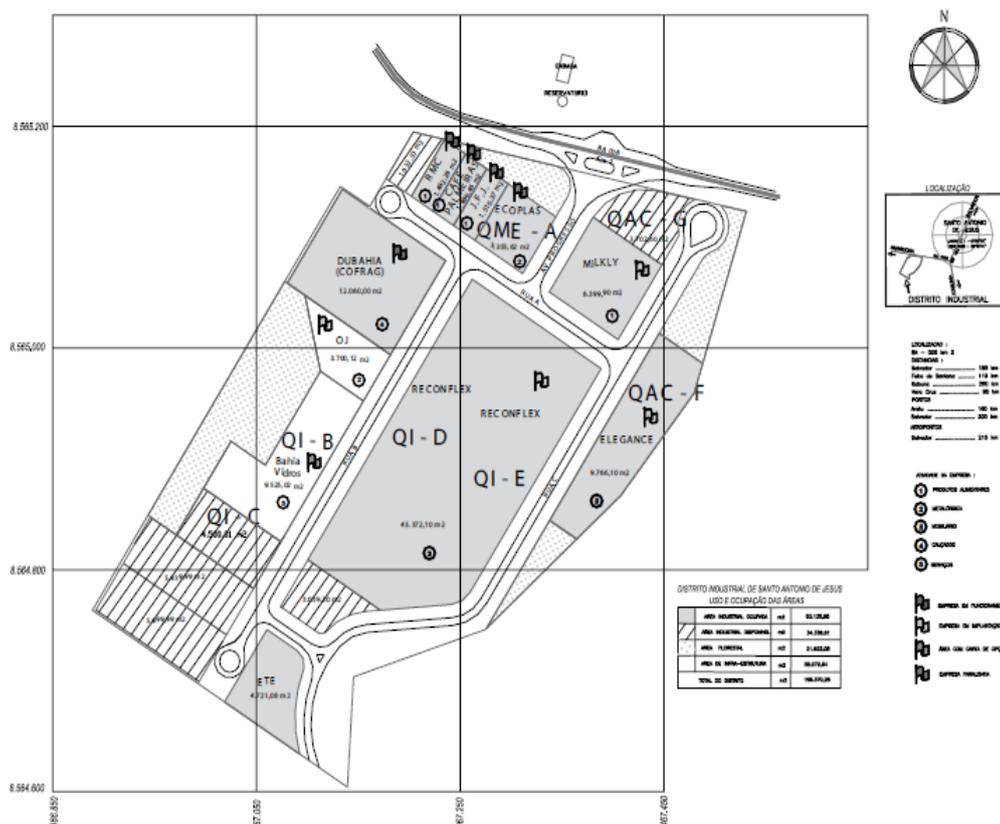


Figura 4

Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus

Fonte: Borges e Souza (2012). Superintendência de Desenvolvimento da Indústria e Comércio do Estado da Bahia (SUDIC).

Os produtos fabricados no distrito têm um mercado consumidor relativamente grande. Por exemplo, segundo Borges e Souza (2012), o Café Palmeiras atende a todo o Recôncavo Baiano, a Estofados Elegance tem consumidores na Bahia e Sergipe e a Colchões Reconflex distribui sua produção para boa parte do Nordeste e Sudeste do Brasil. O Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus (BA) oportunizou para o município novas perspectivas de dinamização, crescimento econômico e transformações na forma de reapropriação do espaço. Como se pode notar, o setor industrial santo-antoniense mostra-se plural e, se bem dimensionado, poderá ampliar ainda mais suas fronteiras comerciais, trazendo dividendos para o município/sociedade local (empregos, impostos etc.). A questão a ser observada, no entanto, diz respeito ao impacto dessas ações de desenvolvimento na realidade dos trabalhadores locais. Como se processa o trabalho operário e em que condições? Quais os sentimentos do trabalhador em relação

às atividades por eles desempenhadas? São essas as questões que essa pesquisa se propõe a elucidar.

Nº	Razão social/Nome de fantasia	Linha de produção	Localização		
	Empresas em funcionamento		Quadra	Lote (s)	Área m²
1	Bahia Vidros Temperados Ltda.	Fábrica de vidros temperados	QI - C e QI - B	1 e 4	9.500
2	Dubahia Indústria e Comércio Ltda. (Cofrag.)	Componentes p/ calçados	QI - B	1 e 2	12.060
3	Estofados Elegance Ltda.	Estofados	QI - F	1 a 5	9.766
4	Indamel Indústria e Comércio de Artefatos de Metais Ltda.	Componentes metálicos	QI - C	2	4.500
5	José Carlos Mozart	Recond. e reciclagem de pneumáticos	QME - A	6	1.600
6	Milkly Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Fáb. de derivados de leite	QAC - G	1 e 2	6.400
7	O J. de Andrade Neto	Metalúrgica	QI - B	3	3.800
8	Petnor Indústria e Comércio de Embalagens Ltda.	Fabr. e com. de embalagens plásticas, garrafas pet	QI - C	3	6.000
9	Reconflex Indústria e Comércio de Colchões Ltda.	Fábrica de colchões	QI - E e QI - D	(1 a 11) e (1 a 6)	43.372
10	Torrefação e Moagem de Café Palmeiras Ltda.	Moagem e torrefação de café	QME - A	4	1.500
11	Torrefação e Moagem de Café Nova Estrela Ltda.	Moagem e torrefação de café	QME - A	5	1.500
12	Biscoitos Saboreá	Fabricação de biscoitos	QME - A	4	450

Tabela 2

Relatório de acompanhamento das empresas presentes no Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus (BA), na ocasião da abertura.

Fonte: Borges e Souza (2012). Superintendência de Desenvolvimento da Indústria e Comércio do Estado da Bahia (SUDIC).



Figura 5
As empresas Torrefação e Moagem de Café Palmeiras Ltda. e Milky Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. do Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus (BA)
Foto: Borges e Souza (2012).

Santo Antonio de Jesus, como já foi discutido no ponto 4.3 desta dissertação, denominado Ciclos Econômicos, tem sua economia baseada fundamentalmente no comércio e serviço, onde com o crescimento desses setores passou a abastecer as cidades em seu entorno com produtos diversificados. De acordo com Borges e Souza (2012), nota-se que a soma das riquezas do município em questão lhe assegura certo destaque entre as economias mais importantes da região do Recôncavo Sul: os números de seu PIB (Produto Interno Bruto) são 50% superiores aos da cidade de Cruz das Almas, a segunda colocada.

Região econômica e municípios	R\$ em milhões					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Estado da Bahia	68.146,92	79.083,23	90.919,33	96.520,70	109.651,84	121.508,47
Recôncavo Sul*	1.947,81	2.177,56	2.568,45	2.813,41	3.407,12	3.446,31
Santo Antônio de Jesus	371,17	424,75	516,92	552,89	646,27	714,76
Cruz das Almas	183,12	203,82	252,41	280,54	309,95	338,53
Santo Amaro	175,48	184,85	209,29	214,77	229,93	257,24
Cachoeira	114,42	122,45	141,31	156,02	161,70	173,99
Amargosa	87,58	96,77	105,01	119,78	133,08	141,01
Maragogipe	83,30	96,86	115,43	149,00	373,50	156,30

Tabela 3

Os cinco maiores PIB'S do Recôncavo Sul.

Fonte: Borges e Souza (2012). Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Atualmente a cidade tem instalada em seu território uma unidade da fábrica de calçados do Grupo Ramarim, o que tem contribuído para incrementar ainda mais a nova realidade de atividade industrial na cidade. O Grupo Ramarim, fundado em 1962, conta hoje com quatro unidades, sendo elas: Nova Hartz – Rio Grande do Sul, Sapiranga – Rio Grande do Sul, Jequié – Bahia e Santo Antonio de Jesus – Bahia, possui 7 mil colaboradores e uma produção de mais de 60 mil pares a cada dia. Só em Santo Antonio de Jesus são 3.600 operários, muitos deles oriundos da indústria de tênis esportivos e bolas Dalponte, que fechou as portas em abril de 2013 e deixou para trás mais de 700 funcionários sem o pagamento do FGTS e muitos com várias queixas de trabalho escravo, além de lesões por esforço repetitivo. A Ramarim funciona em um galpão de 15.000 m² - localizado às margens da BR-101 - mesmo local onde funcionou a Dal Ponte.

Quanto ao ramo pesquisado, durante as entrevistas realizadas para a operacionalização desta pesquisa, foi possível tomar conhecimento que o setor estofadista na cidade de Santo Antonio de Jesus-Ba, segundo a maioria dos donos de fábricas de estofados na cidade e alguns operários mais antigos, surgiu por volta de 1990, quando o Sr. Edvaldo Sampaio, fundador da indústria Reconflex, na ocasião funcionário de uma pequena loja de móveis, observando o grande volume de estofados que eram comercializados por ele e por outros vendedores, viu uma oportunidade de negócio e empreendeu a abertura da primeira fábrica de estofados no município. Utilizou a mão de obra de algumas estofarias existentes na época, onde eram realizadas reformas em estofados, e a partir daí deu início ao que hoje configura o setor industrial de maior expressão presente na cidade, pois são até a data da coleta de dados, 9 (nove) fábricas em atividade e 601 (seiscentos e um) trabalhadores. A Pop Estofados, nome da fábrica pioneira no setor, funcionou durante algum tempo sob a direção de seu fundador, até ser vendida, pois houve a percepção por parte do mesmo, que a lucratividade poderia ser ainda maior com a fabricação de colchões, assim foi inaugurada a Colchões Reconflex.

CAPÍTULO 5

TRABALHO E PRECARIZAÇÃO EM SANTO ANTONIO DE JESUS

Aqui são apresentados os dados coletados na pesquisa de campo, onde é possível conhecer o perfil dos trabalhadores do setor estofadista, bem como as suas condições de trabalho e ainda o perfil das fábricas onde esses operários estão inseridos. São mostradas algumas impressões externadas pelos funcionários e essas falas são corroboradas com a teoria pertinente ao tema e dialogam dessa forma com os autores pesquisados.

5.1 APRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES/AS OPERÁRIOS/AS (PERFIL SOCIOECONÔMICO)

O roteiro de entrevistas aplicado ao grupo de operários/as das fábricas de estofados/colchões na cidade de Santo Antonio de Jesus, geraram dados, os quais depois de obtidos foram tabulados, possibilitando traçar um perfil dos/as trabalhadores/as como sendo composto por maioria de jovens (entre 20 a 29 anos), na maioria trabalhadores do sexo masculino (83%) (Gráfico 1A)¹¹.

Sexo	Frequência	%
Masculino	50	83
Feminino	10	17

Tabela 4
Sexo dos trabalhadores
Fonte: Elaboração própria

¹¹ Os gráficos gerados a partir da tabulação dos dados obtidos em campo estão em anexo, divididos em blocos A (Gráficos do perfil dos trabalhadores/as) e B (Gráficos de características do trabalho).

Naturais do próprio município (85%) (Gráfico 2A).

Naturalidade	Frequência	%
Santo Antonio de Jesus	51	85
Outras cidades	09	15

Tabela 5
Naturalidade dos trabalhadores
Fonte: Elaboração própria

Que identificam-se na maioria como pardos (48%) e negros (40%) (Gráfico 3A).

Cor	Frequência	%
Pardo	29	48
Negro	24	40
Branco	7	12
Amarelo	0	0

Tabela 6
Cor dos trabalhadores
Fonte: Elaboração própria

Casados (33%), amasiados (27%) e solteiros (25%) (Gráfico 4A).

Estado civil	Frequência	%
Solteiro(a)	15	25
Casado(a)	20	33
Divorciado(a)	2	3
Separado(a)	7	12
Viúvo(a)	0	0
Amasiado(a)	16	27

Tabela 7
Estado civil dos trabalhadores

Fonte: Elaboração própria

Com relação a quantidade de filhos/as (46% um filho/a, 27% nenhum filho, 15% dois filhos/as e 12% três filhos/as) (Gráfico 5A).

Número de filhos	Frequência	%
Nenhum filho	16	27
Um filho	28	46
Dois filhos	9	15
Três filhos	7	12
Quatro ou mais filhos	0	0

Tabela 8
Número de filhos dos trabalhadores
Fonte: Elaboração própria

Que moram em casa própria (60%) (Gráfico 6A).

Tipo de moradia	Frequência	%
Própria	36	60
Alugada	24	40
Emprestada	0	0
Outros	0	0

Tabela 9
Tipo de moradia dos trabalhadores
Fonte: Elaboração própria

52% moram perto do trabalho (Gráfico 7A).

Mora perto do trabalho	Frequência	%
Sim	29	48
Não	31	52

Tabela 10
Localização da moradia dos trabalhadores
Fonte: Elaboração própria

Usam como principal meio de transporte para chegar ao trabalho moto própria (51%) (Gráfico 8A).

Tipo de transporte	Frequência	%
Carro Próprio	3	5
Moto Própria	29	51
Bicicleta	16	28
Ônibus	3	5
Moto táxi	0	0
Andando	6	11

Tabela 11
Tipo de transporte dos trabalhadores
Fonte: Elaboração própria

68% declaram uma renda familiar entre 2 a 3 salários mínimos (Gráfico 9A).

Renda familiar	Frequência	%
1 a 2 Salários Mínimos	9	15
2 a 3 Salários Mínimos	41	68
3 a 4 Salários Mínimos	10	17
4 a 5 Salários Mínimos	0	0
5 a 6 Salários Mínimos	0	0

Tabela 12
Renda familiar dos trabalhadores
Fonte: Elaboração própria

45% cursaram no máximo o ensino fundamental completo e 35% o ensino médio incompleto (Gráfico 10A).

Escolaridade	Frequência	%
Não Alfabetizado	0	0
Fundamental Completo	27	45
Fundamental Incompleto	6	10
Médio Completo	4	7
Médio Incompleto	21	35
Superior Completo	0	0
Superior Incompleto	2	3

Tabela 13
Escolaridade dos trabalhadores
Fonte: Elaboração própria

82% nunca fizeram nenhum curso preparatório para entrar no mercado de trabalho (Gráfico 11A).

Curso	Frequência	%
Preparatório/Capacitação		
Sim	11	18
Não	49	82

Tabela 14
Curso Preparatório/Capacitação antes de ingressar no trabalho
Fonte: Elaboração própria

70% tiveram seu primeiro emprego depois dos 17 anos de idade (Gráfico 12A).

Idade inicial de trabalho	Frequência	%
Menos de 14	8	13
Entre 14 e 16	10	17
Mais de 17	42	70

Tabela 15
Idade inicial de trabalho
Fonte: Elaboração própria

80% declararam não terem sido contratados formalmente na ocasião do primeiro emprego (Gráfico 13A).

Contratado formalmente (1º emprego)	Frequência	%
Sim	12	20
Não	48	80

Tabela 16
Forma de contrato no 1º emprego
Fonte: Elaboração própria

Em relação às atividades desempenhadas pelo grupo pesquisado (amostra) temos o seguinte perfil (Gráfico 4B): 20% trabalham na forração dos estofados/colchões, que consiste em aplicar o tecido/capa aos produtos, utilizando máquinas manuais pneumáticas (pistolas de grampos) ou no caso dos colchões, especificamente, o uso de uma máquina denominada de “cabeçote”, instalada numa “mesa de fechamento”. 18% trabalham na espumação, a atividade de “espumar” refere-se à aplicação de placas de espuma, acrílica e molas (manta acrílica) sobre a armação de madeira, com a ajuda de cola e pistolas de grampos. 13% trabalham no setor de costura, onde os tecidos são cortados e costurados de acordo com cada modelo pré-definido. 12% trabalham na embalagem, onde são empacotados os produtos finalizados e enviados aos depósitos. 12% trabalham na serraria, setor responsável pelo maior índice de acidentes de trabalho, devido ao manuseio de máquinas esquadrejadeiras, que servem para o corte da madeira usada na armação dos estofados/colchões. 10% trabalham armando os estofados/colchões de acordo com os modelos específicos, utilizando madeira serrada e compensado. Outros materiais são utilizados ainda nesse processo como: percintas elásticas e grampos aplicados também com pistolas pneumáticas. 10% ocupam o setor de acabamento, responsável por finalizar a fabricação dos produtos, colocando acessórios como pés e fundo dos estofados, suspiros e etiquetas dos colchões, detalhes

como botões forrados, enchimento das almofadas de encosto e assento, entre outros. Por fim, 5% dos entrevistados são do setor de carregamento e sua atribuição consiste em transportar os produtos de um setor para outro e carregar os caminhões para as entregas.

Atividade na empresa	Frequência	%
Serraria	7	12
Armação	6	10
Espumação	11	18
Forração	12	20
Acabamento	6	10
Costura	8	13
Carregamento	3	5
Embalagem	7	12
Outras	0	0

Tabela 17
 Atividade na empresa
 Fonte: Elaboração própria



Figura 6
Funcionários na serraria



Figura 7
Setor de armação



Figura 8
Funcionários na espumação



Figura 9
Setor de corte



Figura 10
Setor de costura



Figura 11
Setor de forração



Figura 12
Setor de acabamento

5.2 APRESENTAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO SETOR PESQUISADO (PERFIL QUANTO AO PORTE, TIPO DE PRODUTOS E MODO DE PRODUÇÃO)

RECONFLEX Indústria e Comércio de Colchões Ltda.

Porte: Médio porte (EMP)

Data Fundação: Fevereiro/1993

Fundador: Edvaldo Sampaio

Instalações: Galpão próprio (60 mil M2/Distrito Industrial)

Linha de produtos: 10 modelos cama *box* / 11 colchões / 09 travesseiros

Contabilidade: Interna

Tipo produção: Por processo

Tipo salário: Produção

SETOR PRODUÇÃO	QUANTIDADE
HOMENS	226
MULHERES	35

TOTAL FUNCIONÁRIOS/AS	261
------------------------------	-----

Tabela 18
Quantidade funcionários
Fonte: Elaboração própria

INTERZUM Indústria e Comércio de Estofados Ltda.

Porte: Pequeno porte (EPP)
Data Fundação: Setembro/1997
Fundador: Edvaldo Sampaio
Instalações: Galpão próprio (60 mil m2 / Distrito Industrial)
Linha de produtos: 19 modelos estofados / 12 poltronas
Contabilidade: Interna
Tipo produção: Por processo
Tipo salário: Produção

SETOR PRODUÇÃO	QUANTIDADE
HOMENS	85
MULHERES	11
TOTAL FUNCIONÁRIOS/AS	96

Tabela 19
Quantidade funcionários
Fonte: Elaboração própria

RECÔNCAVO Indústria de Estofados Ltda.

Porte: Pequeno porte (EPP)
Data Fundação: Abril/2014
Fundador: André Teixeira Andrade
Instalações: Galpão alugado
Linha de produtos: 13 modelos estofados / 03 poltronas
Contabilidade: MR Porto
Tipo produção: Por processo
Tipo salário: Fixo

SETOR PRODUÇÃO	QUANTIDADE
HOMENS	30
MULHERES	3
TOTAL FUNCIONÁRIOS/AS	33

Tabela 20
Quantidade funcionários
Fonte: Elaboração própria

VERONA Estofados Ltda.

Porte: Micro Empresa (ME)
Data Fundação: Abril/2006
Fundador: Gerson de Jesus Almeida
Instalações: Galpão alugado
Linha de produtos: 06 modelos estofados / 01 poltronas
Contabilidade: MR Porto
Tipo produção: Por produto
Tipo salário: Fixo

SETOR PRODUÇÃO	QUANTIDADE
HOMENS	14
MULHERES	2
TOTAL FUNCIONÁRIOS/AS	16

Tabela 21
Quantidade funcionários
Fonte: Elaboração própria

ELEGANCE Indústria e Comércio de Colchões Ltda.

Porte: Pequeno porte (EPP)
Data Fundação: Maio/1998
Fundador: Márcio Peixoto
Instalações: Galpão Próprio (10 mil m2 / Distrito Industrial)
Linha de produtos: 08 modelos cama *box* / 07 colchões
Contabilidade: Exata Contabilidade
Tipo produção: Por célula
Tipo salário: Produção

SETOR PRODUÇÃO	QUANTIDADE
HOMENS	82
MULHERES	13
TOTAL FUNCIONÁRIOS/AS	95

Tabela 22

Quantidade funcionários
Fonte: Elaboração própria

ELYON Indústria e Comércio de Móveis e Estofados Ltda.

Porte: Micro Empresa (ME)
Data Fundação: Fevereiro/2000
Fundador: Ademir Silva Santos
Instalações: Galpão próprio
Linha de produtos: 07 modelos estofados / 06 poltronas
Contabilidade: Nag Contabilidade
Tipo produção: Por produto
Tipo salário: Fixo

SETOR PRODUÇÃO	QUANTIDADE
HOMENS	11
MULHERES	3
TOTAL FUNCIONÁRIOS/AS	14

Tabela 23
Quantidade funcionários
Fonte: Elaboração própria

BELLA BAHIA Indústria e Comércio de Estofados Ltda.

Porte: Micro Empresa (ME)
Data Fundação: Setembro/2011
Fundador: Áureo Cerqueira
Instalações: Galpão alugado
Linha de produtos: 13 modelos estofados
Contabilidade: CL Contabilidade
Tipo produção: Por processo
Tipo salário: Produção

SETOR PRODUÇÃO	QUANTIDADE
HOMENS	26
MULHERES	4
TOTAL FUNCIONÁRIOS/AS	30

Tabela 24
Quantidade funcionários
Fonte: Elaboração própria

INOVAR Indústria e Comércio de Estofados Ltda.

Porte: Micro Empresa (ME)

Data Fundação: Setembro/2012

Fundador: Josenildo Barbosa e Maria Lucia Silva Barbosa

Instalações: Galpão alugado

Linha de produtos: 15 modelos estofados / 05 poltronas

Contabilidade: Positiva Contabilidade

Tipo produção: Por processo

Tipo salário: Produção

SETOR PRODUÇÃO	QUANTIDADE
HOMENS	30
MULHERES	8
TOTAL FUNCIONÁRIOS/AS	38

Tabela 25

Quantidade funcionários

Fonte: Elaboração própria

PUMA Indústria e Comércio de Estofados Ltda.

Porte: Micro Empresa (ME)

Data Fundação: Abril/2003

Fundador: Antonio Esteves

Instalações: Galpão alugado

Linha de produtos: 13 modelos estofados

Contabilidade: CL Contabilidade

Tipo produção: Por processo

Tipo salário: Produção

SETOR PRODUÇÃO	QUANTIDADE
HOMENS	17
MULHERES	1
TOTAL FUNCIONÁRIOS/AS	18

Tabela 26

Quantidade funcionários

Fonte: Elaboração própria

A produção segue o modelo Taylorista/fordista, que se caracteriza pela fragmentação do trabalho, onde há a divisão do trabalho em vários processos/etapas. Pelo controle do tempo de produção, através da disciplinarização do corpo e flexibilização da força de trabalho. Além da hierarquização da organização do trabalho e separação do trabalho manual do trabalho intelectual, há neste modelo a possibilidade de controle absoluto para a maior perfeição na fabricação de produtos (NOGUEIRA, 2004). As fábricas ocupam velhos galpões com péssimas estruturas físicas, pouca iluminação e ventilação inadequada. A matéria prima fica disposta de maneira desordenada e cada funcionário é responsável pelas ferramentas que utiliza, se houver perda os mesmos são responsabilizados.



Figura 13
Setor de espumação



Figura 14
Setor de forração e acabamento

Através da observação feita ao processo produtivo em cada uma das fábricas pesquisadas, foi possível perceber que existe um fluxo de diversos materiais nas linhas de produção (Madeira, compensado, grampos, espumas, percintas, tecidos, entre outros). Na maioria, o fluxo diário não é contínuo e sofre alterações constantes, em função da existência de uma linha de produção ou montagem do produto não padronizada. A linha de produção segue a demanda por pedido/produto. Além disso, o arranjo físico, que corresponde à localização dos recursos de transformação nas áreas de produção, não se encontram planejados para esse processo. Percebe-se que as instalações, a distribuição das bancadas, máquinas e equipamentos, não facilitam o fluxo de pessoas e materiais.

“Muitas vezes falta material para trabalhar, como vamos trabalhar por produção se falta espuma direto aqui no meu setor? (...) E minha bancada está apertada” (F.- entrevista realizada em julho 2015).

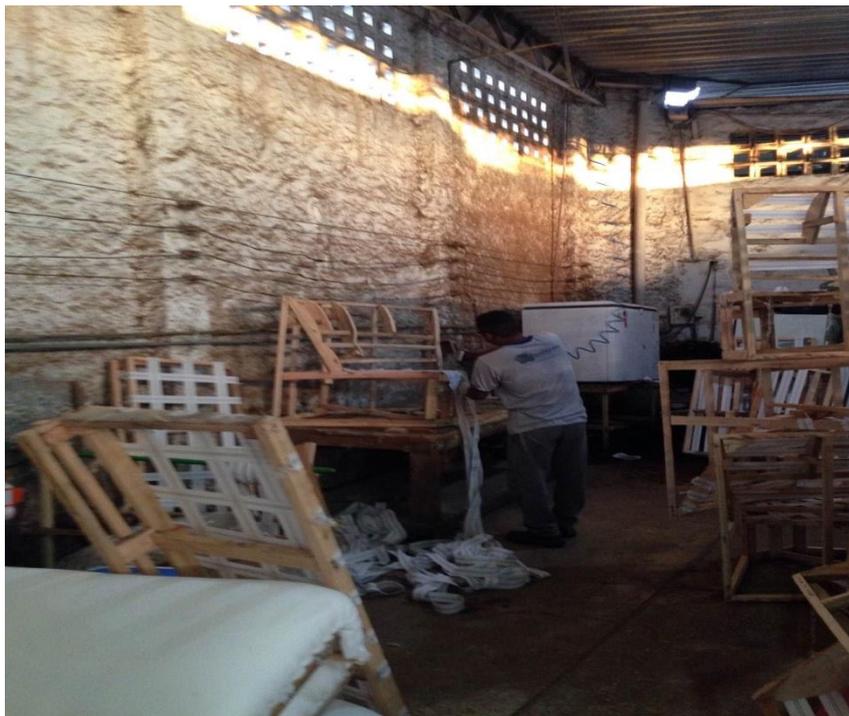


Figura 15
Percintagem antes da espumação

Esses fatores geram conflito entre os operários e os gerentes de produção que são figuras atuantes no controle contínuo do desempenho. Como não há estoque e é produzido o que está vendido, quando as vendas são baixas não há possibilidade de o trabalhador atingir o salário que almeja.

“Usar ‘sucata’ de espuma me faz perder muito tempo” (P.H.-entrevista realizada em julho 2015).

Esses resíduos de espumas são comprados de grandes fábricas de estofados e colchões em outras cidades e até mesmo outros estados e são reutilizados na produção daqui para a redução de custos. Em contrapartida há um atraso na produção para ajustar as peças aos tamanhos necessários, os funcionários se queixam de que lhes são ofertadas mão de obra de péssima qualidade e lhes é cobrado um produto final com perfeição. Sobre essa exigência de qualidade, segundo os gerentes de produção, há uma política entre as lojas de móveis em que eles armazenam mal os estofados, ocasionando-lhes danos, mas sempre atribuem o suposto defeito às fábricas que são obrigadas a repor o

estoque das lojas com peças perfeitas. Portanto é papel dos operários fazer com que o produto seja o mais resistente possível.



Figura 16
Funcionário na espumação

O empregador se resguarda de prejuízo, já que apesar de não vender a contento, é compensado em ter a folha de pagamento enxugada.

A presença dos gerentes de produção tem como objetivo manter o ritmo satisfatório nas fábricas com salário fixo e o controle da qualidade onde o salário é por produção. São usados para fazer esse controle a marcação do tempo e a identificação dos trabalhadores nos produtos. As metas diárias são buscadas e lembradas constantemente.

Nas fábricas maiores, foi possível observar uma melhor disposição do espaço, facilitando o fluxo da produção, mas nem por isso o controle é menor. Há um severo acompanhamento da movimentação dos operários, inclusive limitação de tempo para uso dos banheiros.

A meta diária por trabalhador é de 10 a 12 conjuntos de estofados. Cada setor possui em torno de 3 a 4 funcionários.

“Quem não consegue ‘bater’ a meta tem que trabalhar sábado para pagar o que ficou devendo na semana” (B.A.- entrevista realizada em julho 2015).

“A maior dificuldade que eu enfrento aqui é lidar com os funcionários, pois fazem ‘corpo mole’. Eu tenho a responsabilidade de fazer eles trabalharem e cumprir a meta diária” (Gerente de produção – entrevista realizada em julho 2015).

“Mantenho um gerente de produção fiscalizando e controlando o tempo todo. Eles têm que produzir a meta diária de 10 conjuntos individualmente” (Proprietário - entrevista realizada em julho 2015).



Figura 17
Setor de costura



Figura 18
Setor de costura

Nas fábricas de colchões, diferente das fábricas de estofados onde a fabricação é totalmente manual, existe certa mecanização do processo produtivo com o uso de equipamentos mais modernos.

O fundador de uma das fábricas pesquisadas relatou que trabalhou numa indústria em Vitória da Conquista chamada Italsofa, uma fábrica italiana com filial no Brasil, especializada em estofados de alto luxo e que só produzia para o mercado europeu, toda a produção era exportada. Adquiriu experiência, tendo ocupado as vagas de instrutor, coordenador e gerente de produção. Depois que essa fábrica fechou, veio trabalhar na Interzum em Santo Antonio de Jesus, onde ficou vários anos, até que surgiu a oportunidade de colocar seu próprio negócio. Começou com terceirização, onde costurava capas de estofados para as fábricas da cidade e depois com capacitação de mão-de-obra, formando costureiras (Curso de costura específico para estofados). Juntou capital próprio para abrir a fábrica de estofados. Sua fábrica atualmente possui 5 vendedores externos e toda a produção é baseada nas vendas (Estoque zero). A produção é por cargas: Lotes são formados a partir da programação de entrega e então a produção começa na serraria e vai passando para os demais setores (Armação, corte, costura, espumação, forração, acabamento e embalagem) com a devida identificação (número da carga e especificações de modelos e cores). Cada setor tem 1 cópia do

Controle de Produção (Quantidade a ser produzida), produz, estoca e transporta para o próximo setor.

5.3 CONDIÇÕES DO TRABALHO EXERCIDO NAS FÁBRICAS

Durante a aplicação da entrevista foi possível discutir as questões relacionadas à precarização do trabalho, onde os/as trabalhadores/as relataram suas impressões e principais dificuldades enfrentadas dentro do ambiente organizacional, tomando sempre como parâmetro os impactos causados no exercício do trabalho desempenhado por eles/as, a partir dos indicadores de precarização social do trabalho.



Figura 19
Setor de serraria



Figura 20
Setor de embalagem

No item vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais foram abordados os indicadores relacionados com os tipos de contratação, informalidade e índice de rotatividade. A partir das respostas dos entrevistados/as em relação ao tipo de contrato de trabalho, percebe-se que 87% dos trabalhadores/as são contratados/as formalmente e 10% (Gráfico 1B) estão trabalhando sem registro, o que mostra que existe a prática de contrato informal, onde o trabalhador/a exerce suas atividades laborais por tempo indeterminado até que o contratante decida formalizar ou não o trabalhador/a.

Contrato de trabalho atual	Frequência	%
Carteira assinada	52	87
Contrato de experiência	0	0
Estágio	0	0
Trabalho temporário	2	3
Meio período	0	0

Terceirizado	0	0
Sem registro	6	10

Tabela 27
Contrato de trabalho
Fonte: Elaboração própria

Com relação a forma de contratação vê-se claramente que as contratações são feitas por indicação de outros trabalhadores (78%) (Gráfico 2B) e não por seleção para a ocupação das vagas de trabalho.

Oportunidade de trabalho	Frequência	%
Indicação	47	78
Currículo	13	22

Tabela 28
Oportunidade de trabalho
Fonte: Elaboração própria

No item relacionado à intensificação do trabalho e terceirização, buscou-se perceber questões como ameaças, abuso de poder e assédio, além de adaptação ao trabalho na indústria e mudanças nos padrões de gestão e modos de produção. 80% (Gráfico 3B) dos/as entrevistados/as afirmaram ter tido dificuldades em adaptar-se ao ritmo de trabalho exigido nas fábricas.

Adaptabilidade ao trabalho	Frequência	%
Sim	48	80
Não	12	20

Tabela 29
Adaptabilidade ao trabalho
Fonte: Elaboração própria

52% já exerceram funções diferentes por conta de falta de outro profissional, 38% nunca mudou de função e 10% mudou de setor por conta de mudança no processo produtivo (Gráfico 5B).

Desempenho de funções	Frequência	%
Mudança no processo produtivo	6	10
Falta de outro profissional	31	52
Nunca mudou de função	23	38

Tabela 30
Desempenho de funções / Mudança de atividade
Fonte: Elaboração própria

Em relação ao tempo de trabalho, 65% trabalham no atual emprego de 1 a 5 anos, 27% a menos de 1 ano e 8% de 6 a 10 anos (Gráfico 6B).

“Eu já trabalhei em três fábricas de sofá, fico onde tiver o melhor salário” (V.- entrevista realizada em julho 2015).

Tempo na fábrica	Frequência	%
Menos de 1 ano	16	27
1 a 5 anos	39	65
6 a 10 anos	5	8
Mais de 10 anos	0	0

Tabela 31
Tempo na fábrica
Fonte: Elaboração própria

58% (Gráfico 7B) disseram já ter trabalhado em fábricas do mesmo ramo, antes do atual emprego.

--	--	--

Trabalhou em outra fábrica do mesmo ramo	Frequência	%
Sim	35	58
Não	25	42

Tabela 32
Trabalho em outra fábrica
Fonte: Elaboração própria

Dentre os entrevistados, 92% afirmou receber salário por produção (Gráfico 8B). As conversas com os/as entrevistados/as nos dão conta de explicar que o motivo dos salários pagos serem por produção e não salário fixo, seria para aumentar a produtividade dos funcionários/as. À medida que o salário final de cada funcionário/a depende do volume produzido por cada um, logicamente que os/as trabalhadores/as vão dar o melhor de si. Isso caracteriza uma forma clara de intensificação da produção.

“Trabalhamos aqui com salário fixo por limitação de espaço, mas assim que puder passar para um galpão maior, vou mudar para o salário por produção pois assim força a produção” (Proprietário - entrevista realizada em julho 2015).

Para resguardarem-se de prejuízos com possíveis erros na produção (propositais ou não propositais) e a consequente devolução de alguns produtos, as fábricas adotam a estratégia de que na produção em série feita em células (equipes de produção) há a identificação do/a funcionário responsável por cada etapa do processo produtivo. Assim existe uma margem de tolerância ao erro em torno de 2% a cada 100 unidades produzidas e o que passar disso o grupo inteiro é responsabilizado, gerando uma espécie de vigilância coletiva. Segundo as entrevistas, as fábricas descontam em média R\$5,00 (cinco reais) por pessoa da célula/setor, por cada produto que apresentar defeito de fabricação.

“Se a gente acelerar muito e der defeito depois, a gente tem que pagar pelo erro do outro” (J. - entrevista realizada em julho 2015).

Tipo de Salário	Frequência	%
Fixo	5	8
Produção	55	92

Tabela 33
 Tipo de salário
 Fonte: Elaboração própria

Questionados/as sobre ter ou não medo de perder o emprego, 60% respondeu que sim e 40% respondeu que não (Gráfico 9B). Enquanto 65% relatou já ter sofrido ameaças de perder o emprego e 35% afirmou nunca ter sofrido esse tipo de ameaça (Gráfico 10B). Os entrevistados que disseram ter sofrido ameaças de perda de emprego, dizem que essas ameaças são em função do pouco ritmo de trabalho ou desperdício de matéria-prima. Afirmam ainda que as mesmas são por parte do proprietários das fábricas e/ou dos chefes de produção. Para manterem-se empregados, 92% (Gráfico 16B) dizem sentir-se pressionados a trabalhar sempre mais e melhor.

“Nas reuniões sempre há esse tipo de ameaça: - Quem não se enquadrar vai sair! Mas também falam individualmente” (A. - entrevista realizada em julho 2015).

Sentimento de permanência	Frequência	%
Não tenho medo de ser demitido	24	40
Tenho medo de ser demitido	36	60

Tabela 34
 Sentimento de permanência
 Fonte: Elaboração própria

Ameaça de perder o emprego	Frequência	%
Sim	39	65
Não	21	35

Tabela 35
Ameaça de perder o emprego
Fonte: Elaboração própria

Sente-se pressionado (a) a trabalhar sempre mais	Frequência	%
Sim	55	92
Não	5	8

Tabela 36
Sentimento de pressão a trabalhar sempre mais
Fonte: Elaboração própria

Como a empresa não oferece nenhum tipo de treinamento, a capacitação fica comprometida (Gráfico 11B).

“O custo para treinar mão-de-obra é alto ou arriscado, pois tem que manter dois funcionários com carteira assinada (o que treina e o treinado), ou arriscar ser multado por um fiscal do trabalho” (Proprietário - entrevista realizada em junho de 2015).

As pessoas que fazem parte do precariado não podem ser profissionalizadas porque não podem se especializar e não podem construir em profundidade uma constante melhoria de competência ou experiência. Elas encaram a incerteza de retornar a uma forma específica de trabalho e têm pouca possibilidade de mobilidade social ascendente (STANDING, 2003, p.46).

Curso de aperfeiçoamento	Frequência	%
Sim	0	0
Não	60	100

Tabela 37
Curso de aperfeiçoamento
Fonte: Elaboração própria

Em se tratando de segurança e saúde no trabalho, os dados são os seguintes: 60% dizem não ter total segurança, 33% consideram ter condições de segurança e 7% acreditam não ter nenhuma segurança (Gráfico 12B).

Sentimento de segurança no ambiente de trabalho	Frequência	%
Tenho condições de segurança	20	33
Não tenho total segurança	36	60
Não tenho nenhuma segurança	4	7

Tabela 38
Segurança no trabalho
Fonte: Elaboração própria



Figura 21
Funcionário da serraria com dedos mutilados

Dos entrevistados, 87% nunca sofreram algum tipo de acidente de trabalho, 13% já sofreram acidente de trabalho (Gráfico 13B). E 60% conhecem alguém que já se acidentou no ambiente da fábrica e 40% não tem conhecimento de algum caso (Gráfico 14B).

Já sofreu acidente de trabalho	Frequência	%
Sim	8	13
Não	52	87

Tabela 39
Sofreu acidente no trabalho
Fonte: Elaboração própria



Figura 22
Laminadora de espuma altamente cortante sem proteção (Modelo antigo)

Conhece alguém que sofreu	Frequência	%

Sim	36	60
Não	24	40

Tabela 40
Conhecimento de outros acidentes no trabalho
Fonte: Elaboração própria

Sobre identidade individual/coletiva e fragilização da organização dos trabalhadores podemos abordar questões como sentimento em relação ao trabalho, onde 93% confirma não haver espírito coletivo e apenas 7% acredita fazer parte de uma comunidade coletiva de trabalhadores (Gráfico 15B).

Sentimento em relação ao trabalho	Frequência	%
Parte de uma comunidade	4	7
Não há espírito coletivo	56	93

Tabela 41
Sentimento em relação ao trabalho
Fonte: Elaboração própria

E 75% sentem-se frustrados em relação ao trabalho e 25% apontam sentirem-se realizados (Gráfico 17B).

“Me sinto frustrado pois estou trabalhando a quase um ano sem carteira assinada e estou me esforçando muito” (E. - entrevista realizada em junho de 2015).

Realização profissional	Frequência	%
Realizado	15	25
Frustrado	45	75

Tabela 42
Sentimento de realização profissional
Fonte: Elaboração própria

Apesar disso, quando trata-se do sentimento de raiva ou derrota 68% negam sentir tais sentimentos em relação ao seu trabalho e 32% confirmam que em algum momento já sentiram-se assim (Gráfico 18B).

Raiva ou sensação de derrota	Frequência	Frequência
Sim	19	32
Não	41	68

Tabela 43
Sentimento de raiva ou derrota em relação ao trabalho
Fonte: Elaboração própria

Os que confirmam que não há a construção de relações de confiança entre o trabalhadores/as foram 87% e 13% discordam dessa afirmativa (Gráfico 19B).

Relação de confiança entre as pessoas	Frequência	%
Sim	8	13
Não	52	87

Tabela 44
Relação de confiança entre as pessoas no trabalho
Fonte: Elaboração própria

Questionados/as sobre a possibilidade de ascender economicamente 75% não acredita que seu trabalho possa lhe oferecer tal oportunidade e 25% acreditam que sim, que podem mudar de cargo e ter um melhor salário (Gráfico 20B).

Possibilidade de ascender na empresa	Frequência	%
Sim	15	25

Não	45	75
-----	----	----

Tabela 45
Possibilidade de ascender na empresa
Fonte: Elaboração própria

E 82% conta que tem a sensação de que o fruto do seu trabalho é para proveito de outros e não dele próprio, enquanto 18% não pensam assim (Gráfico 21B).

“Realmente é difícil ver os donos enriquecendo e a gente aqui só ralando. Acho que se tivesse união entre a gente podia melhorar” (J. - entrevista realizada em junho de 2015).

Sentimento de fruto do trabalho para proveito de outros	Frequência	%
Sim	49	82
Não	11	18

Tabela 46
Sentimento em relação ao fruto do trabalho
Fonte: Elaboração própria

A respeito do suprimento das necessidades a partir do salário, 80% relata suprir algumas necessidades mais urgentes, 10% diz não conseguir suprir as necessidades de maneira satisfatória e 10% afirma que consegue suprir todas as necessidades (Gráfico 22B).

Dignidade com fruto do trabalho	Frequência	%
Consigo suprir todas as necessidades	6	10
Consigo suprir algumas necessidades	48	80

Não consigo suprir necessidades básicas	6	10
---	---	----

Tabela 47
Dignidade com fruto do trabalho
Fonte: Elaboração própria

Em relação à proteção por parte do Estado, 65% têm sentimento de proteção no que tange seus direitos trabalhistas e 35% sentem-se desamparados (Gráfico 23B).

Se o Estado elimina formas trabalhistas de seguro social que criam um sistema sólido de solidariedade social, ainda que injusto, sem colocar nada comparável em seu lugar, então não há nenhum mecanismo para criar formas alternativas de solidariedade. Para construir um mecanismo, deve haver um senso de estabilidade e previsibilidade. O precariado carece de ambos. Está sujeito à incerteza crônica. O seguro social prospera quando há uma probabilidade mais ou menos igual de mobilidade ascendente e descendente, de ganhar e de perder. Numa sociedade em que o precariado está crescendo, e em que a mobilidade social é limitada e está em declínio, o seguro social não pode ter sucesso (STANDING, 2003, p.44).

Proteção pelo Estado	Frequência	%
Sim	39	65
Não	21	35

Tabela 48
Proteção pelo Estado
Fonte: Elaboração própria

Sobre questões como discriminação e assédio 62% disseram nunca ter sido vítima e 38% afirmaram já terem passado por alguma situação do tipo (Gráfico 24B).

Já fui chamada de 'lerda' em outra fábrica que trabalhei antes dessa e sei de muitas colegas que foram 'cantadas' pelo chefe (E. - entrevista realizada em julho 2015).

Discriminação ou assédio	Frequência	%
Sim	23	38

Não	37	62
-----	----	----

Tabela 49
Sofreu discriminação ou assédio no trabalho
Fonte: Elaboração própria

Sobre a representação de classe, 100% não têm sentimento de representação enquanto classe, pois não há atividade sindical (Gráfico 25B).

Representação sindical	Frequência	%
Sim	0	0
Não	60	100

Tabela 50
Representação sindical
Fonte: Elaboração própria

Standing (2013) afirma que à medida que o trabalho flexível cresce, a desigualdade cresce junto.

As políticas que promovem a flexibilidade de emprego desgastam os processos de interação relacional e de pares que são vitais para a reprodução de habilidades e atitudes construtivas no trabalho (STANDING, 2003, p. 46).

Para Guy Standing (2013), aqueles que fazem parte do precariado carecem de uma identidade baseada no trabalho, pois ocupam empregos desprovidos de carreira, sem tradição de memória social e não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa em práticas estáveis. Não se sentem parte de uma comunidade trabalhista solidária, ética ou fraterna. Esse fato intensifica um sentimento de alienação e o problema está na não vivência de relações de confiança no trabalho. Essa falta de segurança é agravada, como aponta Standing (2013), pelos ambientes de infinita flexibilidade dos mercados de trabalho, assim os indivíduos vêm a sua capacidade de cooperação comprometida.

Uma maneira de olhar para o precariado é perceber como as pessoas passam a realizar formas inseguras de trabalho que provavelmente não as ajudarão a construir uma identidade desejável ou uma carreira cobiçada (STANDING, 2003, p. 36).

Segundo o autor, ser precarizado é ser sujeito a pressões e experiências que levam a uma existência precariada, de viver no presente, sem uma identidade segura ou um senso de desenvolvimento alcançado por meio do trabalho. Nesse sentido, parte dos assalariados está sendo levada ao precariado. E pior,

O precariado sofre do que em inglês chamamos de “quatro A” – raiva (*anger*, em inglês), anomia, ansiedade e alienação). A raiva decorre tanto da frustração diante das vias aparentemente bloqueadas para promover uma vida significativa quanto a um sentimento de relativa privação (STANDING, 2003, p. 41).

O precariado sente frustração devido aos empregos sem estabilidade ou segurança e, sobretudo, pois esses empregos não possibilitam a construção de laços de confiança. A falta de oportunidade de ascensão econômica deixa a pessoa num estado de desencorajamento. Por conseguinte, a anomia surge da sensação constante de derrota, que é agravada pela condenação do precariado por parte daqueles que são privilegiados, já que o precariado é acusado de ser socialmente culpado pela sua situação. A ansiedade à qual vive o precariado é por conta da insegurança constante aliada à oscilação à beira do limite, pois há uma consciência de que se algo der errado pode-se passar a viver numa situação ainda mais problemática do ponto de vista econômico e também por um medo de perder o que possui, sem falar no sentimento de não ter mais por ser constantemente enganado e explorado pela estrutura social.

A alienação decorre do conhecimento de que aquilo que fazemos não é para o nosso propósito ou para o que poderíamos respeitar ou apreciar; é simplesmente algo feito para outros, à ordem deles. Isso tem sido considerado como uma característica marcante do proletariado (STANDING, 2003, p. 42).

Ainda segundo Standing (2013), a anomia é um estado de passividade que surge a partir do desespero. Ocorre que as pessoas alienadas de seu trabalho têm

comportamento anômico, por temerem perder o que têm estão constantemente ansiosas e frustradas, a frustração gera raiva passiva e a situação de precariedade está instalada.

Em suma, a mistura de raiva, anomia, ansiedade e alienação crescentes abrange o inevitável lado insolente de uma sociedade que tem feito da “flexibilidade” e da insegurança as pedras fundamentais do sistema econômico (STANDING, 2003, p. 47).

Quanto à terceirização, não houve relatos de ser uma prática exercida nas fábricas de estofados da cidade, com exceção de uma tentativa de terceirização da costura, quando um ex funcionário de uma grande indústria fora da cidade, se propôs a fornecer as capas prontas para serem usadas na forração, eliminando assim essa etapa do processo produtivo. Alguns proprietários disseram que a costura é um setor complicado, onde a demora na produção é grande. Mas mesmo assim não houve sucesso e hoje não há nenhum setor de produção onde haja terceirização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de finalizar, por ora, essa discussão, faz-se pertinente retomar o início e repensar o fio condutor que permeou essa investigação. A curiosidade pelo tema surgiu como já foi dito, desde a graduação no curso de Administração de empresas, quando pude conhecer a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras de uma fábrica de estofados de Santo Antonio de Jesus. Cidade esta em fase de desenvolvimento e com perspectivas de ampliação do setor industrial, devido aos investimentos feitos anteriormente e que ainda serão realizados pelo governo do Estado da Bahia, através da SUDIC, com a ampliação do Distrito Industrial. Isso tudo fez parte da estratégia de incentivo à ampliação e interiorização da indústria no estado a partir de 1990. Em relação ao setor estofadista, além de já ser objeto de pesquisa em experiência acadêmica anterior, o interesse se ampliou pelo desejo de abarcar um número maior de trabalhadores, de forma que aqui pesquisamos a totalidade das indústrias existentes na cidade. As fábricas de estofados são o setor que mais possui representatividade no município. São empresas que surgiram sem planejamento e apresentam estrutura precária, foram fundadas na grande maioria por empresários inexperientes e que desejam investir o seu capital num negócio lucrativo. No entanto, o que se percebeu na observação do ambiente das fábricas e principalmente nas conversas com os proprietários é que não há investimento em melhorias da qualidade de vida no trabalho. Sempre que podem, os recursos são aplicados em aumento da capacidade produtiva, como compra de matéria prima e novas contratações, mas no que diz respeito a reformas nos galpões, por exemplo, são raras as exceções; pois o que se vê são ambientes inadequados para a realização do trabalho, mas os trabalhadores são cobrados a manter a produção sempre em alta.

A partir daí e com o objetivo de apresentar algumas reflexões críticas sobre a forma como o trabalho operário em fábricas de estofados se desenvolve em Santo Antonio de Jesus - Ba, buscou-se identificar como a precarização se configura. A partir da pesquisa realizada, que teve como foco as condições de trabalho e o perfil dos trabalhadores, foi possível constatar que existe precarização do trabalho. Afirma-se esse fato por conta da forma como o capitalismo industrial se desenvolve no município pesquisado e, sobretudo, pela fragmentação da identidade coletiva da classe trabalhadora.

A pesquisa foi aplicada aos trabalhadores durante seus momentos de descanso e fora do ambiente de trabalho para evitar retaliações por parte da gerência de produção e para estimular os entrevistados a serem espontâneos nos seus relatos. Desse modo, algumas questões se colocaram como muito relevantes depois da pesquisa de campo, levando à constatação de que a precarização do trabalho se evidencia através de alguns elementos presentes na rotina fabril. 80% dos/as entrevistados/as afirmaram ter tido dificuldades em adaptar-se ao ritmo de trabalho exigido nas fábricas, uma quantidade muito expressiva, o que nos informa sobre a disciplina rígida e a constante exigência de eficiência produtiva a qual são submetidos os funcionários. 52% já exerceram funções diferentes por conta de falta de outro profissional para exercer aquela função, esse fator denota a flexibilidade presente na estrutura produtiva das fábricas da cidade, levando o trabalhador à obrigação de conhecer todas as atividades do processo produtivo, para com isso suprir as demandas que lhe são impostas. Dentre os entrevistados, 92% afirmou receber salário por produção, isso nos leva a entender que as metas de produção diárias são cobradas a todo tempo, sob a alegação de que os salários dos funcionários dependem dessa produção eficiente. Por conta de questões como essa, quando questionados/as sobre ter ou não medo de perder o emprego, 60% respondeu que sim. Sendo notórias aqui as pressões por elevada produtividade. Desse modo, salientamos que 65% relataram já ter sofrido ameaças de perder o emprego, com certeza reafirmando esse aspecto. Não deixando de citar ainda que para manterem-se empregados, 92% dizem sentir-se pressionados a trabalhar sempre mais e melhor.

Em se tratando de segurança e saúde no trabalho, os dados nos dizem que 60% relatam sentir-se totalmente seguros no ambiente de trabalho, mas 40% consideram não ter total segurança e 60% conhecem alguém que já se acidentou no ambiente da fábrica. O setor menos seguro é a serraria, lugar onde ocorrem os acidentes mais graves (As mutilações), devido ao fato de que os trabalhadores são expostos a equipamentos altamente cortantes, como serras giratórias e lâminas, sem a devida proteção. Sobre identidade individual/coletiva e fragilização da organização dos trabalhadores podemos abordar questões como sentimento em relação ao trabalho e elencar que 93% confirma não haver espírito coletivo, os que confirmam que não há a construção de relações de confiança entre o trabalhadores/as foram 87% e 75% sentem-se frustrados em relação ao trabalho, esses dados são imperiosos na interpretação de que está em curso uma desestruturação da classe trabalhadora e que o capitalismo está se valendo desse aspecto

para se desenvolver. Para reforçar essa afirmação, citemos o dado mais expressivo que dá conta de explicar a morfologia da falta de identidade de classe desses trabalhadores ouvidos, refiro-me ao item representação de classe, onde nesse quesito nada menos que 100% dos entrevistados relataram não ter sentimento de representação enquanto classe, pois não há atividade sindical, ou seja, eles até têm a contribuição sindical descontada do seu salário, mas não se sentem representados em nenhum aspecto pelo sindicato dos trabalhadores da indústria.

Ainda é preciso ressaltar que 82% conta que tem a sensação de que o fruto do seu trabalho é para proveito de outros e não dele próprio. E sobre a possibilidade de ascender economicamente, 75% não acredita que seu trabalho possa lhe oferecer tal oportunidade, sendo que a respeito do suprimento das necessidades a partir do salário, 80% relata suprir algumas necessidades mais urgentes, mas que entendem que outras necessidades deixam de ser supridas, principalmente em relação ao investimento em educação. Sobre a garantia de reprodução de habilidade, como as empresas não oferecem nenhum tipo de treinamento, a capacitação fica comprometida. Segundo entrevista com um dos proprietários, a única possível capacitação, que está ainda em fase de negociação com SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, junto à FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia, tem como objetivo treinar mão de obra para a execução da fabricação de estofados, pois segundo ele, como existe pouca mão de obra especializada nesse ramo, existe um teto salarial alto e ainda uma certa consciência por parte do funcionário da sua importância. Portanto, nos foi afirmado em entrevista que houve uma mobilização por parte dos proprietários de fábricas, no sentido de buscar apoio para o enfrentamento do que eles consideram um problema, que seria esse ponto forte da classe operária e uma desvantagem para os capitalistas.

Vê-se claramente que a estratégia mais forte usada pelo capital nesse contexto estudado é a desestruturação da classe trabalhadora e isso tem trazido consequências ruins para os interesses dos trabalhadores. Quando pensamos no conceito de classe elaborado por Marx e analisamos a realidade dos operários das fábricas de estofados em Santo Antonio de Jesus vemos que não há nenhuma identificação entre os trabalhadores, o que os leva a ficarem vulneráveis em relação à organização dos donos de fábricas, que ao contrário dos trabalhadores, apesar de não terem uma associação formal, já se reuniram diversas vezes para discutir formas alternativas para enfrentar o que eles consideram como um de seus maiores problemas, a mão de obra.

Citando Marx, falar de consciência e representação de classe, necessariamente é falar das categorias classe em si e classe para si. Para Marx (1982), a constituição de uma classe, entendida como classe para si, não nasce pronta, é um processo, onde com o passar do tempo e por meio das lutas sociais, a classe vai se solidificando.

... Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta... esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1982).

Para Duarte (2012) há uma evolução no processo de constituição de uma classe para si, ou seja, alguns níveis desse processo, que correspondem a níveis diferentes de consciência, de organização, de existência e experiências – as classes se movimentam e em determinado momento, alcançam o estágio de classe para si, ou seja, com consciência de si e para si, com um projeto próprio de poder pelo qual luta ativamente superando os particularismos que a fracionam. E para que determinada classe possa realizar essa transição é preciso que o grupo se posicione dentro das relações sociais de produção, para só assim construir a unidade necessária de interesses que venha elevá-los enquanto classe. Antes disso os indivíduos desse grupo são apenas classe em si, pois não se vêm com consciência ou ideologia próprias, que os façam ver além da difícil realidade compartilhada por todos. Pode-se dizer que sua consciência é limitada pela ideologia de outra classe, a dominante, e que é alienada e restrita (MÉSZÁROS, 2008). Isso acontece claramente no ambiente pesquisado, um total desligamento e uma total falta de consciência coletiva, que os façam pensar em grupo e defenderem seus interesses comuns. Não há a criação de laços sociais firmes, não há valorização mútua ou compartilhamento de experiências. A instabilidade é o teor das relações estabelecidas, não havendo sinais de confiança, lealdade ou compromisso. Devido ao modelo capitalista flexível, os trabalhadores não têm satisfação e diante de rápidas mudanças, o trabalho perde o sentido. Sennett (1999) afirma que as pessoas sempre viveram esporadicamente por situações de incerteza, mas que o que ocorre agora é que essa instabilidade é constante e sem propósito. O que provoca uma sensação de deriva e uma conseqüente falta de perspectivas. Para o autor, a dinâmica a qual os trabalhadores atuais são submetidos leva-os a uma existência irracional, sem objetivos nem

propósitos. As pessoas são estimuladas a serem abertas às mudanças e a adaptarem-se a falta de rotina. A flexibilização é generalizada e o enfraquecimento da dependência mútua entre os indivíduos leva à corrosão do caráter dos membros da sociedade.

O precariado como afirma Standing, tem um senso de “memória social” muito frágil devido a uma falta de pertencimento, ou melhor, uma falta de definição de si a partir da atividade exercida. Já que essa memória é responsável por fornecer um código de ética e significado social, a falta dela causa desestabilidade emocional.

Isso ressalta uma característica atual do precariado. Ele ainda tem de se solidificar como uma classe-para-si. Pode-se descrever um processo de “queda” para dentro do precariado ou de ser arrastado para uma existência precarizada. As pessoas não nascem nessa classe e é improvável que se identifiquem como membros dela com um brilho de orgulho (STANDING, 2003, p. 45).

Segundo Standing, há um contraste entre a classe trabalhadora industrial tradicional e o precariado, pois a classe trabalhadora depois de tempos de busca pelos seus interesses conseguiu tornar-se organizada e isso gerou orgulho entre os seus membros. O que para o autor ainda não aconteceu com o precariado, até porque lhes falta a empatia suficiente para identificarem-se entre si e esse fato dá-se por conta do sentimento de competição e medo ao qual são submetidos constantemente.

O precariado tem um sentimento de estar numa comunidade internacional difusa, instável, de pessoas que lutam, normalmente em vão, para dar identidade ocupacional às suas vidas de trabalho. Uma vez que os empregos se tornam flexíveis e instrumentais, com salários insuficientes para a subsistência socialmente respeitável e um estilo de vida dignificador, não há “profissionalismo” que combine com o pertencimento a uma comunidade com padrões, códigos éticos e respeito mútuo entre seus membros baseados em competência e respeito a normas de comportamento consagradas (STANDING, 2003, p. 45 e 46).

Pelo fato de estarem inseridas num contexto de nenhuma tradição industrial, essas e outras fábricas na cidade, sobretudo as que vêm de outros estados, tratando-se aqui inclusive de outros ramos como o calçadista, estão se valendo da tática de uma intensa sujeição do trabalhador. Os trabalhadores estão tendo suas identidades rompidas e sendo levados a acreditar que o individualismo os levará ao aperfeiçoamento e ao sucesso profissional. Questionados sobre as maiores dificuldades enfrentadas na gestão das suas

empresas, os donos de fábricas disseram que seu maior problema consiste na mão de obra sem eficiência e insubordinada. Com relação a opinião quem têm a respeito do trabalho precário, se manifestaram dizendo que no entendimento deles “trabalho é trabalho”. Que “peão não pode ter moleza mesmo, senão só dá prejuízo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, G. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório** - novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *In*: Revista Eletrônica da RET (Rede de Estudos do Trabalho). Ano V - Número 8 – 2011. ISSN 1982-9884.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Emir Sader e Pablo Gentili (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARISTÓTELES. **A Política**. *In*: Os Pensadores. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch e Baby Abrão. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores), p. 141-251.

BARRETO, Ruy Carvalho. **A indústria moveleira Baiana**: um estudo do *cluster* moveleiro da região metropolitana de Salvador. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. 3ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

BORGES, Celso Luiz de Jesus; SOUZA, Hanilton Ribeiro. **Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus (BA): uma análise de sua importância para a economia local.** Revista Bahia Análise e Dados, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 22, n.2, abril/maio 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A precariedade está por toda parte.** In: BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CARDOSO, Luís Antônio. **A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo.** Tempo Social. Revista de sociologia da USP, v. 23, n. 2, p. 265-295, nov. 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. **As transformações da questão social.** In: Mariangela Belfiore-Wanderley, Lucia Bógus, Maria Carmelita Yazbek (org.). *Desigualdade e a questão social.* São Paulo: EDUC, 2010.

COLTRO, A. **A Racionalização do Trabalho.** Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba: Universidade de São Paulo, 2006.

COSTA. Alex Andrade. **Civilizar e moralizar: Santo Antonio de Jesus, 1890 a 1920.** In: Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira, Alex Andrade Costa (org.). *Uma cidade, várias histórias: Santo Antonio de Jesus (séculos XIX e XX).* Santo Antonio de Jesus: União, 2010. Págs. 51 a 78.

DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos. **O Estado de bem-estar social no século XXI.** São Paulo: LTR Editora, 2007.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des) fordizando a fábrica: um estudo do Complexo Petroquímico.** Salvador, BA: EDUFBA, 1999.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 1, p. 37-57, 2011.

DUARTE, Luiz Cláudio. **Reflexões sobre o conceito Marxiano de representação de classe.** *In:* Trabalho necessário, nº 14, ano 10, 2012.

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do welfare state.** *In:* Lua Nova. Revista de cultura e política, nº 24, p. 85-116, 1991.

FILHO, Pascoal José Marion; BACHA, Carlos José Caetano. **Evolução da indústria moveleira mundial e brasileira.** Revista Análise Econômica. Rio Grande do Sul: UFRGS, ano 16, n 29, mar./1998.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico.** BIB, Rio de Janeiro, n.º 47, 1.º semestre de 1999, pp. 49-63.

GALINARI, Rangel; JUNIOR, Job Rodrigues Teixeira; MORGADO, Ricardo Rodrigues. **A competitividade da indústria de móveis do Brasil: situação atual e perspectivas.** Bens de Consumo. BNDES Setorial 37, p. 227-272, 2013.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo.** Trad. Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Góes da Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** Ed. Boitempo: São Paulo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo.** São Paulo: Hedra, 2008.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEES, Felipe. **A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956)**. Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, nº. 18, Brasília, jan/jul. 2011.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil** e outros escritos: Ensaio sobre a Origem, os Limites e os Fins Verdadeiros do Governo Civil. Traduzido por Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARCELINO, PAULA. **Terceirização e ação sindical**. A singularidade da reestruturação do capital no Brasil, 2008.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich: **História**. Org. Florestan Fernandes – 2ª edição, São Paulo: Ática, 1984.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**: Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

MENICUCCI, E. **A Mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MERRIEN, François Xavier. **O novo regime econômico internacional e o futuro dos estados de bem estar social.** *In:* O Estado de bem-estar social no século XXI. Maurício Godinho Delgado e Lorena Vasconcelos Porto. São Paulo: LTR Editora, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital - Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis.** São Paulo: Abril Cultural, 1979.

NETTO, José Paulo. **Repensando o balanço do neoliberalismo.** *In:* Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Emir Sader e Pablo Gentili (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus. **Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho** (v. I: A crise; v. II: Perspectivas). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Propriedades e proprietários de terras em Santo Antonio de Jesus no século XIX.** *In:* Ana Maria Carvalho dos Santos

Oliveira, Alex Andrade Costa (org.). Uma cidade, várias histórias: Santo Antonio de Jesus (séculos XIX e XX). Santo Antonio de Jesus: União, 2010. Págs. 11 a 49.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais.** Conj. & Planej., Salvador, n.162, p.36-49, jan./mar. 2009.

PLATÃO. **A República.** Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965. v.2.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POLIN, Raymond. **O mecanismo social no estado civil / O indivíduo e o estado.** In: Célia Galvão Bueno e Maria Tereza Sadek (orgs.), O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.113-135.

RAGO, L. M.; MOREIRA, E. F. P. **O que é taylorismo.** Brasília: Brasiliense, 1984.

ROSSI, Miguel A.; AMADEO, Javier. **Platão e Aristóteles: Duas visões sugestivas sobre política.** In: Álvaro de Vita e Atilio A. Boron (orgs.), Teoria e Filosofia Política: A recuperação dos clássicos no debate Latino-americano. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, Buenos Aires: Clacso, 2004.

ROUSSEAU, Jean Jaques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade.** São Paulo: Abril, 1978b. Coleção Os Pensadores.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

STANDING, Guy. **O Precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

THOMPSON, E. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VALADÃO, Hélio. **Santo Antonio de Jesus, sua gente e suas origens**. Santo Antonio de Jesus: Academia de Letras do Recôncavo, 2005.

VICECONTI, Paulo Eduardo. **O processo de industrialização brasileira**. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, n. 43, nov./dez. 2010.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, v1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **Ameaças aos Direitos Trabalhistas das Mulheres e a Configuração de Novas Demandas Relativas às Questões de Gênero.** In: Maria Ednalva Bezerra de Lima, Ana Alice Alcantara Costa, Albertina Costa, Maria Betânia Ávila e Vera Lúcia Soares (org.), Transformando as Relações Trabalho e Cidadania: Produção, Reprodução e Sexualidade. São Paulo: CUT/BR, 2008.

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BOBBIO, Norberto. **Sociedade e estado na filosofia política moderna.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, Adalberto. **Ensaio de Sociologia do Mercado de Trabalho.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CHANLAT, Jean-François. **Por uma antropologia da condição humana nas organizações.** O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1996. Vol.I.

COLLINS, Randall. **Quatro Tradições Sociológicas.** Petrópolis: Vozes, 2009.

DINIZ, Mônica. **Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira.** *Histórica*. Revista eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo. n.6, out. 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/Sesmarias.pdf>. Acesso em: 29/05/2015.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico.** Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1971.

DURKHEIM, E. **A Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. **O conceito de região e os aldeamentos jesuíticos – Uma possibilidade**. História Revista. n.3 (1/2): 7-25 dez./jan. 1998.

FILHO, Agassiz Almeida; BARROS, Vinícius Soares de Campos. **Novo Manual de Ciência Política**. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

KANAANE, Roberto. **Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI – 2ª edição**. São Paulo: Atlas, 1999.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. São Paulo: Abril, 1983.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

MARQUES, Siomara Aparecida. **O Sujeito Sociológico e a Crítica Feminista**. In: Maria Regina Azevedo Lisboa e Sônia Weidner Maluf (org.), *Gênero, Cultura e Poder*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 05.

MAXIMIANO, Amaru. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2012.

MORAES, Márcia. **Ser humana: quando a mulher está em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. **Neoliberalismo à brasileira**. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PEREIRA, Potyara. **Política Social, temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2013.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Transformações na dinâmica da economia baiana: Políticas para a industrialização e expansão das relações comerciais internacionais.** Conj. Planej., Salvador, n.162, p. 36-49, jan/mar 2009.

POSTONE, Moishe. **Tempo, Trabalho e Dominação Social:** uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boi Tempo, 2014.

ROY, Lise. **O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva.** Campinas, SP: Editora Alínea, 1999.

SADER, Emir. **A hegemonia neoliberal na América Latina.** *In:* Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Emir Sader e Pablo Gentili (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Traduzido por DABAT, Christine Rufino e AVILA, Maria Betânia. Recife: SOS Corpo, 1991.

SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito.** *In:* E. Morais (Org.). Simmel: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

VERSIANI, Flávio; SUZIGAN, Wilson. **O Processo Brasileiro de Industrialização:** uma visão geral. Brasília: UNB, 1990.

OUTRAS FONTES DE CONSULTA

Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (ABIMÓVEL). **Panorama da Indústria Brasileira de Móveis**. São Paulo: CEDOC-ABIMÓVEL, ago.2006.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/99/cd_2010_resultados_gerais_amostra.pdf. Acesso em: 13/04/2015.

Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia. Território Recôncavo. Disponível em: http://www.territoriosdabahia.org.br/includes/mapa_reconcavo.php. Acesso em: 10/04/2016.

Jornal Correio da Bahia - Disponível em: http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/santo-antonio-de-jesus-acusados-de-mortes-em-explosao-de-fabrica-de-fogos-vao-a-0a2410382afcf900a_25ff132. Acesso em: 14/06/2015.

Jornal O Globo - Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/acusados-por-64-mortes-em-explosao-de-fabrica-de-fogos-ha-12-anos-vao-juri-em-salvador-2937250>. Acesso em: 14/06/2015.

OIT/CEPAL/PNUD. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: OIT, CEPAL, PNUD, 2008.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Jesus. Disponível em: <http://prefeiturasaj.ba.gov.br/>. Acesso em: 03/04/2016.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 03/04/2016.

SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial. Disponível em:
<http://www.sudic.ba.gov.br/Noticia.aspxn=417>. Acesso em 07/10/2015.

Relatório de Acompanhamento Setorial. **Indústria Moveleira**. Campinas: Unicamp, vol. 1, jun.2008.

Revista Bahia Economia. Disponível em:
<http://www.bahiaeconomica.com.br/bahiainvest.html>. Acesso em 07/10/2015.

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
Centro de Artes, Humanidades e Letras.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Projeto de Pesquisa: Industrialização, Trabalho e Precarização. Uma análise da proletarianização no setor estofadista no município de Santo Antônio de Jesus-Ba.

Aluna: Alessandra Oliveira de Carvalho Silva.

O presente questionário faz parte de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado, tendo como orientador o Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva - UFRB e tem como objetivo estudar o perfil dos trabalhadores/as das fábricas de estofados e colchões na cidade de Santo Antonio de Jesus – BA, bem como conhecer as condições de trabalho a que os/as mesmos/as são submetidos/as. Para tanto solicitamos sua colaboração no sentido de responder o questionário abaixo, para fins de coleta de dados.

Desde já agradeço.

I - IDENTIFICAÇÃO:

Nome do entrevistado/a (opcional) _____

Idade: _____

Local onde a entrevista foi realizada _____

Fábrica onde trabalha _____

II - DADOS PESSOAIS:

01. Sexo: 1 - Masculino () 2 - Feminino ()

02. Naturalidade: 1 - Santo Antonio de Jesus () 2 - Outra cidade/estado ()

Qual? _____

03. Cor: 1 - Negro/a () 2 - Branco/a () 3 - Pardo/a () 4 - Amarelo/a ()

04. Estado Civil: 1 - Solteiro/a () 2 - Casado/a () 3 - Divorciado/a () 4 - Separado/a () 5 - Viúvo/a () 6 - Amasiado/a ()

05. Quantidade de filhos: 1 - Nenhum filho () 2 - Um filho () 3 - Dois filhos () 4 - Três filhos () 5 - Quatro ou mais filhos ()

- 06.** Tipo de moradia: 1 - Própria () 2 - Alugada () 3 - Emprestada () 4 - Outros ()
- 07.** Mora perto do trabalho? 1 - Sim () 2 - Não () Bairro _____
- 08.** Tipo de transporte que usa para chegar ao trabalho: 1 - Carro próprio () 2 - Moto própria () 3 - Bicicleta () 4 - Ônibus () 5 - Moto táxi 6 - Andando ()
- 09.** Renda familiar (Faixa salarial, tendo como referência o salário mínimo)
1 - De 1 a 2 () 2 - De 2 a 3 () 3 - De 3 a 4 () 4 - De 4 a 5 () 5 - De 5 a 6 ()
- 10.** Escolaridade: 1 - Não alfabetizado () 2 - Ensino fundamental completo () 3 - Ensino fundamental incompleto () 4 - Ensino médio completo () 5 - Ensino médio incompleto () 6 - Ensino superior completo () 7 - Superior incompleto ()
- 11.** Você fez algum tipo de curso preparatório ou de aperfeiçoamento?
1 - Não () 2 - Sim () Qual? _____
- 12.** Começou a trabalhar com quantos anos?
1 - Menos de 14 anos () 2 - Entre 14 e 16 anos () 3 - Mais de 17 anos ()
- 13.** Era contratado/a formalmente? 1 - Sim () 2 - Não ()

III - CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO:

- 01.** Tipo contrato de trabalho atual:
Por tempo indeterminado: 1 - Carteira assinada ()
Por tempo determinado: 2 - Contrato de experiência () 3 - Estágio () 4 - Trabalho temporário () 5 - Emprego de meio período () 6 - Funcionário terceirizado ()
7 - Funcionário/a sem registro ()
- 02.** Como surgiu a oportunidade de trabalhar na indústria?
1 - Indicação de alguém () 2 - Entrega de currículo ()
- 03.** Você teve/tem dificuldades em se adaptar ao ritmo de trabalho?
1 - Sim, pois sou exigido/a a trabalhar com rapidez/qualidade ()
2 - Não, eu dito o meu ritmo de trabalho ()
- 04.** Qual atividade que desempenha na fábrica?
1 - Serraria () 2 - Armação () 3 - Espumação () 4 - Forração () 5 - Acabamento ()
6 - Costura () 7 - Carregamento () 8 - Embalagem () 9 - Outras ()
Qual? _____
- 05.** Você já teve que desempenhar mais de uma função/tarefa na empresa?
1 - Sim, por mudança no processo produtivo ()
2 - Sim, por falta de outro profissional ()

3 - Não nunca mudei de função/tarefa na empresa ()

06. Quanto tempo de serviço você tem nesta fábrica?

1 - Menos de 1 ano () 2 - Entre 1 a 5 anos () 3 - Entre 6 a 10 anos () 4 - Mais de 10 anos ()

07. Já trabalhou em outras do mesmo ramo? 1 - Sim () 2 - Não ()

Quantas? _____ Por que saiu? _____

08. Tipo de salário: 1 - Fixo () 2 - Por produção ()

09. Você se sente seguro/a em relação ao seu trabalho?

1 - Sim, não tenho medo de ser demitido ()

2 - Não, tenho medo de ser demitido ()

10. Já sofreu ameaças de perder o emprego?

1 - Sim () 2 - Não ()

11. A empresa já ofereceu algum curso de aperfeiçoamento? 1 - Não () 2 - Sim ()

Qual? _____

12. Você considera que tem segurança dentro de ambiente de trabalho?

1 - Concordo que tenho condições de segurança em meu setor e nada compromete minha saúde ()

2 - Discordo em parte, pois sinto que não tenho total segurança ()

3 - Discordo totalmente, pois sinto que não tenho nenhuma segurança e sinto minha saúde e bem-estar comprometidos ()

13. Já sofreu algum acidente de trabalho? 1 - Não () 2 - Sim ()

Setor onde ocorreu? _____

14. Conhece alguém que já sofreu acidente de trabalho? 1 - Não () 2 - Sim ()

Setor onde ocorreu? _____

15. Sobre seu sentimento em relação ao seu trabalho:

1 - Você se sente parte de uma comunidade de trabalhadores/as solidários/as ()

2 - Você se sente sozinho/a e acha que não há espírito coletivo ()

16. Você se sente pressionado/a ou ansioso/a a trabalhar sempre mais e melhor para manter seu emprego? 1 - Sim () 2 - Não ()

17. Em relação ao seu trabalho, você diria que se sente:

1 - Realizado/a () 2 - Frustrado/a ()

18. Você sente raiva ou sensação de derrota em relação ao seu trabalho?

1 - Sim () 2 - Não ()

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Centro de Artes, Humanidades e Letras.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Projeto de Pesquisa: Industrialização, Trabalho e Precarização. Uma análise da proletarianização no setor estofadista no município de Santo Antônio de Jesus-Ba.

Aluna: Alessandra Oliveira de Carvalho Silva.

O presente questionário faz parte de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado, tendo como orientador o Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva - UFRB e tem como objetivo estudar o perfil dos proprietários das fábricas de estofados e colchões na cidade de Santo Antônio de Jesus – BA. Para tanto solicitamos sua colaboração no sentido de responder o questionário abaixo, para fins de coleta de dados.

Desde já agradeço.

I - IDENTIFICAÇÃO:

Nome do entrevistado/a (opcional) _____

Fábrica da qual é proprietário _____

Idade: _____

Local onde a entrevista foi realizada _____

II - DADOS PESSOAIS:

01. Sexo: 1 - Masculino () 2 - Feminino ()

02. Naturalidade: 1 - Santo Antônio de Jesus () 2 - Outra cidade/estado ()

Qual? _____

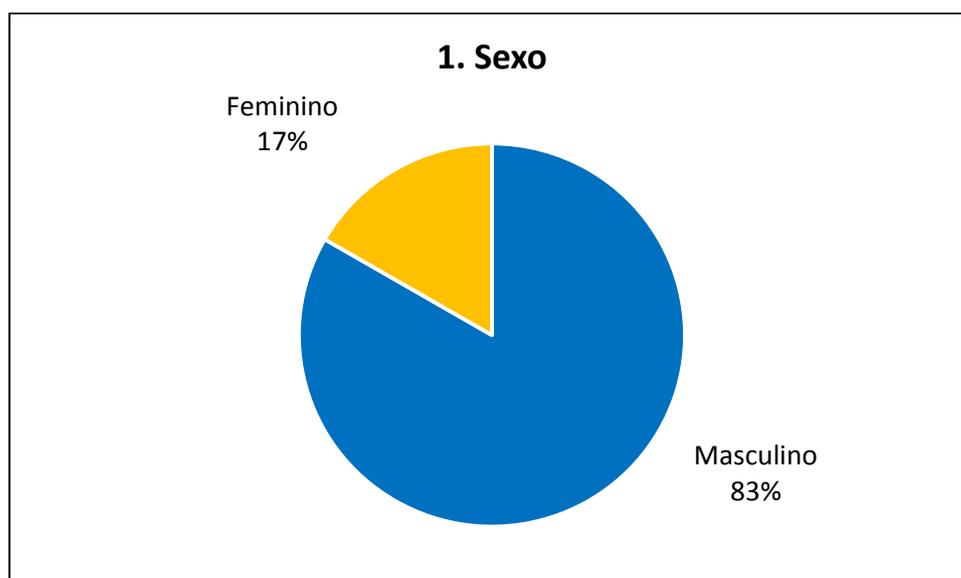
03. Cor: 1 - Negro/a () 2 - Branco/a () 3 - Pardo/a () 4 - Amarelo/a ()

04. Estado Civil: 1 - Solteiro/a () 2 - Casado/a () 3 - Divorciado/a () 4 - Separado/a () 5 - Viúvo/a () 6 - Amasiado/a ()

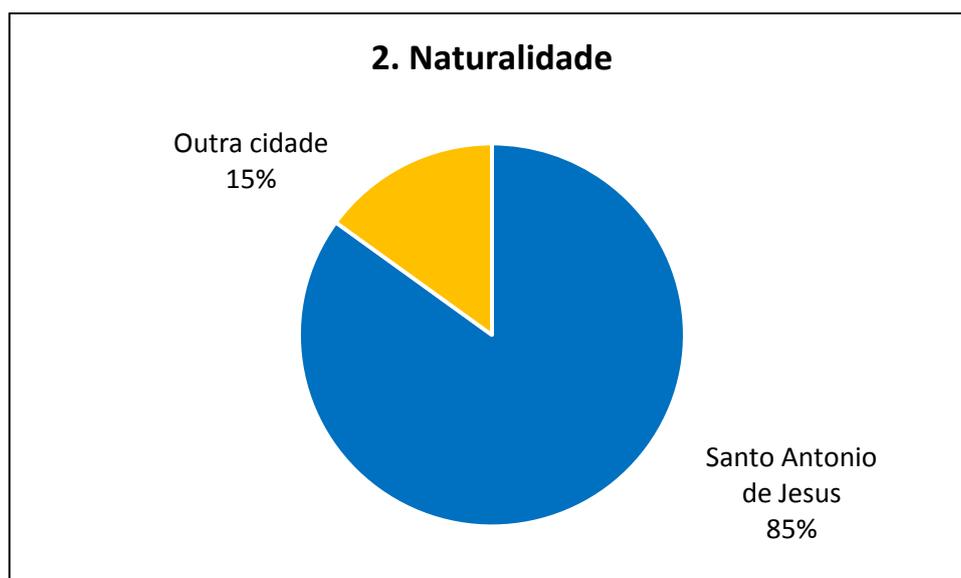
05. Quantidade de filhos: 1 - Nenhum filho () 2 - Um filho () 3 - Dois filhos () 4 - Três filhos () 5 - Quatro ou mais filhos ()

APÊNDICE 3

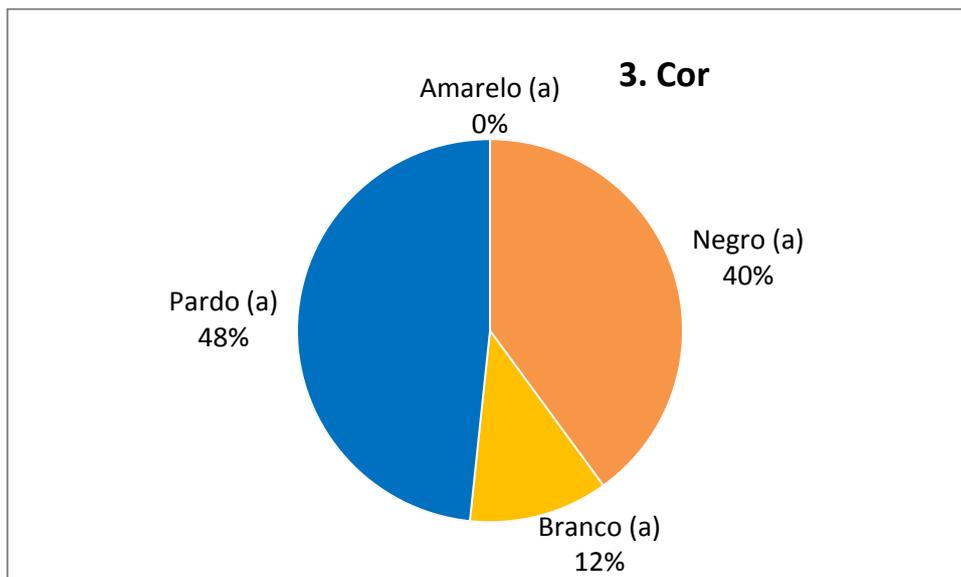
GRÁFICOS DO PERFIL DOS TRABALHADORES/AS – CAPÍTULO 5



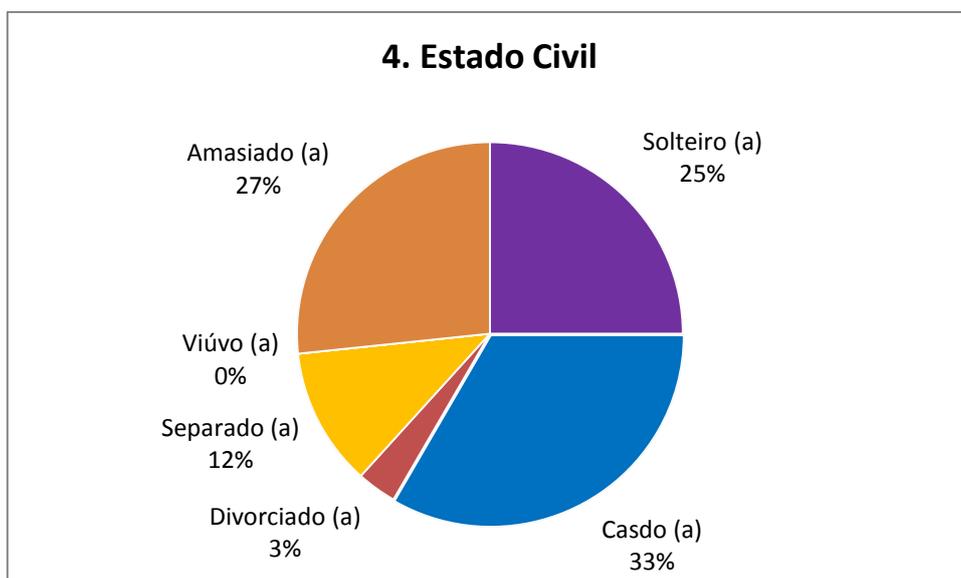
Fonte: Elaboração própria



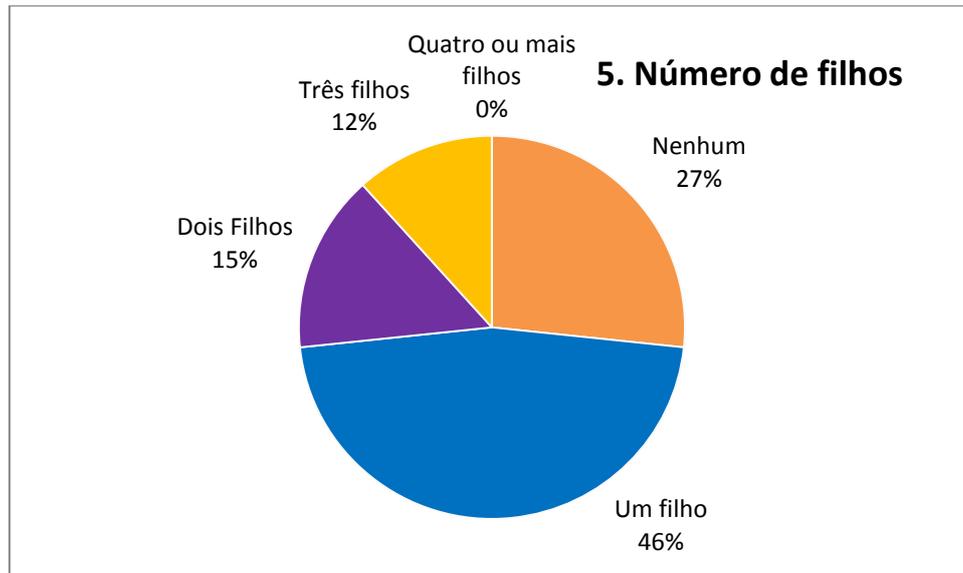
Fonte: Elaboração própria



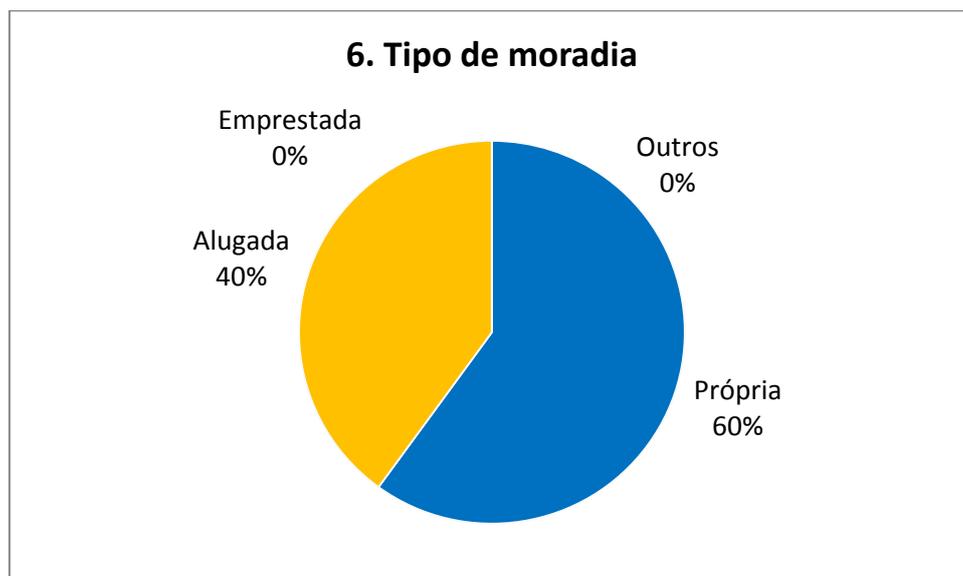
Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria



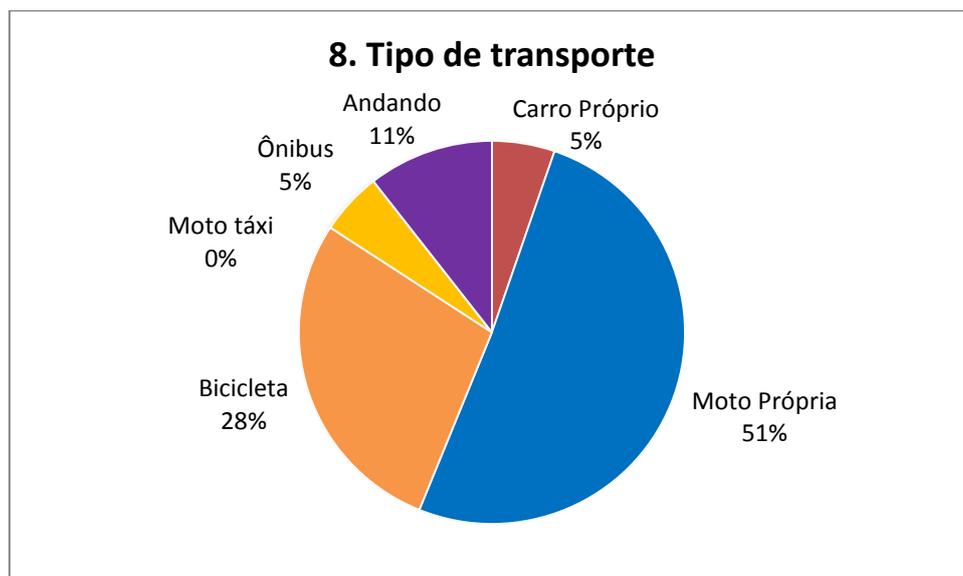
Fonte: Elaboração própria



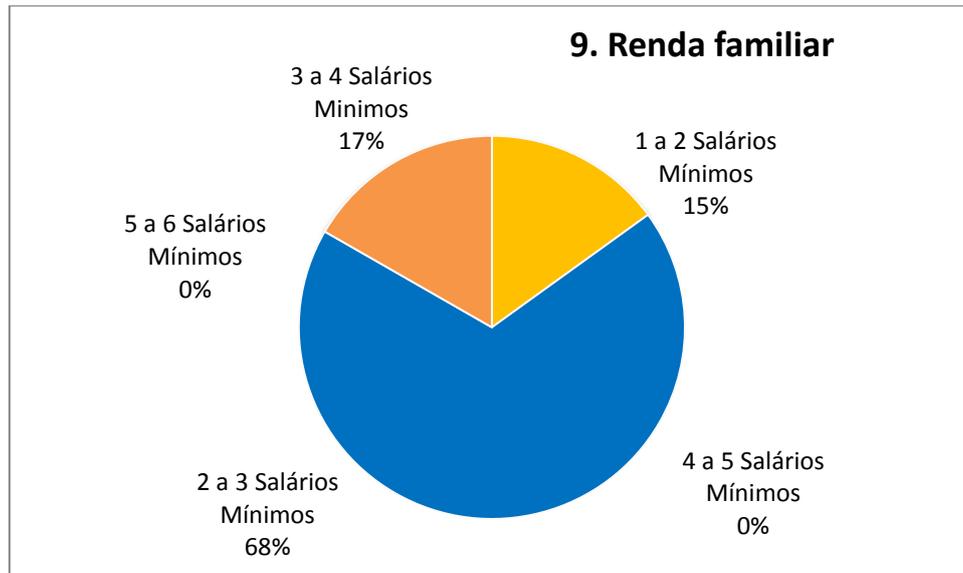
Fonte: Elaboração própria



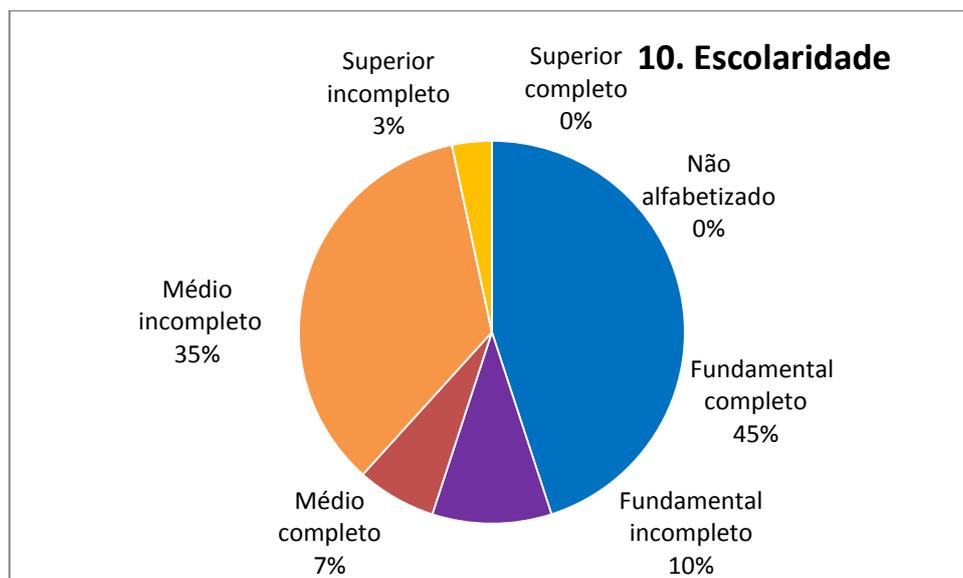
Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria



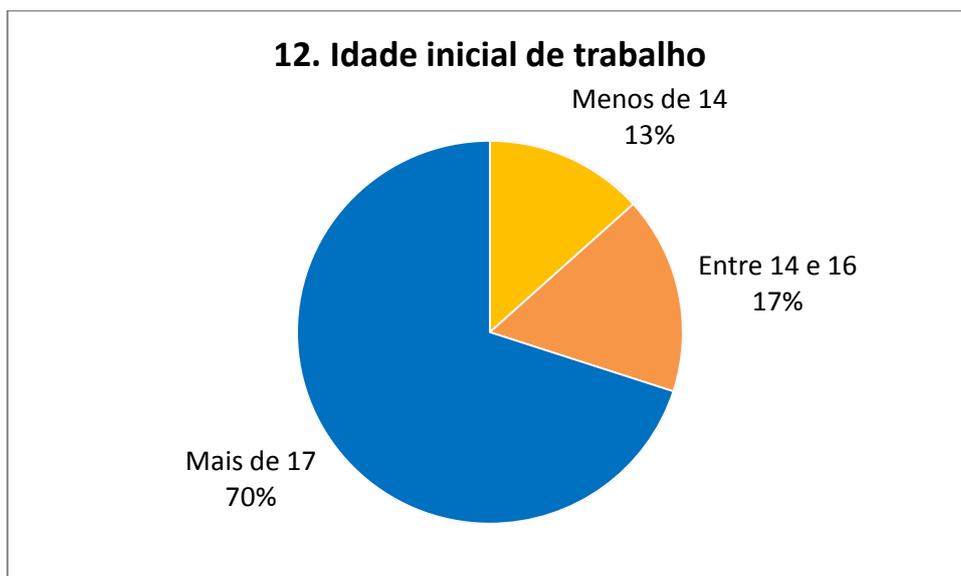
Fonte: Elaboração própria



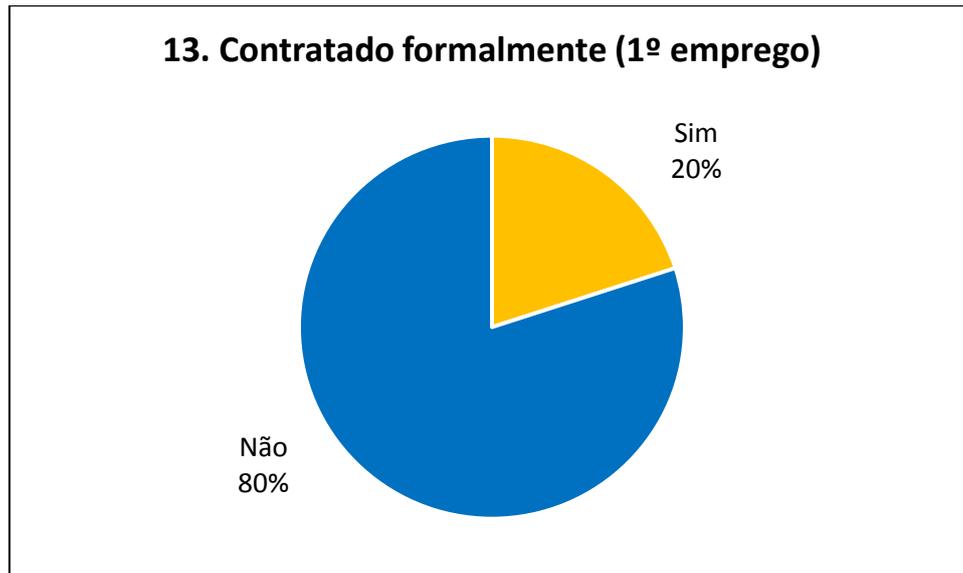
Fonte: Elaboração própria



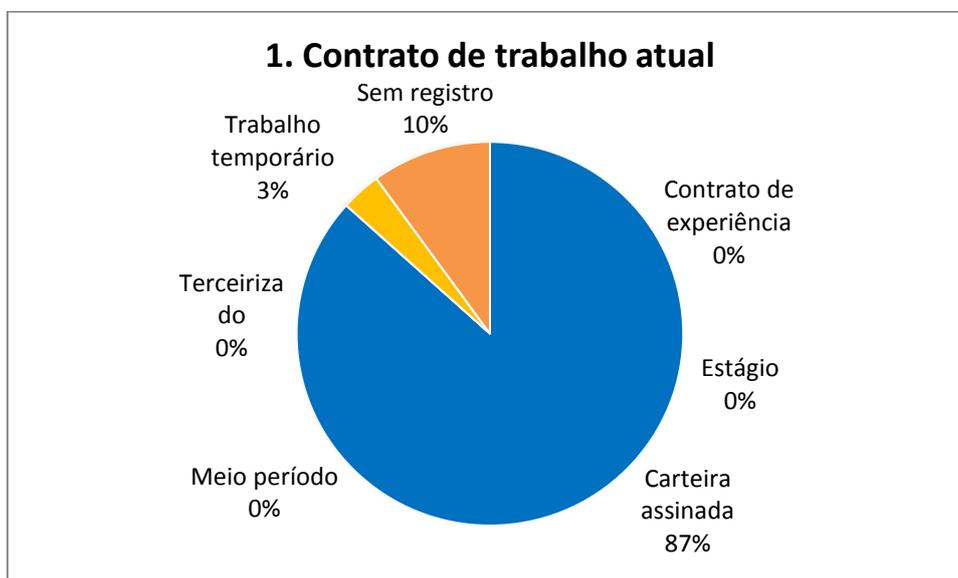
Fonte: Elaboração própria



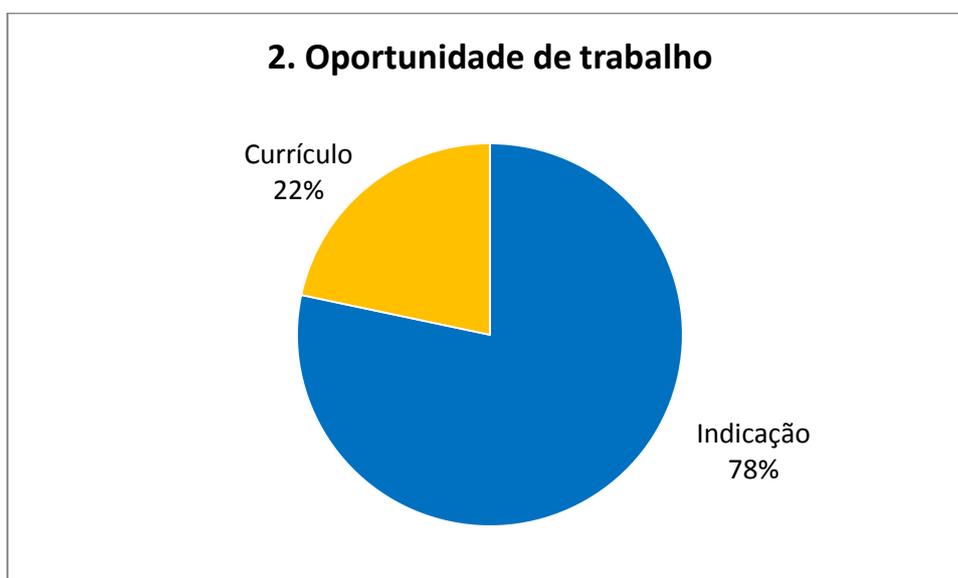
Fonte: Elaboração própria



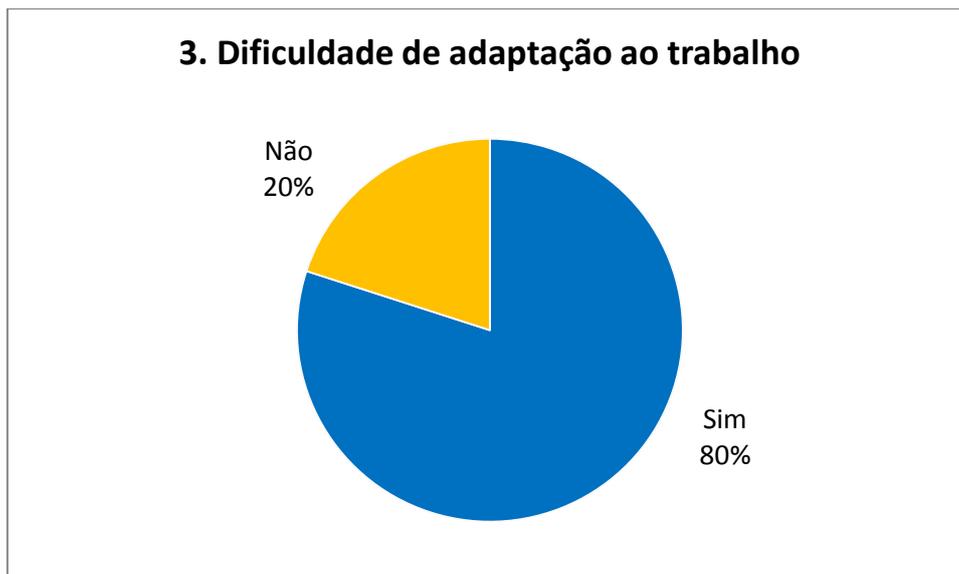
Fonte: Elaboração própria

GRÁFICOS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO – CAPÍTULO 5

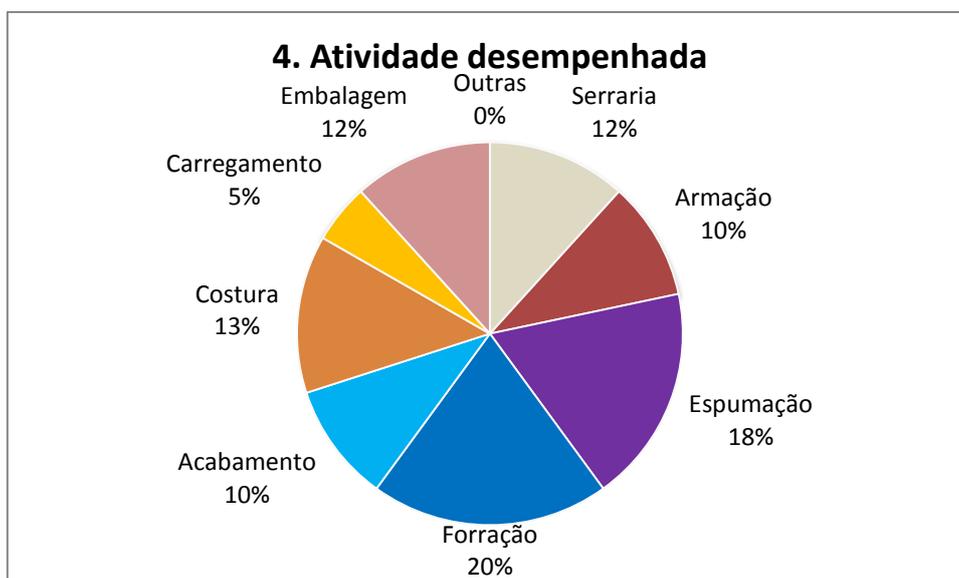
Fonte: Elaboração própria



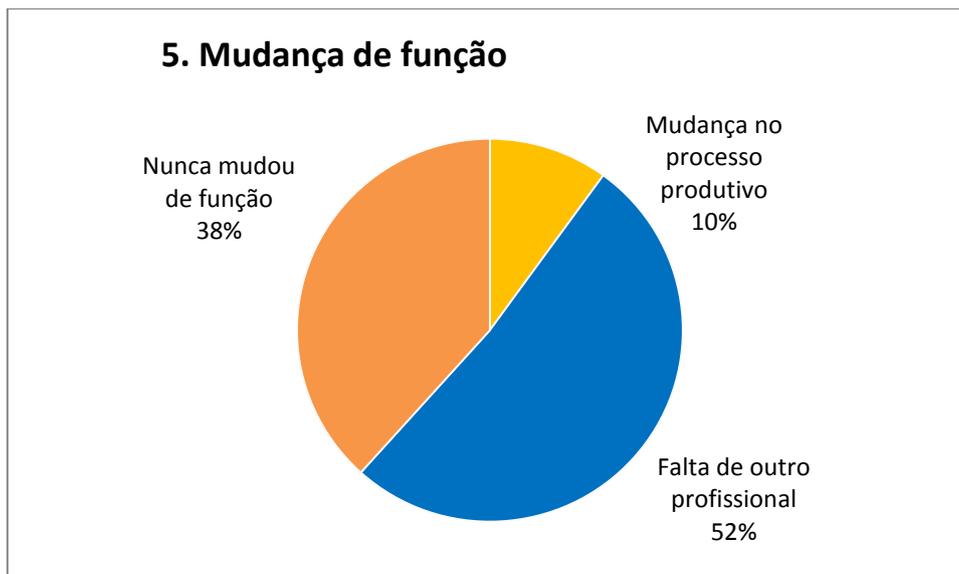
Fonte: Elaboração própria



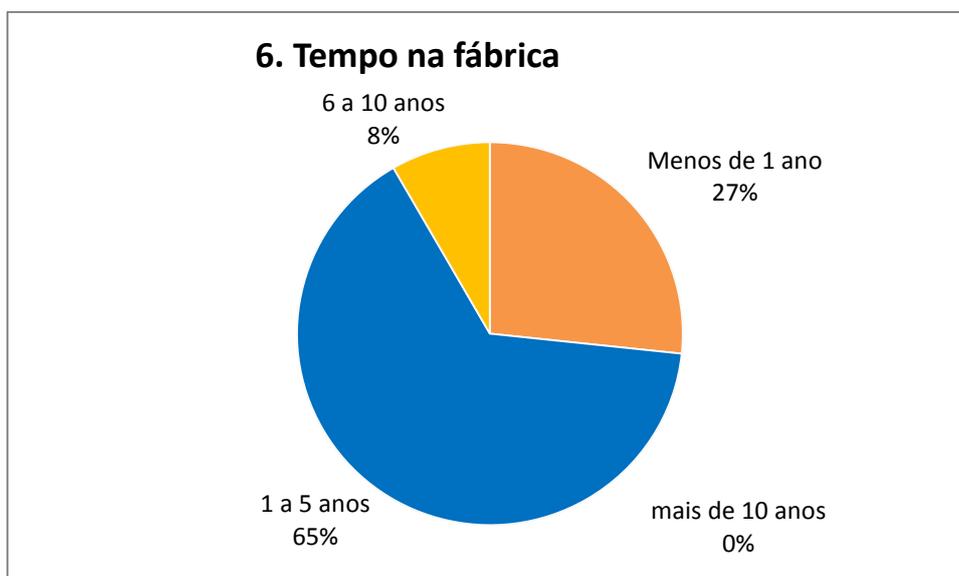
Fonte: Elaboração própria



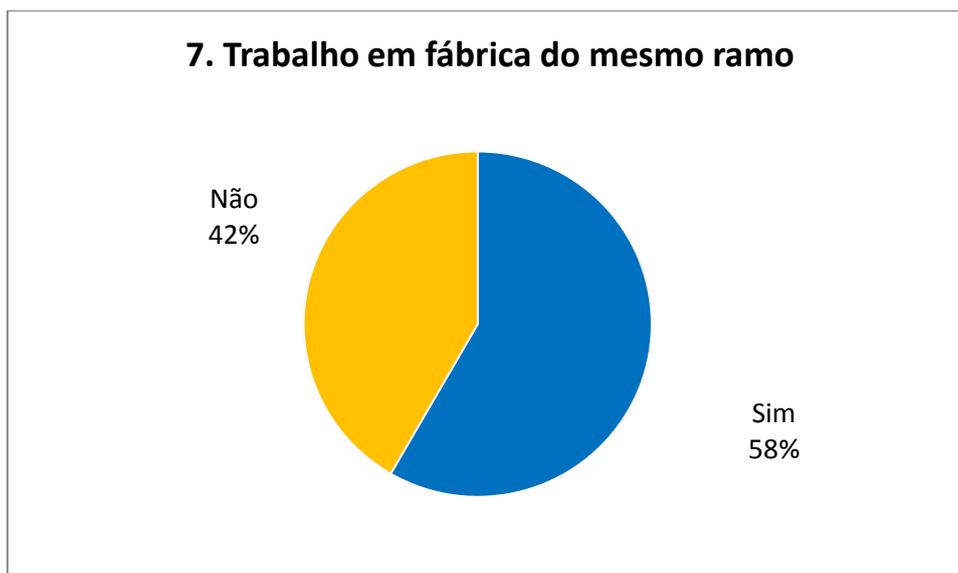
Fonte: Elaboração própria



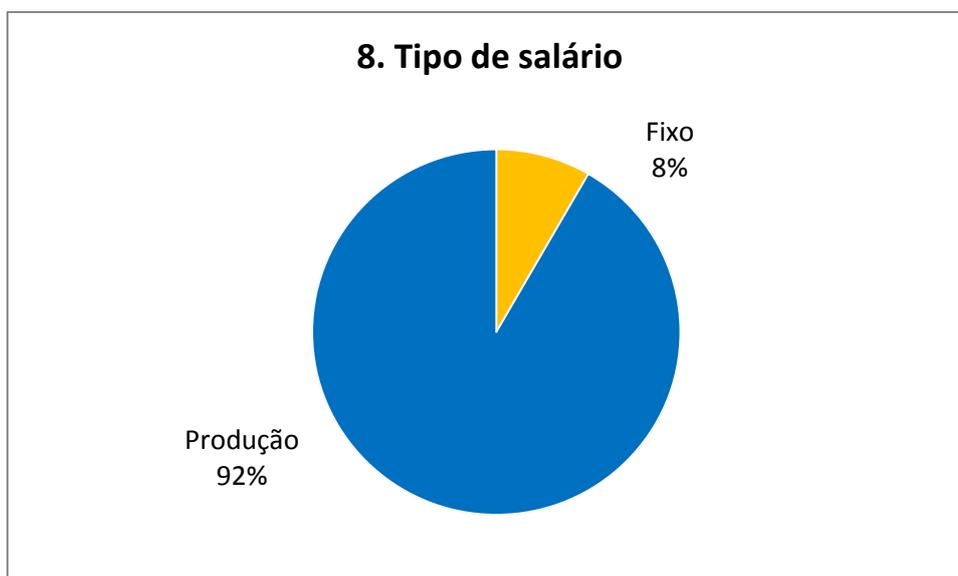
Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria



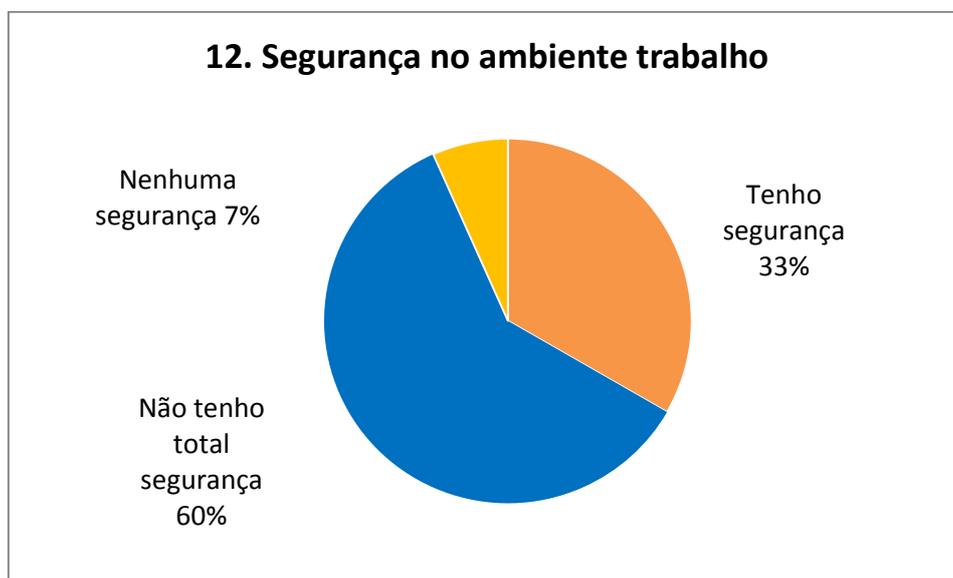
Fonte: Elaboração própria



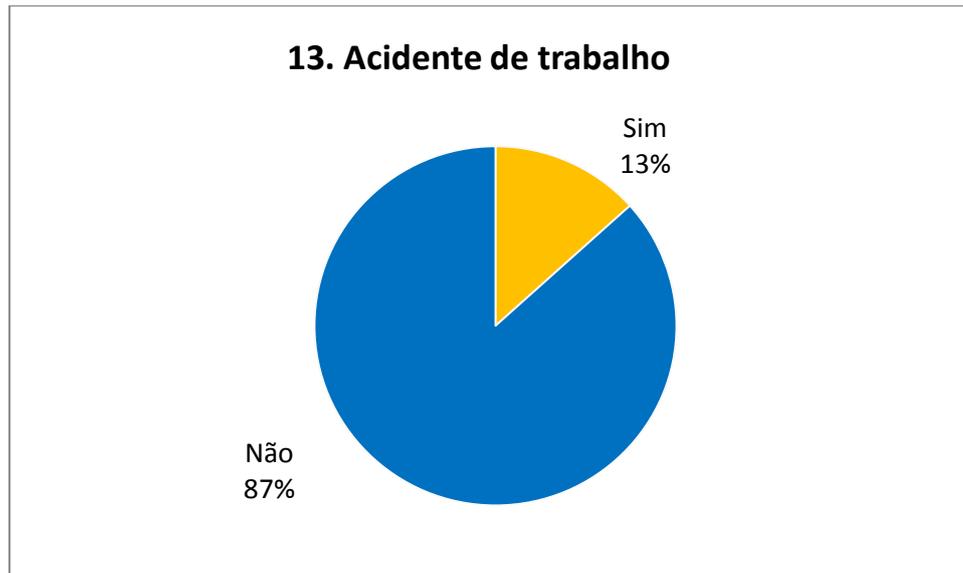
Fonte: Elaboração própria



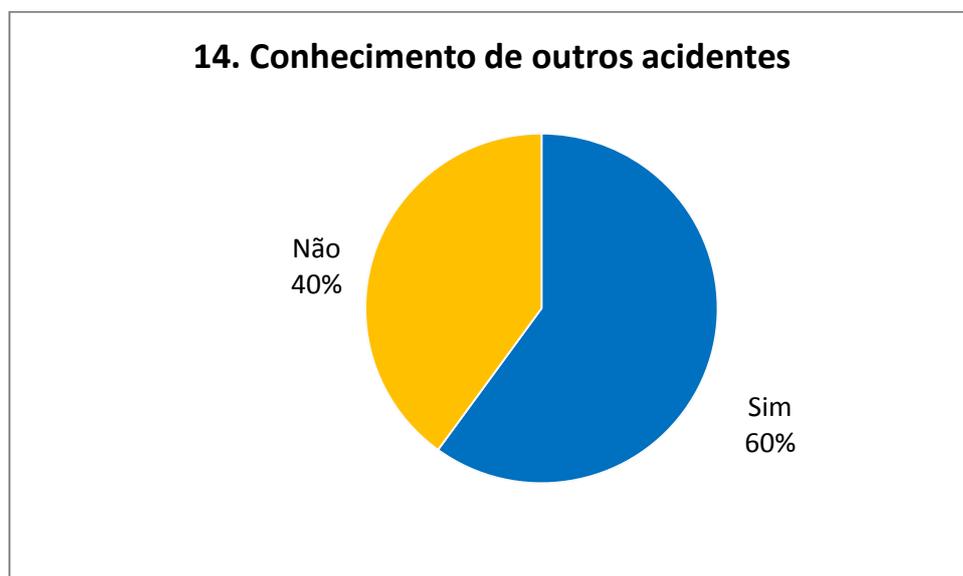
Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria



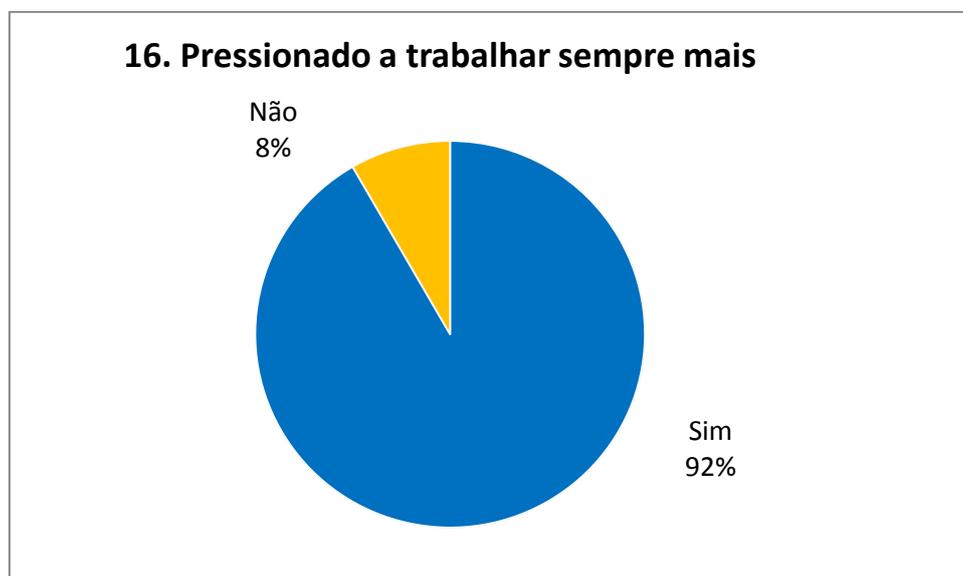
Fonte: Elaboração própria



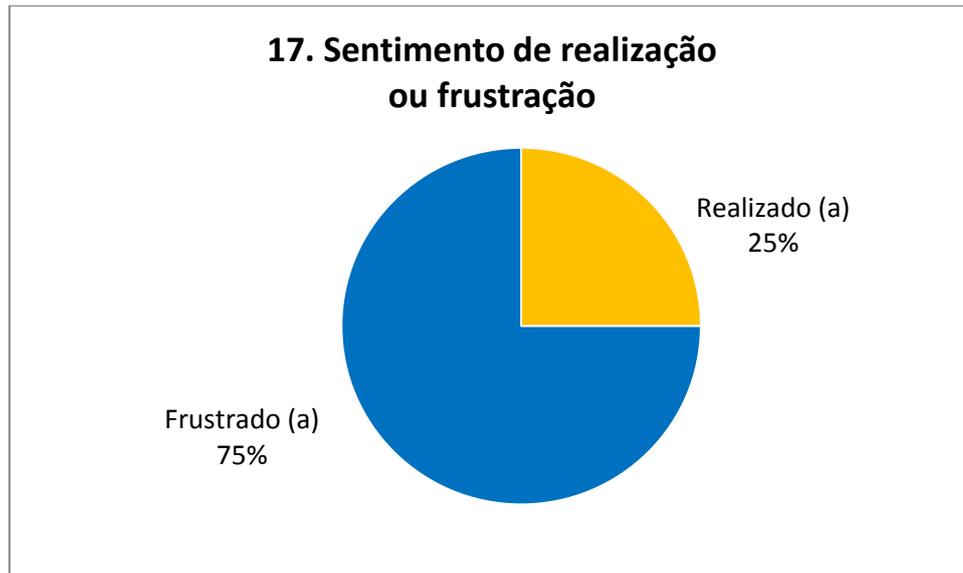
Fonte: Elaboração própria



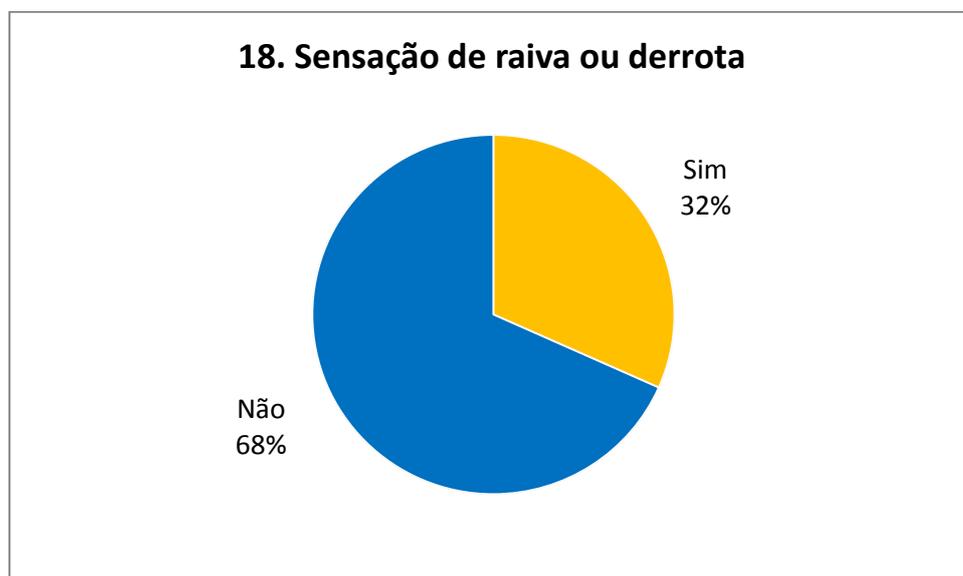
Fonte: Elaboração própria



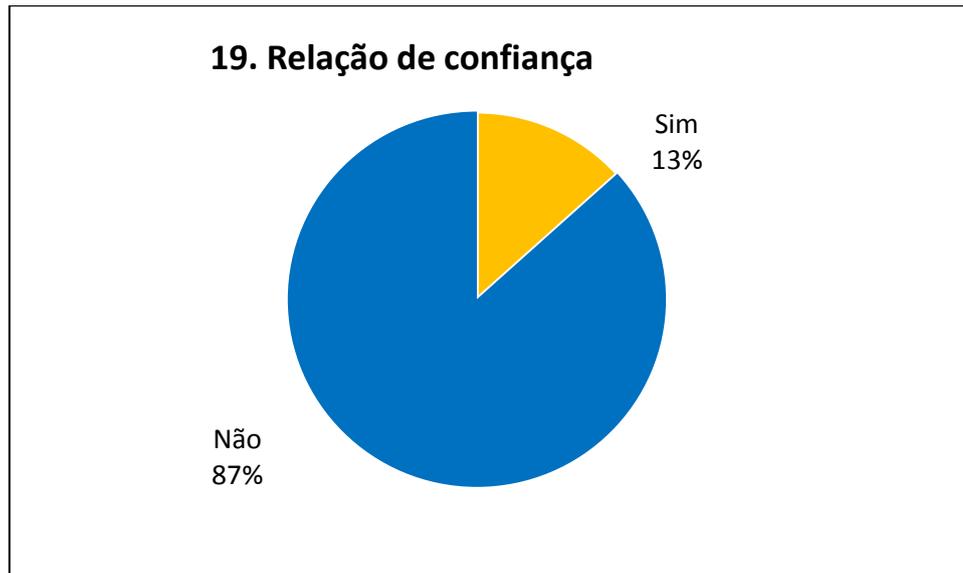
Fonte: Elaboração própria



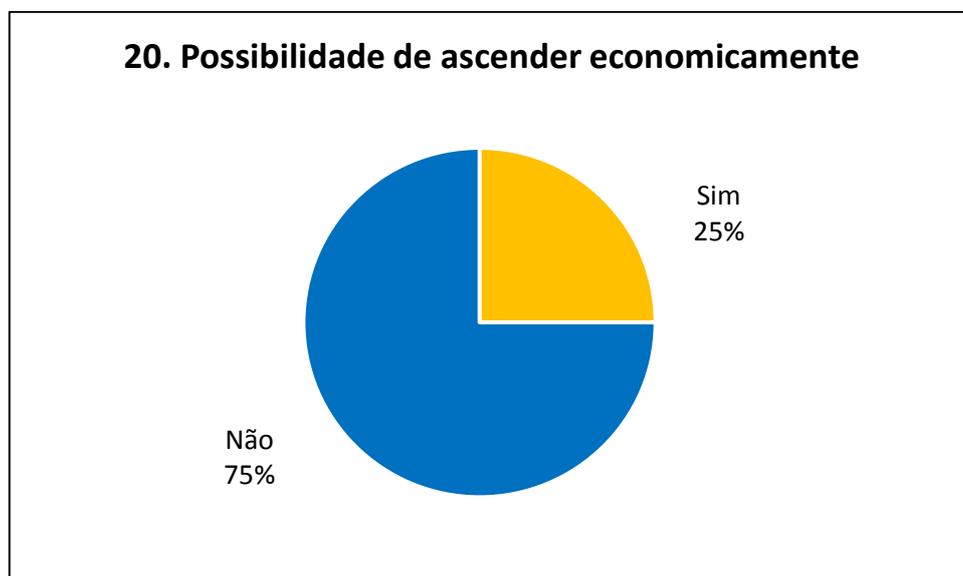
Fonte: Elaboração própria



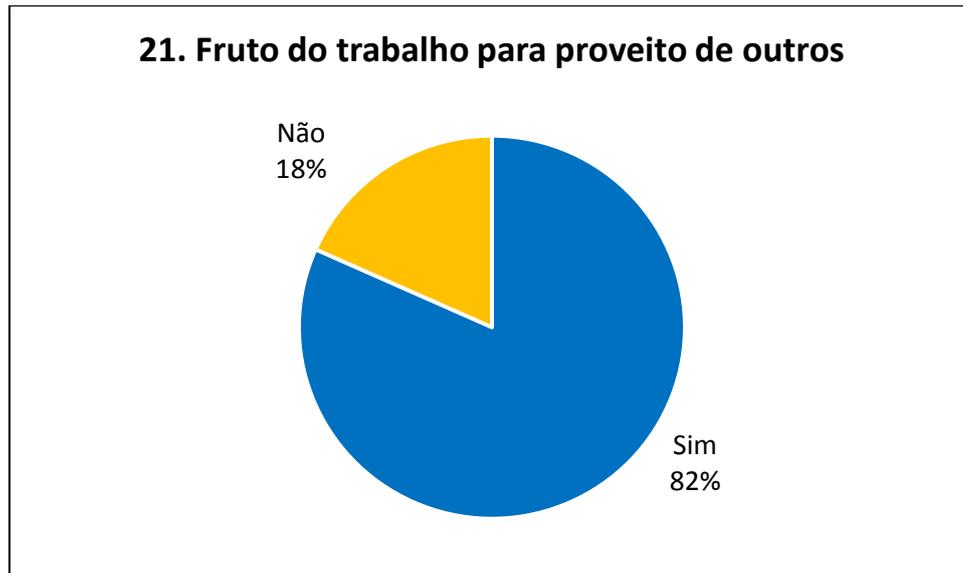
Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria



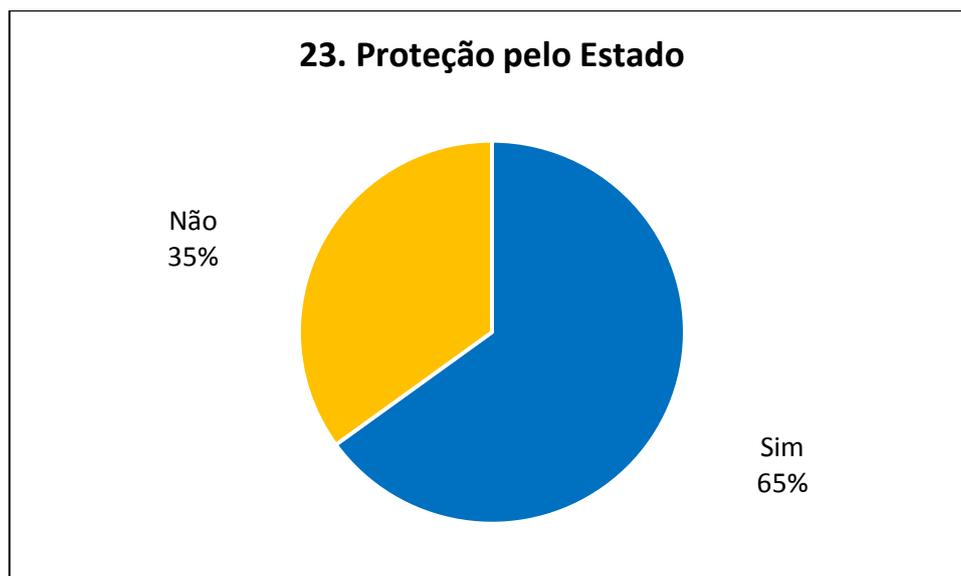
Fonte: Elaboração própria



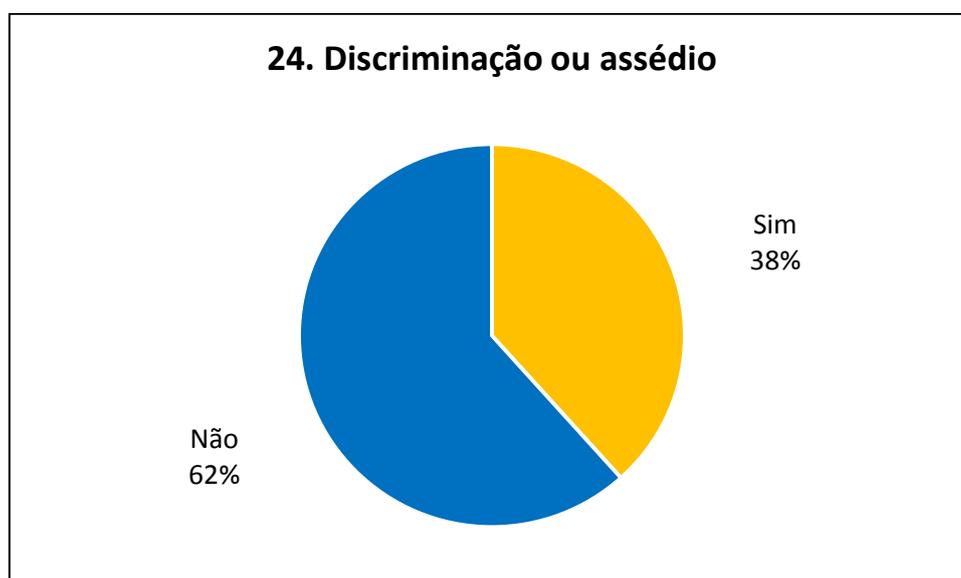
Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

ANEXOS:



Figura 23
Lotes identificados para costura

INOVAR ESTOFADOS
 INCVAR
 AV. ACM, N.º 140 - SÃO BENEDETO
 TELEFAX: (75)3631-5213
 E-MAIL: estofados.inovar@gmail.com
 Relatório de Montagem de Itens

SANTO ANTONIO DE JESUS - BA

quarta-feira, 26 de agosto de 2015 15:45:06

Página: 1 de 1

Origem de Ordem de Produção do Relatório abaixo:
 00000 - 000000

Número de Ordem da Lista: 000000659

CARGA
 30

LISTAGEM DE ITENS A PRODUZIR

Quantidade	Descrição do Item	C.Item
2,000	CONO. DE ESTOFADOS BARY C 2/3 LUG. 601	02594
2,000	CONO. DE ESTOFADOS BARY C 2/3 LUG. 602	02621
2,000	CONO. DE ESTOFADOS BARY C 2/3 LUG. 603	02614
1,000	CONO. DE ESTOFADOS BARY C 2/3 LUG. 604	02593
1,000	CONO. DE ESTOFADOS BARY C 2/3 LUG. 622	02603
1,000	CONO. DE ESTOFADOS CAMILA C 2/3 LUG. 603	00794
2,000	CONO. DE ESTOFADOS GREVANA C2/3 LUG. 724	01726
1,000	CONO. DE ESTOFADOS GREVANA C2/3 LUG. 725	01745
2,000	CONO. DE ESTOFADOS KARINA C 2/3 LUG. 601	00907
2,000	CONO. DE ESTOFADOS KARINA C 2/3 LUG. 603	00909
1,000	CONO. DE ESTOFADOS KARINA C 2/3 LUG. 604	00910
2,000	CONO. DE ESTOFADOS KARINA C 2/3 LUG. 624	01654
2,000	CONO. DE ESTOFADOS KARINA C 2/3 LUG. 625	02269
1,000	CONO. DE ESTOFADOS ZEUS C 2/3 LUG. 724	02557
1,000	CONO. DE ESTOFADOS ZEUS C 2/3 LUG. 725	02558
2,000	ESTOFADO CHEESE AGATA 624	01893
1,000	ESTOFADO CHEESE AGATA 625	02450
1,000	ESTOFADO FLUENZE CANTO/CHEESE 624	01149
1,000	ESTOFADO FLUENZE CANTO/CHEESE 625	01759
1,000	ESTOFADO GREVANA 3 LUG. 724	01526
1,000	ESTOFADO GREVANA 3 LUG. 725	01754
1,000	ESTOFADO GREVANA 3 LUG. 726	02249
32,000		02689

Figura 24
 Controle de produção



Figura 25
Visão geral de galpão de trabalho



Figura 26
Costureira em serviço



Figura 27
Setor de espumação



Figura 28
Corredor de circulação



Figura 29
Costureira em serviço



Figura 30
Peças estocadas



Figura 31
Peças estocadas



Figura 32
Armação



Figura 33
Espumação



Figura 34
Almoxarifado



Figura 35
Corte e costura



Figura 36
Embalagem



Figura 37
Acabamento



Figura 38
Colagem



Figura 39
Fachada de fábrica no Distrito Industrial de Santo Antonio de Jesus - Ba